

GISELA SEQUINI FAVARO



ARARAQUARA/SP

2012

GISELA SEQUINI FAVARO

*Estudo das formas verbais do pretérito perfeito  
do modo indicativo nas Cantigas de Santa  
Maria.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/ Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

**Linha de pesquisa:** Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática.  
**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gladis Massini-Cagliari

ARARAQUARA – S.P.

2012

Favaro, Gisela Sequini

Estudo das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo  
nas Cantigas de Santa Maria / Gisela Sequini Favaro – 2012

200 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) –  
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus  
de Araraquara

Orientador: Gladis Massini-Cagliari

1. Pretério perfeito do modo indicativo. 2. Cantigas de Santa Maria.  
3. Processos morfofonológicos. I. Título.

GISELA SEQUINI FAVARO

*Estudo das formas verbais do pretérito perfeito  
do modo indicativo nas Cantigas de Santa  
Maria.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/ Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

**Linha de pesquisa:** Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática.

**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gladis Massini- Cagliari

Data da defesa: 07/03/2012

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gladis Massini-Cagliari  
(UNESP/ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/ Campus de Araraquara).

---

**Membro Titular:** Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Luiz Carlos da Silva Schwindt  
(UFRGS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

---

**Membro Titular:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Beatriz Nunes de Oliveira Longo  
(UNESP/ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/ Campus de Araraquara).

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

*Aos meus pais, Antonio Carlos e Maria Aparecida, pelo dom da vida. Ao meu irmão Renan por sempre me incentivar e me acompanhar nos momentos mais difíceis de minha vida. Ao meu namorado, Cristiano, por todo amor, carinho, compreensão e paciência a mim dedicados em todos os momentos durante o desenvolvimento desta dissertação.*



## **Agradecimentos**

Ao final desta etapa, só foi possível chegar a mais uma vitória e quebrar todas as barreiras e obstáculos devido ao apoio, à compreensão e à dedicação de pessoas muito importantes, que acreditaram em mim nessa jornada. Em especial, gostaria de agradecer:

Primeiramente a DEUS, que me deu forças e sabedoria para suportar os momentos mais árduos. Agradeço-LHE também pelas pessoas maravilhosas que colocou em minha caminhada.

A GLADIS MASSINI-CAGLIARI, minha orientadora, a quem só tenho a agradecer por ter acreditado em meu trabalho. Agradeço pelos constantes ensinamentos, pela força nos momentos difíceis, e principalmente pela compreensão. Muito obrigada por me guiar pelos caminhos da Linguística Histórica, contribuindo de forma promissora para o meu amadurecimento acadêmico.

Ao Grupo de Pesquisa *Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro*, coordenado pela docente já aqui referida, ao qual a presente pesquisa está vinculada, que auxiliou imensamente no desenvolvimento deste estudo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - processo número 2009/12171-9, órgão financiador deste trabalho.

A minha FAMÍLIA, meus pais ANTONIO CARLOS e MARIA APARECIDA, por me apoiarem e acreditarem em minha capacidade de sonhar, por todo esforço, carinho e dedicação. Ao meu irmão RENAN, que teve muita paciência durante estes dois anos. A todos que sempre rezaram e incentivaram o desenvolvimento deste projeto. Aos meus PAIS, minha vida. Não há palavra que traduza o quanto eu sou grata a eles.

Ao CRISTIANO FERNANDES ROMÃO, meu namorado, companheiro que sempre esteve presente em todos os momentos, me incentivando e me auxiliando quando foi preciso. Obrigada por todo apoio, carinho e amor.

Agradeço também aos Professores DRS. LUIZ CARLOS CAGLIARI e LUIZ CARLOS SCHWINDT pelas valiosas sugestões ao presente estudo, que enriqueceram ainda mais este trabalho. Às Professoras Dras. BEATRIZ NUNES DE OLIVEIRA LONGO e ANGÉLICA RODRIGUES, pela leitura, pelas contribuições dadas em meu exame de qualificação.

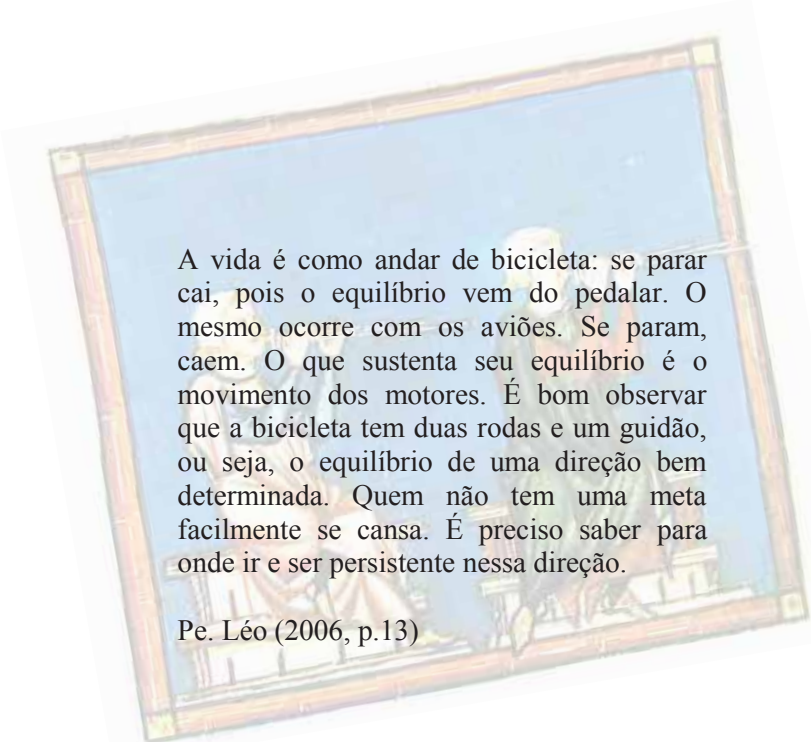
Às minhas amigas, em especial ANA CAROLINA e THAÍS, pelas horas de conversas jogadas fora, pela companhia, pelos momentos que passamos juntas e pelo apoio nas horas mais difíceis. Muito mais que colegas. Vocês são amigas para toda a vida.

À Carina, pelo auxílio e pela amizade nos momentos em que mais precisei.

A todos os meus amigos, fonte de carinho e compreensão. Mesmo distantes, nunca deixaram de acompanhar minha jornada. Obrigada pela força e pela torcida.

A todos os FUNCIONÁRIOS e PROFESSORES da UNESP, por todo o auxílio durante esse período enquanto fui aluna do Programa de Pós-Graduação.

**A TODOS, MEU MUITO OBRIGADA.**



A vida é como andar de bicicleta: se parar cai, pois o equilíbrio vem do pedalar. O mesmo ocorre com os aviões. Se param, caem. O que sustenta seu equilíbrio é o movimento dos motores. É bom observar que a bicicleta tem duas rodas e um guidão, ou seja, o equilíbrio de uma direção bem determinada. Quem não tem uma meta facilmente se cansa. É preciso saber para onde ir e ser persistente nessa direção.

Pe. Léo (2006, p.13)



FAVARO, Gisela Sequini. *Estudo das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo nas Cantigas de Santa Maria*, 200 fls. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal fazer um vínculo entre o passado e o presente, comparando processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal através das formas do pretérito perfeito do modo indicativo, ou seja, processos que alteram a forma dos morfemas e geram alomorfas em vários níveis no Português Arcaico (PA) dos séculos XII-XIII analisados a partir de teorias não lineares (cf. Fonologia Lexical, Fonologia métrica e Geometria de Traços). Para a realização desta pesquisa foram considerados como objeto as formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo, tanto dos verbos regulares quanto dos verbos irregulares. A metodologia foi baseada no mapeamento das formas verbais nas *Cantigas de Santa Maria*. Contamos também com glossários, vocabulários, dicionários, e especialmente o glossário de Mettmann (1972), como auxílio na categorização das formas verbais. Depois de coletados, os dados foram separados de acordo com o tipo de processo morfofonológico verificado. O *corpus* de base, para o PA, foi constituído pelas *Cantigas de Santa Maria* (CSM), elaboradas em galego-português e atribuídas a Dom Afonso X de Castela, o Sábio, com a colaboração de trovadores, músicos, desenhistas e miniaturistas que acolhia em sua corte. Corresponde a um monumento literário de mais elaborada importância, que ocupa um lugar privilegiado na literatura medieval galego-portuguesa. Ao final da análise dos processos morfofonológicos, nos resultados obtidos, verificamos a alta produtividade da harmonização vocálica e da neutralização e crase da vogal temática em um estágio inicial da língua que denominamos de período arcaico. Podemos comprovar que os processos morfofonológicos, sobretudo a harmonia vocálica, já ocorriam desde o estágio inicial do português com as mesmas características e produtividade dos dias de hoje, uma vez que, na passagem do latim para o português, as conjugações verbais já eram bastante definidas. Além dos processos morfofonológicos, mapeamos também os verbos irregulares, que denominamos nesta dissertação de verbos de padrão especial, pois possuem características próprias que permitiram classificá-los em subgrupos que trazem padrões morfológicos semelhantes. Fizemos algumas considerações sobre as variações encontradas nessas formas verbais, que não são específicas da morfologia verbal. Tratamos também da variação gráfica com que essas formas são apresentadas no PA e da variação na representação gráfica da vogal temática. Através da análise dos dados, concluímos que, desde o PA, as formas verbais irregulares do pretérito perfeito já apresentavam um estágio avançado, com características e fenômenos fonológicos que são semelhantes ao estágio atual da língua. Desta maneira, este estudo permitiu constatar que desde o PA as formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo já apresentavam as mesmas características que encontramos hoje no Português Brasileiro, sobretudo no que diz respeito aos processos morfofonológicos aqui analisados.

**Palavras-Chave:** Pretérito perfeito do modo indicativo; Cantigas de Santa Maria, Processos morfofonológicos.

FAVARO, Gisela Sequini. *Estudo das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo nas Cantigas de Santa Maria*, 200 fls. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

## ABSTRACT

This study aims to make a link between past and present, comparing morphophonological processes triggered by verbal inflection through the forms of the past tense of the indicative, that is, processes that alter the shape of morphemes and generate allomorphs at various levels in the Archaic Portuguese (AP) of XII-XIII centuries were investigated by Lexical Phonology (LP) and Autosegmental and Metrical Phonology. The past tense verb forms of the indicative mood both of regular and irregular verbs were considered as an object for this research. The methodology was based on the mapping of verb forms in the *Cantigas de Santa Maria* (CSM). We have also used glossaries, vocabularies, dictionaries, and especially the glossary of Mettmann (1972) as an aid in the categorization of verbal forms. Once collected, the data was separated according to the type of morphophonological process checked. The corpus was formed by the *Cantigas de Santa Maria* (CSM), written in Galician-Portuguese and attributed to Don Alfonso X of Castile, the Wise, in collaboration with the troubadours, musicians, designers and miniaturists who lived in his court. The CSM correspond to the most elaborate literary monument, which occupies a privileged place in the medieval Galician-Portuguese literature. After the analysis of the morphophonological processes, in the results obtained, we verified the high productivity of vowel harmony and vowel neutralization and at an early stage of the language that corresponds to the archaic period. We could prove that the morphophonological processes, especially vowel harmony, have occurred since the initial stage of the Portuguese with the same characteristics and productivity of today, since in the passage from Latin to Portuguese, the verb conjugations were already well defined. In addition to the morphophonological processes, we also mapped the irregular verbs that we called in this dissertation particular pattern verbs; therefore, they have characteristics that allow classifying them into subgroups that present similar morphic features. We made some considerations about the variations found in these verb forms, which are not specific to verbal morphology. We also analyzed the changes that these graphical forms present in the AP and the variation in the graphical representation of the thematic vowel. Through data analysis we conclude that the irregular verbal forms of the past tense in AP already were at an advanced stage, with features and phonological phenomena that are similar to the current stage of the language. We conclude that the verbal forms analyzed in this Dissertation already had the same characteristics that we find today in BP, especially related to the morphophonological processes analyzed here.

**Keywords:** Past tense of indicative; *Cantigas de Santa Maria*; Morphophonological process.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Miniatura que acompanha a Cantiga 1, Códice Escorial Rico (T)	28
<b>Figura 2.</b> Layout de T22, extraído de Parkinson.	32
<b>Figura 3.</b> Iluminura que acompanha a Cantiga 7.	33
<b>Figura 4.</b> Estátua de Afonso X, o Sábio, localizada na Biblioteca Nacional (Madrid).	37
<b>Figura 5.</b> Cantiga III, fol.II r- Códice de Toledo.	42
<b>Figura 6.</b> Ilustração: Códice dos músicos (E).	43
<b>Figura 7.</b> Capítulo sobre verbos. <i>Gramática da Linguagem Portuguesa</i> .	58
<b>Figura 8.</b> Estrutura do léxico proposto pela Fonologia Lexical.	99
<b>Figura 9.</b> Intersecção fonologia com léxico e sintaxe.	100
<b>Figura 10.</b> Regras Lexicais e Pós-lexicais.	102
<b>Figura 11.</b> Modelo da FL do PB.	103
<b>Figura 12:</b> Modelo de geometria de traços proposto por Clements (1985).	105

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Porcentagem de distribuição das formas verbais conjugadas por conjugação.	122
<b>Gráfico 2.</b> Porcentagem de distribuição dos verbos por conjugação	123

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Distribuição das cantigas de acordo com sua origem.	29
<b>Quadro 2.</b> Descrição dos sufixos temáticos e suas realizações.	79
<b>Quadro 3.</b> Descrição dos sufixos modos-temporais e sufixos-verbo-nominais.	79
<b>Quadro 4.</b> Quadro com os lexemas de não perfeito.	88
<b>Quadro 5.</b> Quadro dos lexemas do perfeito.	89
<b>Quadro 6.</b> Subgrupo 2. Lexemas do não-perfeito e do perfeito.	90
<b>Quadro 7.</b> Subgrupo 3. Lexemas do presente e do subjuntivo presente.	91
<b>Quadro 8.</b> Subgrupo 4. Lexemas do participio.	92
<b>Quadro 9.</b> Formas que apresentam variação entra a vogal simples <i>o</i> e o ditongo <i>ow</i> .	142

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Quantificação das ocorrências do pretérito perfeito mapeadas no <i>corpus</i> .	122
<b>Tabela 2.</b> Ocorrências das formas da 1ª e da 3ª pessoa do singular da primeira conjugação.	135
<b>Tabela 3.</b> Ocorrências das formas que apresentam variação entre <i>o</i> e <i>ow</i> .	142
<b>Tabela 4.</b> Ocorrências da 1ª pessoa do singular da 2ª e da 3ª conjugações.	146
<b>Tabela 5.</b> Ocorrências do verbo <i>dizer</i> .	152
<b>Tabela 6.</b> Ocorrências do verbo <i>querer</i> .	155
<b>Tabela 7.</b> Ocorrências do verbo <i>aver</i> .	156
<b>Tabela 8.</b> Ocorrências do verbo <i>trager</i> .	157
<b>Tabela 9.</b> Ocorrências do verbo <i>jazer</i> .	158
<b>Tabela 10.</b> Ocorrências do verbo <i>fazer</i> .	160
<b>Tabela 11.</b> Ocorrências do verbo <i>vïir~viir</i> .	163
<b>Tabela 12.</b> Ocorrências do verbo <i>tëer~teer</i> .	165
<b>Tabela 13.</b> Ocorrências do verbo <i>poder</i> .	166
<b>Tabela 14.</b> Ocorrências do verbo <i>poer</i> .	167
<b>Tabela 15.</b> Ocorrências do verbo <i>ir</i> .	168
<b>Tabela 16.</b> Ocorrências do verbo <i>seer</i> .	169
<b>Tabela 17.</b> Ocorrências do verbo <i>veer</i> .	170
<b>Tabela 18.</b> Ocorrências do verbo <i>saber</i> .	172
<b>Tabela 19.</b> Ocorrências do verbo <i>prazer</i> .	172
<b>Tabela 20.</b> Ocorrências do verbo <i>estar</i> .	173
<b>Tabela 21.</b> Ocorrências do verbo <i>dar</i> .	175
<b>Tabela 22.</b> Ocorrências do verbo <i>ouvir</i> .	178
<b>Tabela 23.</b> Ocorrências do verbo <i>pedir</i> .	178
<b>Tabela 24.</b> Ocorrências do verbo <i>morrer</i> .	178

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMOBLOS

C	Consoante
CBN	Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa ( <i>Colucci Brancuti</i> )
CSM	Cantigas de Santa Maria
E	Códice dos músicos – El Escorial, Real Monasterio de San Lorenzo, MS B.I.2
F	Códice de Florença. Firenze, Biblioteca Nazionale Centrale, Banco Rari, 20
FGT	Fonologia de Geometria de Traços
FL	Fonologia Lexical
GT	Gramática Tradicional
GU	Gramática Universal
Lex	Lexema do Infinitivo
MCF	Formação do constituinte morfológico
MMT	Morfema modo-temporal (Mattos e Silva, 2006)
MNP	Modo-número-pessoa
pp	pessoa do plural
ps	pessoa do singular
PA	Português Arcaico
PB	Português Brasileiro
PCO	Princípio do Contorno Obrigatório
R	Radical
SF	Sufixo flexional
SMT	Sufixo modo-temporal
SNP	Sufixo número-pessoal
SPE	<i>The sound pattern of English</i> , livro de Chomsky e Halle (1968)
SVN	Sufixo verbo-nominal
subst.	substantivo
T	Tema
	Códice rico ou Códice das histórias. El Escorial, Real Monasterio de San Lorenzo,MS
T	T.I.1
To	Códice de Toledo. Madrid, Biblioteca Nacional, MS 10.069
V	Vogal
V ou CV	Cancioneiro da Vaticana
VT (ou V)	Vogal temática
[ ]	fone ou trecho inserido
/ /	fonema
<>	grafema
x	unidade de tempo; proeminência
.	ausência de proeminência
( )	limite dos pés
$\alpha$	nível 1 do léxico
$\beta$	nível 2 do léxico
$\sigma$	sílaba
$\Sigma$	pé

S	forte
W	fraco
√	radical

As transcrições fonéticas seguem o padrão do IPA (*International Phonetic Alphabet*).



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	19
<b>1 Delimitação e Apresentação do Corpus</b>	23
1.1 Algumas considerações sobre a periodização da língua portuguesa	23
1.2 <i>As Cantigas de Santa Maria</i>	28
1.3 A vida de Afonso X	35
1.4 Os códices	40
1.4.1 <i>O Códice de Toledo (To)</i>	41
1.4.2 <i>O Códice Escorial (E)</i>	43
1.4.3 <i>Os Códices Ricos (T/F)</i>	44
1.4.4 <i>A Autoria das CSM</i>	46
1.4.5 <i>A escrita no período das CSM</i>	47
1.5 Considerações finais	49
<b>2 A estrutura do pretérito perfeito do modo indicativo: diversas abordagens</b>	50
2.1 A noção de Morfema	50
2.2. Formação histórica dos verbos portugueses	56
2.3. O sistema verbal do português segundo gramáticos e linguistas	67
2.4 Estrutura morfológica dos verbos portugueses	77
2.5 Pretérito Perfeito do Modo Indicativo: do latim ao português	80
2.6 Algumas considerações sobre os verbos irregulares	86
2.7 Considerações finais	93
<b>3 Embasamento teórico</b>	94
3.1 O surgimento da Fonologia Não Linear	94
3.2 A Fonologia Lexical	98
3.3 A Fonologia Autossegmental - A Geometria de Traços	103
3.4 A Fonologia Métrica	107
3.5 Acento	111
3.5.1 <i>Acento em PB</i>	113
3.6 Considerações finais	119
<b>4 Interpretação e análise dos dados das CSM</b>	120
4.1 Apresentação da metodologia e dados quantitativos	120
4.2 Sobre a metodologia e a quantificação dos dados	120
4.3. Processos Morfofonológicos	126
4.3.1. <i>Processo de Harmonização vocálica</i>	126
4.3.1.1. Harmonização vocálica nas formas do pretérito perfeito do modo indicativo no PA	134
4.3.2. <i>Neutralização morfofonológica e crase da vogal temática</i>	145
4.4 Considerações finais	149
<b>5 Interpretação e análise dos verbos de padrão especial nas CSM</b>	150
5.1. Verbos do tipo 1	151
5.1.1 <i>Lexemas dos tempos do perfeito</i>	152

<b>5.2 Verbos do tipo 2</b>	171
<b>5.3 Verbos do tipo 3</b>	177
<b>5.4 Considerações sobre a variação nos verbos de padrão especial.</b>	179
5.4.1 <i>Variação gráfica.</i>	179
5.4.2 <i>Variação na representação gráfica de VT.</i>	180
<b>5.5 Considerações finais</b>	187
<b>Conclusão</b>	188
<b>Referências</b>	191
<b>Conteúdo do CD-Rom (Anexo)</b>	
<b>Apêndice A- Corpus</b>	
<b>Apêndice B- Ocorrência das formas verbais</b>	

## Introdução

O objetivo principal desta dissertação é o estudo de processos morfofonológicos<sup>1</sup> desencadeados pela flexão verbal das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo do Português Arcaico (doravante PA), no período conhecido por trovadoresco (fins do século XII até meados dos século XIV) - referente à primeira fase do período arcaico. Através do estudo de processos morfofonológicos na flexão verbal, pretende-se descrever as estruturas morfofonológicas das formas do pretérito perfeito na língua dos trovadores, para que posteriormente, seja feito um estudo comparativo entre a estrutura desses verbos no PA e no Português Brasileiro (de agora em diante, PB) atual.

Essa comparação<sup>2</sup> entre o *status* das formas verbais em PA e PB será estabelecida apenas em relação aos processos morfofonológicos verificados e quanto à sua formação durante o processo flexional. Tal estudo comparativo terá por base os resultados obtidos neste trabalho nas *Cantigas de Santa Maria* com resultados obtidos em estudos anteriores no que diz respeito ao sistema flexional do PB, como por exemplo, os de Câmara Jr. (1976 [1970]), Monteiro (2002), Laroca (2005), Kedhi (2003).

A partir da análise da estrutura das formas verbais do pretérito perfeito em PA, pretende-se averiguar, na época em questão, o quanto os processos relacionados ao sistema verbal se modificaram ou se mantiveram, na tentativa de compreender um pouco mais a história e a evolução do idioma, colaborando para a elucidação de alguns fatos importantes do passado linguístico do português que podem contribuir para esclarecer características da sua estrutura atual.

Pelo fato de não existir ainda outro estudo a respeito do sistema verbal do pretérito perfeito do modo indicativo em períodos passados segundo a perspectiva dos modelos fonológicos atuais<sup>3</sup>, o ineditismo da presente pesquisa aponta para sua relevância.

---

<sup>1</sup>Baseando-nos nos estudos de Lee (1992,1995), podemos definir morfofonologia como a interface entre a fonologia e a morfologia.

<sup>2</sup>A proposta da presente pesquisa corresponde a uma descrição de um estágio inicial da língua, visando investigar os processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal do pretérito perfeito do modo indicativo. Vale ressaltar que não se trata de uma pesquisa de cunho socio variacionista *strictu sensu*, uma vez que o foco deste trabalho não envolve nenhum tipo de comparação entre *corpora* de períodos distintos da língua, mas sim uma investigação do comportamento das formas verbais do pretérito perfeito em uma época em que a língua portuguesa (com esta denominação) estava se desenvolvendo.

<sup>3</sup>Vale ressaltar o trabalho de Borges (2008), que, no entanto, trata da constituição das formas futuras em PA, analisando se são simples ou compostas.

Há diversos trabalhos que fazem referência aos verbos do período arcaico, mas a maioria deles é de natureza diacrônica, cujo objetivo principal é descrever os processos de formação da flexão verbal, de um modo geral, não se detendo muito em um momento particular da língua. Dessa forma, pode-se dizer que há muitos estudos sobre a história dos verbos portugueses, mas poucos trabalhos específicos sobre a ocorrência de processos morfofonológicos verbais do período arcaico da língua.

Nas Gramáticas históricas, o que encontramos sobre a flexão verbal e as mudanças na forma que os verbos assumem, tanto em relação às alterações das desinências modo-temporais quanto às vogais temáticas, por exemplo, são apenas descrições desses fenômenos no período arcaico, sem muitas averiguações quanto à natureza das mudanças desse período até a formação do PB. Quando aparecem alusões ao PA nesses estudos, são bastante gerais e concisas, já que o objetivo desses trabalhos não é apresentar uma descrição sincrônica de sucessivas épocas do português. Dentre esses estudos, citamos os tradicionais trabalhos de Williams (1961[1938]), Nunes (1960), Silva Neto (1952), Coutinho (1958), Silveira Bueno (1952), entre outros.

Existem alguns (poucos) trabalhos que se dedicam especificamente ao período arcaico, como os conhecidos estudos de Mattos e Silva (1989, 2006) e Clarinda Maia (1997[1986]), por exemplo. Porém, nenhum desses trabalhos está particularmente relacionado ao sistema de flexão verbal do PA, embora ambas as autoras façam referência a verbos da época. Além disso, as informações fornecidas por Maia (1997[1986]), referentes aos verbos do PA, não são baseadas na análise de textos poéticos remanescentes daquele período da língua, já que a autora considera como *corpus* documentos jurídicos da época.

Foram os fatos assinalados desde os trabalhos mais tradicionais a respeito das cantigas medievais portuguesas que direcionaram a percepção da relevância das formas verbais do pretérito perfeito no PA, fundamental para a elaboração de um panorama mais rico dos fenômenos da Fonologia e da Morfologia da língua daquele período e, com isso, um melhor conhecimento da história do nosso próprio idioma.

Para a constituição do *corpus* do presente trabalho, escolheu-se analisar textos poéticos remanescentes do galego-português medieval. Tais textos apresentam uma grande importância pelo fato de que, quando estudamos um período passado da língua que não possui registros orais gravados na época, é na observação e na análise desse material que se podem levantar questões sobre certos aspectos da realização fonética da língua daquele período.

O *corpus* é constituído das 420 *Cantigas de Santa Maria* (de agora em diante, CSM) de Afonso X, a partir de edições interpretativas e fac-similadas disponíveis ao Grupo de

Pesquisa *Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro*.<sup>4</sup> Estão disponíveis também microfiches de todos os quatro manuscritos em que sobreviveram as cantigas religiosas, fornecidos à orientadora deste trabalho pelas Bibliotecas depositárias dos originais.

De acordo com Bertolucci Pizzorusso (2002, p.142), as CSM são uma obra para ser vista e ouvida, na qual “uma milagristica por imagens junta-se à milagristica em versos”. Na visão de Mettmann (1986a, p.8), justamente por apresentarem um perfeito equilíbrio entre texto, melodias e miniaturas, ocupam um lugar importante na literatura medieval galego-portuguesa.

Chamando atenção para o contexto em que esta antologia foi criada, Leão (2002, p.1) nos mostra a riqueza dos trabalhos elaborados por Afonso X:

No mesmo *scriptorium* também se compilavam leis, ou se registravam em códigos várias normas consuetudinárias; escreviam-se tratados de várias ciências; registrava-se a história da Espanha, bem como uma história geral da humanidade; traduziam-se obras do hebraico, do árabe ou do grego por via do árabe; compunham-se obras sobre jogos e lazeres, como o xadrez e os dados; produziam-se poemas profanos e sacros, cujos textos eram copiados, musicados e miniaturados em belíssimos manuscritos.

Os dados referentes à estrutura das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo encontrados nas *Cantigas de Santa Maria* serão interpretados do ponto de vista da Fonologia Não-Linear, especialmente a partir da Fonologia Lexical. Os modelos métrico e autossegmental (Geometria de Traços) são utilizados para a representação dos processos morfofonológicos encontrados no *corpus*.

Para a consideração dos fenômenos de flexão, com a finalidade de apresentação da estrutura verbal da época, será utilizado como fonte principal o modelo de Morfologia e Fonologia Lexical (KIPARSKY,1982; MOHANAN,1986; LEE,1995). A partir da descrição dos processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal no PA, realizaremos um estudo comparativo dos mesmos processos no PB, com a finalidade de apontar as mudanças verificadas.

A primeira seção desta dissertação apresenta uma contextualização a respeito do *corpus* da pesquisa, as *Cantigas de Santa Maria*. Nessa seção descrevemos as CSM, tratando de questões como a sua autoria, os tipos de poemas que compõem as cantigas e os

---

<sup>4</sup> O desenvolvimento desta dissertação está vinculado ao Grupo de Pesquisa “Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro”, registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, liderado pela orientadora do presente trabalho, cujo objetivo principal é a descrição de aspectos fonológicos da Língua Portuguesa no período arcaico, em especial o trovadoresco.

manuscritos remanescentes. Na mesma seção ainda apresentamos a delimitação temporal do PA e pontos cruciais sobre a vida de Afonso X, a quem se atribui a autoria das cantigas.

Já a segunda seção é dedicada à revisão bibliográfica sobre os principais estudos realizados sobre as formas verbais em português, trazendo uma subseção destinada ao pretérito perfeito do modo indicativo desde a sua formação no latim até ao estágio mais atual da língua.

Na terceira seção, apresentamos alguns pressupostos teóricos essenciais para nossas análises dos processos morfofonológicos. Discorremos sobre algumas questões importantes para os estudos morfológicos, no que diz respeito ao sistema de flexão verbal no português. Sintetizamos também os principais pressupostos da fonologia lexical, da teoria de geometria de traços e da teoria métrica, modelos teóricos que serviram de base para nossa análise linguística, que é detalhada na quarta seção.

Na quarta seção são apresentadas as análises dos processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal do pretérito perfeito do modo indicativo nos verbos regulares. Observamos a ocorrência de processos fonológicos condicionados morfológicamente, bastante semelhantes nas duas sincronias da língua.

A quinta seção é destinada à análise dos verbos de padrão especial. Optamos pela designação “verbos de padrão especial” por a considerarmos mais condizente com os fatos do que a designação “verbos irregulares” (MATTOS E SILVA, 1989, p.351), pois possuem características próprias que permitem classificá-los em subgrupos que trazem características morfológicas semelhantes.

Este estudo permitiu constatar que desde o PA as formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo já apresentavam as mesmas características que encontramos hoje no PB, sobretudo no que diz respeito aos processos morfofonológicos aqui analisados. Isso é possível, pois, pelo menos no que diz respeito ao aspecto verbal, as conjugações já estavam definidas na passagem do latim para o português (cf. Coutinho 1958; Silva Neto, 1952; Said Ali, 1964 [1931]).

Ao fim deste trabalho, no CD em anexo, encontram-se os apêndices, que trazem o verso em que cada verbo está localizado dentro das cantigas e a tabela com as ocorrências das formas verbais.

Esperamos, com esta pesquisa, contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do sistema verbal do português durante o processo de evolução da língua.

## 1 Delimitação e Apresentação do Corpus

Nessa seção, trataremos da delimitação do *corpus* desta pesquisa, as *Cantigas de Santa Maria*. Primeiramente, vamos situar o leitor no período temporal compreendido por esta pesquisa, apresentando algumas considerações sobre a periodização da língua portuguesa no período arcaico. Em seguida, vamos apresentar mais detalhadamente o *corpus*, ou seja, as características das CSM. Como observaremos a seguir, as cantigas podem ser consideradas um testemunho legítimo do PA, pois seu compilador, Afonso X, passou grande parte de sua infância na Galiza, sendo provavelmente falante nativo de galego-português.

### 1.1 Algumas considerações sobre a periodização da língua portuguesa

Não se pode saber com absoluta segurança quando é o início e o término do período do PA. Segundo Mattos e Silva (2001, p.15), o português arcaico é referido como o período histórico da língua portuguesa situado entre os séculos XIII e XV. Historiadores da língua que estudam esse período situam o seu início no século XIII, devido o aparecimento da língua portuguesa documentada.

De acordo com Mattos e Silva (2001), foram fatores históricos que direcionaram a diferenciação entre galego e português, pois, na sua origem, constituem uma mesma área linguística.

Ilari e Basso (2007) afirmam que a língua falada no Estado Português era muito parecida com o galego, daí a denominação galego-português. Segundo os autores:

No século XIII, o galego português foi usado como língua da poesia não só por trovadores portugueses como Dom Dinis (rei a partir de 1290), mas também por trovadores de outras regiões da Ibéria (como por exemplo, Afonso X, o Sábio, rei de Castela). Isso mostra que o galego português gozava de um prestígio e era considerado adequado para desempenhar as funções que, em outras regiões da Europa, foram exercidas pelo provençal. (ILARI; BASSO, 2007, p.22)

Mongelli (2009, p.35) afirma que o galego-português tornou-se a língua de predileção dos trovadores em um movimento iniciado na primeira metade do século XII, quando, atravessando os Pirineus, poetas e jograis da Provença começaram a visitar algumas cortes

régias peninsulares. De acordo com a autora, Santiago de Compostela, na Galiza, era centro de peregrinações de grande popularidade, atraindo romeiros de diversas regiões.

Nesse sentido, segundo Mongelli (2009, p.35), era natural que essa expansão do lirismo realizasse seu trajeto galego-português. Além disso, “foi nessa língua que os próprios reis, como D.Dinis e D. Afonso X, ou nobres da estirpe de um D. Pedro, Conde de Barcelos, compuseram os seus cantares” (MONGELLI, 2009, p.35).

Costa (2006, p.18) afirma que, apesar de existirem indícios de que já haveria manifestações em português na linguagem oral, não é possível resgatar por completo as informações a respeito da língua do período anterior aos registros escritos em galego-português, já que não existem mais os falantes e, naquela época, não havia possibilidade de gravação em áudio. Por isso, a língua que denominamos PA só pode ser encontrada em textos escritos.

De acordo com Mattos e Silva (2001, p. 16), o início da história da escrita da língua portuguesa é marcado pelo *Testamento de Afonso II*, de 1214, e pela *Notícia do Torto*, escrita entre 1214 e 1216. A autora também admite que as mais antigas cantigas de amigo e amor do Cancioneiro Medieval Português se situam, na sua origem, nos inícios do século XIII, já que a *Cantiga da Ribeirinha*, de amigo, e a *Cantiga da Garvaia*, de amor, possuem como inspiração a Maria Pais Ribeiro (a Ribeirinha), personagem documentada na história portuguesa como amante do rei D. Sancho I no período de 1185 a 1212.

Ainda sobre a datação das primeiras cantigas medievais, Mattos e Silva (2006, p. 22) afirma: “Entre os fins do século XII e XIII, as cantigas circulavam na tradição oral e, pode-se admitir, em folhas escritas soltas com poemas de um poeta ou mesmo em ‘livros’ de poemas com o conjunto de sua produção”.

Por sua vez, Tavani (1988, p. 41) recua a data de produção do texto poético mais antigo para 1196, baseando-se em uma cantiga de escárnio de Joam Soares de Paiva – identificada pelo seu primeiro verso: *Ora faz ost’o senhor de Navarra* – que teria sido composta na mesma época dos eventos históricos relatados no poema.

Já Michaëlis de Vasconcelos (1946 [1912-1913], p. 14) declara que, no final do século XII, ainda eram raros os documentos escritos em português. Segundo a autora, somente a partir do século XIII (de 1250 em diante), esses documentos começam a aparecer com maior frequência. Além disso, a estudiosa revela que a língua dos poucos documentos remanescentes do final do século XII, embora fosse a portuguesa - “bem caracterizada pelas suas feições especiais”, ainda apresenta algumas formas do latim bárbaro.



Souto Cabo (2003, p.330) afirma que sucessivas pesquisas nos últimos anos permitiram preencher o hiato cronológico existente entre os primeiros textos considerados escritos em galego-português. O autor faz menção ao *Testamento de Afonso II* e a *Notícia do Torto* e as cartas outorgadas por D. Afonso III aos moradores de Telões de Aguiar, com data de 1255.

De acordo com Souto Cabo (2003, p.331), antes de 1255 a presença do vernáculo é exígua, ocasional e, no caso, aparece fortemente condicionada. Porém, a partir de meados do séc. XIII o uso da escrita galego-portuguesa é expandido, passando a ocupar espaços que até aquele momento eram monopolizados pelo latim.

Segundo o autor, quando se fala, implícita ou explicitamente, de textos latinos vs. galego-portugueses, no período cronológico ocupado pela produção primitiva:

[...] estamos a projectar uma distinção conceptual que não existia como a entendemos na actualidade. Essa aparente dicotomia encobre uma situação muito mais complexa em que não há limites precisos entre o modelo scriptográfico (hoje qualificado como) latino, ou se quisermos latino-romance, e outro com maior grau de oralização, tendencialmente autónomo galego-português. Traços muito diversos deste último estão presentes desde a documentação mais antiga, mas sempre convivendo com o latim. Isto quer dizer que entre o código romance e um texto determinado a relação é sempre gradual e não privativa. Em rigor, esta última aparece, pela primeira vez, no *Testamento de Afonso II* (1214). (SOUTO CABO, 2003, p.331)

De acordo com Borges (2008, p.31), em qualquer estudo de carácter histórico, tende-se a uma delimitação das épocas durante as quais o objeto de estudo, neste caso em particular a língua, apresenta certa coerência. É justamente esta coerência que Nascimento (1988, p.123) declara existir em relação às CSM:

Para nós, a cantiga religiosa afonsina é um documento histórico-lingüístico em que podemos registrar um primeiro estágio de repouso da língua, que legitima identidades sócio-culturais, no mesmo instante em que se instaura como lugar de constituição da memória, já que podemos perceber, em seu funcionamento, reflexos do passado e perspectivas de futuro.

Quando a língua é dividida em períodos, estes não são traduzidos em datas precisas, pois há mudanças linguísticas ocorrendo, embora em ritmos diferentes, de acordo com a época. Por isso, segundo Borges (2008, p.31), “há um consenso entre os autores em não escolher datas, mas sim períodos de separação longos, temporalmente”.

Câmara Jr. (1976[1970], p.18) divide o português em período “arcaico”, que perdura até o século XV e um período posterior denominado de “moderno”. Essas duas fases distinguem-se por traços característicos de natureza fonológica, gramatical e lexical bem demarcados. Há ainda um período denominado de “clássico”, que vai do século XVI ao XVII, e outro “pós-clássico”, que abrange os anos subsequentes.

Durante o período que compreende os séculos IX e XII, já existiam, segundo Borges (2008, p.34), “fenômenos específicos que singularizavam a área linguística galego-portuguesa em relação a outros romances hispânicos”. Esse período é considerado por alguns filólogos de *proto-histórico*. Porém, é no final do século XII e começo do século XIII que se situa o início do PA, como afirma Williams (1961[1938], p.27):

Os mais antigos documentos em português aparecem pelo fim do século XII e marcam o começo histórico do Português Arcaico. Durante quatro séculos a língua sofreu muitas modificações. [...] Pelo fim do século XVI, quase todas as características distintivas do Português Arcaico haviam desaparecido; a língua se tornava, no essencial, a mesma de hoje em dia.

Sobre o que diz respeito ao surgimento da língua portuguesa, pesquisadores são unânimes em afirmar que, com a diversificação do latim ao longo da história, nos deparamos com o surgimento das chamadas línguas românicas. Williams (1961[1938], p.25) nos apresenta as causas das transformações das línguas românicas:

A diferenciação do latim vulgar de uma região para outras, que finalmente resultou na sua transformação nas diversas línguas românicas crê-se ter sido devida às causas seguintes: a) o relativo isolamento geográfico dos grupos entre si b) o desenvolvimento de unidades políticas separadas c) a variação cultural e as circunstâncias educacionais ou o período de romanização e) diferenças dialetais na língua dos colonos itálicos f) os substratos lingüísticos originais g) os superstratos lingüísticos subsequentes.

Mattos e Silva (2001, p.17) faz uma enumeração dos aspectos extralingüísticos mais importantes que determinam o fim do PA, mas ressalta que esses dados devem ser levados em consideração enquanto não existir um estudo estrutural da língua:

são acontecimentos extralingüísticos que são tomados como balizas para marcar o fim do período arcaico, tais como: o surgimento do livro impresso, em substituição aos manuscritos medievais nos fins do século XV e suas conseqüências culturais; o incremento da expansão imperialista portuguesa no mundo, que se refletiu na sociedade portuguesa européia pelo contato

com novas culturas e novas línguas, provocando, certamente reflexos na língua portuguesa no seu processo de variação e mudanças; o delineamento de uma normatização.

Porém, Messner (2002, p.101) faz uma crítica aos autores que tentam delimitar o português arcaico e sua subperiodização, alegando que, na maioria das vezes, o que se faz é repetir o que outros autores já disseram:

[...] pode ver-se o que foi escrito sobre a periodização por autores como Leite de Vasconcelos, Serafim da Silva Neto, Pilar Vázquez Cuesta, Lindley Cintra, Paulo Teyssier, Evanildo Bechara, Clarinda Maia, Ivo Castro, Dieter Messner e Jaime Ferreira da Silva. Quase todos seguem o mesmo esquema, sem oferecer novidades, sem basear-se em estudos próprios, repetindo o que outros já disseram, com exceção de dois, Bechara e Messner.

Para Messner (2002), não devemos nos pautar em fatores extralinguísticos para delimitar o período de evolução de uma língua, mas sim observar quais informações as pistas linguísticas oferecem, para que se possa afirmar com certeza quando a língua deixou de ser latim e passou a ser português. Não vamos abordar essa discussão, pois a nossa intenção com relação à periodização do PA é situar o leitor com relação ao período da língua que está sendo estudado nesta pesquisa, fornecendo uma noção geral do tempo focalizado, localizado no final do século XIII.

Segundo Massini-Cagliari (2005a, p.36), as cantigas religiosas (as CSM, *corpus* dessa dissertação) têm sua datação no final do século XIII, época do reinado de D. Afonso X, rei de Leão e Castela. Sendo assim, o período da língua estudado nesta pesquisa compreende o período em que foram compiladas as CSM, por volta de 1270 a 1284, ano da morte de Afonso X.

Portanto, podemos considerar o texto das CSM como um testemunho legítimo do PA, pois Afonso X, um de seus compiladores, passou maior parte de sua infância na Galiza, o que torna, como será visto adiante, essa obra de grande valor para qualquer estudo que tenha como foco o galego-português do período trovadoresco como objeto de trabalho.

## 1.2 As Cantigas de Santa Maria



**Figura 1.** Miniatura que acompanha a Cantiga 1, Códice Escorial Rico (T)

Fonte: <http://www.pbm.com/~lindahl/cantigas/images/>  
(acesso em 29/09/2010)

Para a realização desta dissertação, o *corpus* de base, para o PA, é constituído pelas *Cantigas de Santa Maria* (CSM). Foram elaboradas em galego-português e atribuídas a Dom Afonso X de Castela, o Sábio, com a colaboração de trovadores, músicos, desenhistas e miniaturistas que acolhia em sua corte. Correspondem a um monumento literário da mais elaborada importância e ocupam um lugar privilegiado na literatura medieval galego-portuguesa.

A escolha das CSM como objeto de estudo se dá devido à grande riqueza lexical que apresentam. De acordo com Parkinson (1998, p.179), elas constituem um monumento literário, musical e artístico da mais elevada importância. Mettmann (1986b, p.8) comprova a relevância desse *corpus* para o estudo do período medieval:

*Por haberse logrado en ellas un perfecto equilibrio entre texto, melodias y pintura ocupan las Cantigas de Santa Maria un lugar privilegiado en la literatura medieval, y no cabe duda de que para su región 'autor', el "fazer sões" y el "pintar" no eran de menor importancia que el "contar", "trobar" y "rimar". Huelga subtrayr el rango que en la historia de la espiritualidad les corresponde a las Cantigas como al monumento literario más destacado del culto mariano en la Península Ibérica, su interés para la historia de la métrica y, finalmente, su importancia como una de las fuentes más ricas del galaico-portugués antiguo.*

Leão (2002, p.1) mostra que foi em um espaço de efervescência cultural que nasceram as CSM, uma coleção de 420 cantigas religiosas em louvor da Virgem Maria (das quais 356 são narrativas e relatam milagres marianos, e as demais, exceto a introdução e os prólogos, são de louvor ou se referem às festividades marianas), com notação musical (salvo o poema introdutório e algumas outras cantigas em que a notação musical não chegou a ser acrescentada, apesar de haver espaço previsto para esta finalidade). Parkinson (1998, p.179) afirma que a intenção dessa coletânea sempre foi a de louvar a Virgem e aumentar a devoção a ela; por este motivo, todas as cantigas são na verdade de louvor e exaltam a Mãe de Deus.

Filgueira Valverde (1985, p.49) ressalta que diversos milagres marianos foram recolhidos de igrejas e santuários europeus, sobretudo franceses e ibéricos, e são de fonte confirmada e bem conhecida, mas muitos relatos ainda hoje são desconhecidos e provavelmente apenas orais.

De acordo com Mettmann (1986b, p.12), podemos dividir as cantigas de milagres em três grupos, segundo a procedência e o cenário das histórias narradas. No primeiro grupo encontramos os milagres da Virgem, divulgados pelo ocidente cristão; alguns reúnem milagres localizados em determinados santuários, sobretudo franceses. No segundo grupo estão as cantigas que tratam dos santuários da própria península. E, por fim, no terceiro grupo, as cantigas que relatam acontecimentos milagrosos sucedidos ao próprio Rei, a membros de sua família ou às pessoas próximas a ele; há ainda algumas cantigas que são de caráter biográfico. Abaixo, segue um quadro extraído de Mettmann (1986b, p.12), que apresenta a distribuição das cantigas de acordo com os tipos apresentados:

Cantigas	Milagres	Internacionais	Nacionais	Pessoais
1-100	89	75	14	1
101-200	90	46	44	3
201-300	90	36	54	8
301-427	87	19	68	13

**Quadro 1.** Distribuição das cantigas de acordo com sua origem (METTMANN, 1986b, p.12).

Ao observar o quadro acima, percebemos que os milagres de tradição europeia predominam nas cem primeiras cantigas. Porém, essa proporção vai diminuindo conforme o avanço a cada grupo de cem e as produções de narrativas localizadas na Península Ibérica aumentam. No final, há um aumento de acontecimentos associados ao Rei Afonso X, ou a membros de sua família e de sua corte. De acordo com Leão (2007, p.24), elas aparecem em uma proporção de nove por um, ou seja, para cada grupo de nove cantigas de milagre tem-se uma cantiga de louvor, numerada com dezena inteira.

Mettmann (1986b, p.13) afirma que a estrutura dos poemas narrativos é invariável. Sempre há um estribilho inicial, que se repete depois de cada estrofe, apresentando o tema. Nas estrofes iniciais ocorrem normalmente indicações relativas ao espaço, à época e nomeiam-se as personagens envolvidas na história a ser contada, como pode ser observado, logo abaixo, na CSM 199:

(1) Cantiga 199: Como un peliteiro, que non guardava as festas de santa maria, começou a lavar no seu dia de março, e travessou-sse-lle a agulla na garganta que a non podia deitar; e foi a santa maria de terena e foi logo guarido.

*Com' é o mund' avondado de maes e d' ocajões,*  
*assi é Santa Maria de graças e de perdões.* } *Refrão (Estribilho)*

Ca sse Deus soffr' ao demo que polos nossos pecados  
 nos dé coitas e doores e traballos e coidados,  
 logo quer que por sa Madre sejam todos perdõados  
 por creenças, por jajus, por rogos, por orações.  
*Com' é o mund' avondado de maes e d' ocajões...*

Poren direi un miragre que fez por un peliteiro  
 que morava na fronteira en un castelo guerreiro  
 que Burgos éste chamado, e demais está fronteiro  
 de Xerez de Badallouce, u soen andar ladrões.  
*Com' é o mund' avondado de maes e d' ocajões...* } Apresentação dos  
 personagens e referência  
 ao local.

Observa-se que o refrão é repetido ao final de cada estrofe e que as duas primeiras nos contam, frequentemente, sobre o personagem envolvido no milagre (no caso um peliteiro<sup>5</sup> - cf. estrofe 2). Verificam-se ainda indicações sobre o espaço - no caso, um castelo. Leão (2007, p.24) afirma também que, além das cantigas de milagre e louvor, encontramos algumas cantigas de festas do calendário cristão.

Ainda sobre a configuração estrutural das CSM, Parkinson (2000) mostra que cada uma das cantigas apresenta um *layout*, que é definido da seguinte forma pelo autor: “*Textual studies of the Cantigas de Santa Maria have paid little attention to layout - the complex sequence of operations and calculations by which the different components of each song were placed on the manuscript pages*” (PARKINSON, 2000, p.243). Os diferentes componentes citados acima pelo autor são os seguintes:

**a) rubrica** - título ou epígrafe. A rubrica frequentemente ocupa quatro linhas acima do primeiro *stave*;

**b) staves** - pautas musicais - parte que se refere à música juntamente com o texto sobreposto;

**c) running text** - texto corrido - é o restante do texto, extraído-se a rubrica e os *staves*.

Veja abaixo um exemplo de *layout* da cantiga 22 do códice TO, extraído de Parkinson (2000, p.248):<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Segundo o glossário de Mettmann (1972, p.227), *peliteiro* é aquele que prepara e vende pele de animais.

<sup>6</sup> As marcações foram feitas pela pesquisadora para uma melhor compreensão e visualização do leitor.

The image displays two pages of a medieval manuscript, T22. The left page is annotated with a large bracket labeled 'Staves' and a smaller bracket labeled 'Rubrica' pointing to the top section. The text on the left page includes: 'Esta é como santa maria guarda a un lauro que non moze se des ferreis que lle dana un caualero e seus omes.', 'Eui gran poder a', 'A e adie deus. de defenher. e', 'amparalos seus.', 'er. an po', 'der. e ei seu fillo ho deu.', 'en defenher quen se chamar por', 'seu. e dest un miragre nos dias', 'en. que ela fez grande nos dias', 'meus. Eui gran poder a a madre.', 'te deus. de defenher e amparalos seus.', 'Et armenteira foi un lauro.', and 'R7'. The right page shows a continuous column of text with musical notation interspersed, labeled 'Running Text'. The text on the right page includes: 'que un caualero por defenher', 'muita gente que ama seu senhor.', 'foi polo marar por nome aures.', 'Eui gran poder a madre de deus', 'de defenher e amparalos seus', 'e o nra seu eullo debullar.', 'na eua. mandoulli langradisar', 'mas el começou a morar a duna', 'de que na eua matou ofuda.', 'Eui gran poder a a madre de deus', 'de defenher e amparalos seus.', 'na lancaras lle deu un pron.', 'mas nonll eua na eua a eua a', 'cunou que era o corcepe enon.', 'mis bano foi que uis mal.', 'Eui gran poder a a madre de deus', 'de defenher e amparalos seus.', 'enon a si ascia lle lancou a', 'e ferri o deus nono chagou', 'a el a eua eua chamou', 'semor ual me como vale os te', 'eui gran poder a a madre de deus', 'de defenher e amparalos seus.', 'non mora ei non mora mal', 'eles pois uon o miragre a tal.', 'que fez a eua eua eua.', 'eua eua ten q'aur eua eua', 'Eui gran poder a a madre de deus', 'de defenher e amparalos seus.', 'fallou se log a eua eua', 'e ad lauro eua eua eua', 'eua eua eua eua eua eua', 'Eui gran poder a a madre de deus', 'de defenher e amparalos seus.', and 'R7'. The page is also annotated with various section markers: S2, R2, S3, R3, S4, R4, S5, R5, S6, R6, S7, and R7.

Figura 2. Layout de T22, extraído de Parkinson (2000, p.248).

Ainda sobre a estrutura das cantigas, Filgueira Valverde (1985, p.45-46) afirma que os refrãos apresentam uma ideia de exemplo, assim como outras partes das cantigas:

*Las Cantigas están escritas, como aquellas otras obras afonsíes, con una Idea de ejemplaridad; los refranes condensan, a modo de <moraleja>, el deber del hombre que se desprende del relato; es frecuente la iniciación de la primeira estrofa sentando una tesis [...] y, en ciertas ocasiones, declarando, de manera muy explícita, cuál es la finalidad puramente didáctica, ejemplar.*



No que diz respeito à maior riqueza lexical das CSM, Leão (2007, p. 152-153) afirma que:

Do ponto de vista do léxico, as *Cantigas* apresentam uma riqueza imensa (como também, embora em menor grau, as cantigas de escárnio), pois não se limitam à tópica amorosa como as cantigas de amigo e de amor. Ao contrário, elas nos falam não só da vida religiosa, mas da vida em toda a sua complexidade, constituindo talvez o mais rico documento para o conhecimento da mentalidade, dos costumes, das doenças, das profissões, da prostituição, do jogo, dos hábitos monásticos, de todos os aspectos enfim do quotidiano medieval na Ibéria.

Além desses fatores apontados por Leão (2007), outra característica das CSM é que elas são acompanhadas por *iluminuras* (desenhos em forma de miniatura que representam em geral o conteúdo narrado na cantiga).

Segundo Costa (2006, p.23), é partir dessas características (a poesia, a música e a gravura) que podemos afirmar, com toda a certeza, que as cantigas religiosas constituem uma das fontes mais ricas de informação a respeito da cultura geral do período medieval.

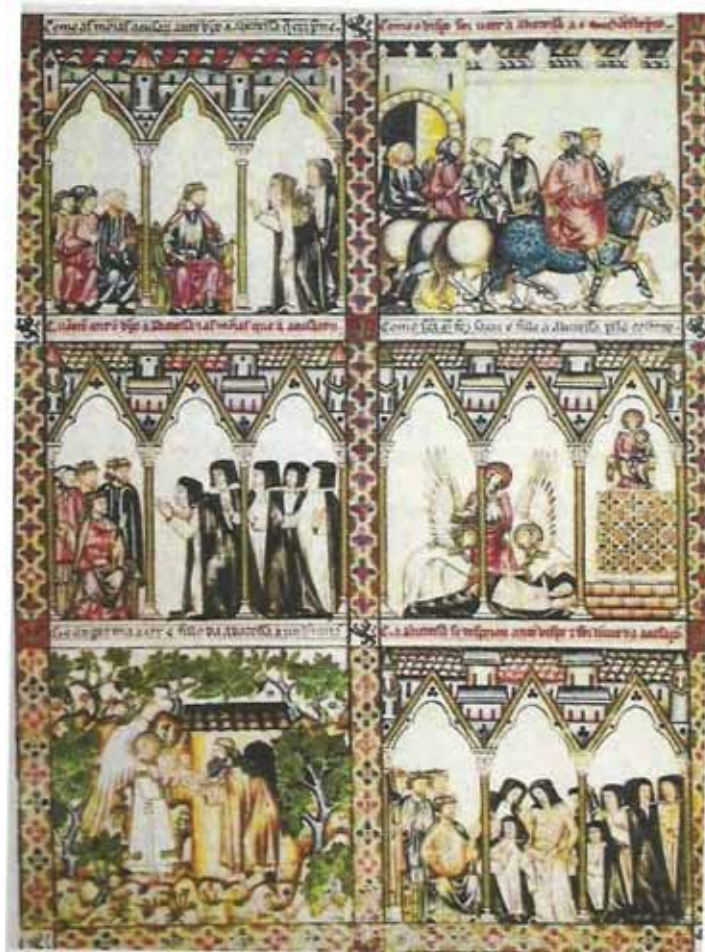


Figura 3 .Iluminura que acompanha a Cantiga 7 (LEÃO, 2007, p. 34).

Nas cantigas de louvor, os temas possuem antecedentes na liturgia mariana anterior ou contemporânea, nas quais o Rei e seus colaboradores se inspiravam, mas sem seguir modelos determinados. Mettmann (1986b, p.14) acredita que existiam clérigos entre os autores, em função da grande familiaridade com os textos litúrgicos.

De acordo com Leão (2007, p.8), nas cantigas de louvor, a presença de Afonso X é retratado com uma postura humilde muito frequente:

Diferentes no propósito e no valor documental são as cantigas de loor, que constituem a parte essencialmente lírica da coletânea. Algumas vezes em discurso direto, mostram sempre o Rei-trovador diante da Virgem Maria, exaltando-lhe as qualidades ou oferecendo-lhe sua devoção, da mesma forma que, nas iluminuras respectivas, a figura do Monarca é presença constante, na mesma postura humilde.

Massini-Cagliari e Cagliari (1998, p. 83) afirma porque é tão relevante a consideração da poesia em uma análise linguística de línguas antigas:

A tradição da análise poética tem mostrado que a poesia pode revelar a duração das sílabas, a localização do acento e pausas (cesuras) e um valor melódico/rítmico de natureza acústica. Com base na observação desses fatos, desenvolveram-se, dentro dessa tradição de análise poética, vários métodos de descrição.

Para Mattos e Silva (2001, p.32), os documentos linguísticos fornecidos pelas líricas medievais galego-portuguesas são muito ricos, pois, através dos dados obtidos e a partir das considerações desses textos, encontramos pontos essenciais para o conhecimento do léxico e de outros aspectos da língua:

O fato de serem poemas de estrutura formal em versos rimados os torna fundamentais, no que concerne a estudos de história da língua, para o conhecimento de fatos fonéticos desse período, como sejam, por exemplo, questões referentes aos encontros entre vogais (hiatos/ditongos), ao timbre vocálico (abertura e fechamento), vogais e ditongos nasais/orais. A morfologia tanto a nominal como a verbal também tem nessa documentação uma fonte fundamental. A questão da sintaxe aí representada deve ser considerada, tendo sempre presente que o caráter excepcional e variável é essencial na construção poética.

Portanto, de acordo com vários estudos e discussões acerca da relação entre os dados contidos nos documentos e a língua indiretamente representada pela língua escrita, é possível

chegar ao português falado da época. Mattos e Silva (2001, p.39) nos aponta esta possibilidade, pois não havia um controle gramatical normativo naquele período, o que faz com que os textos daquela época apresentem variações constantes, fato que é indicador de usos da fala:

[...] sendo a documentação escrita que permanece, e sendo essa uma representação convencional da fala, desta teremos nos documentos um reflexo que permite tirar conclusões até certo ponto seguras, no nível fônico-mórfico, já que, não havendo então uma normatização ortográfica, a análise da variação da escrita oferece indícios para alguma percepção da voz. Do mesmo modo, se o que está escrito procura espelhar a voz e esta nos falta, pelo escrito se pode depreender, embora não integralmente, a língua no seu uso primeiro, em qualquer dos níveis em que se pode estruturá-la: fônico, mórfico, sintático, discursivo.

Segundo Filgueira Valverde (1985), as cantigas, assim como outras obras afonsinas, são escritas a partir de uma ideia de “exemplaridade”. Este fato não era uma mera inclinação pessoal, mas a direção dominante da época

*Así surge el “exemplum”, con su carácter didáctico, de predicación, dando paso a un triple juego: teológico, moral e imaginativo. El orador expone su doctrina, saca la conclusión práctica e ilustra, con una narración o fábula, doctrina y conclusiones. Así, había entendido el ejemplo la retórica clásica, en su utilidad para la comprensión, la persuasión y el recuerdo, apelando a la vez a la inteligéncia, a la voluntad y a la memoria; así lo utilizo la cristiandad desde los Orígenes mismos de la predicación evangélica. (FILGUEIRA VALVERDE, 1985, p.45)*

Não sabemos ao certo quando foi escrita cada uma das 420 cantigas, mas as fases de sua elaboração distribuem-se ao longo de alguns anos. A situação das CSM no tempo tem como base as referências históricas que podem ser extraídas do próprio texto.

A biografia de Afonso X também é um fator crucial na datação dos poemas da coleção, sendo importante apontar os fatos mais relevantes de sua vida para poder supor aproximadamente a data de cada um dos manuscritos (MASSINI-CAGLIARI, 2005a, p.62).

### 1.3 A vida de Afonso X

Apresentaremos nesta subseção um pouco da biografia do rei Afonso X, pois ela nos fornecerá dados importantes sobre a linguagem escolhida para compor as *Cantigas de Santa Maria*.

Afonso X era filho de Fernando III, rei de Leão e Castela, e de Beatriz de Suábia. Sua bisavó, Leonor, esposa de Afonso II, fundou o monastério de *las Huelgas* em Burgos. Sua bisavó, Berenguela, e os pais de Afonso X encontravam-se envolvidos em supostos milagres da Virgem Maria, que foram, posteriormente, recontados por Afonso X nas CSM. A nova construção igreja de Santa Maria na cidade de Toledo foi iniciada por Fernando III por volta de 1225 e seu andamento acompanhou o crescimento de Afonso X (SNOW, 1987, p.475).

Segundo Filgueira Valverde (1985, p.11), Afonso X nasceu em Toledo em 22 de novembro de 1221 e faleceu em Sevilha em 4 de abril de 1284. Tornou-se rei em 1252. Passou sua infância na Galiza e anos mais tarde casou-se com a princesa Violante ou Yolanda, filha de Jaime I de Aragão.

Como rei, Afonso X foi um político hábil e arrojado condutor de campanhas bélicas. Tinha excepcional disposição para seu governo e o realizava de maneira muito direta - mas isso não significa que não tenha enfrentado problemas e cometido erros no exercício do reinado (FILGUEIRA VALVERDE, 1985, p.12).

Sobre as possessões territoriais, Leão (2007, p.18) diz que o rei dominava um território muito vasto, maior do que os dos reinos de Castela e Leão:

[...] seu domínio se estendia da Galiza até Aragão, em toda a faixa Norte, e da Galiza até o Sul, na faixa litorânea, contando-se ainda numerosas cunhas encravadas nos territórios muçulmanos, como Badajós, Sevilla, Córdoba, Mércia e tantos outros burgos que ia tomando aos mouros nas lutas da Reconquista.

A autora ainda afirma que os 32 anos de trono de Afonso X sempre lhe pesaram, não pelas lutas, mas sim pelas intrigas da corte e dissensões familiares, e, como consolo, tinha a companhia das mulheres - teve 12 filhos reconhecidos - e os seus estudos, pelos quais recebeu a fama e a glória de “o Sábio”.

Borges (2008, p.43) afirma que a figura de Afonso X está evidenciada principalmente na atividade poética ibérica do século XIII, por ele ter encorajado e patrocinado tais atividades.

A sua corte foi o lugar de encontro de um grande número dos poetas galego-portugueses mais representativos e de muitos trovadores provençais, que encontraram em Afonso X não só o patrono como também o inteligente e interessado interlocutor (BERTOLUCCI PIZZORUSSO, 2006, p.36).



**Figura 4.** Estátua de Afonso X, o Sábio, localizada na Biblioteca Nacional (Madrid).

Fonte: [http://gl.wikipedia.org/wiki/Afonso\\_X\\_o\\_Sabio](http://gl.wikipedia.org/wiki/Afonso_X_o_Sabio) (acesso em 28/10/2010)

Filgueira Valverde (1985, p.19) também afirma que Afonso X alcança indiscutida soberania, dominando diversos campos, entre eles o das narrativas e louvores religiosos até a lírica profana.

Algumas das suas principais obras, de acordo com Filgueira Valverde (1985, p.24-27), são:

- Afonso X dirige e elabora duas obras importantes na historiografia medieval: *Estória de España e Grande e General Estória*.
- No aspecto jurídico, as suas *Partidas ou Fuero de Las Leyes* são os mais importantes códigos da Idade Média, pois disciplinaram e ajudaram os juristas a conhecer seus direitos e obrigações.
- As obras científicas foram realizadas também com a ajuda de humanistas e de sábios, usando textos traduzidos ou construindo aparatos astronômicos. São alguns desses textos: *Libros del saber de Astronomía, El libro de las cruces, Lapidario, Setenario*.
- O *Libro del achedrex, dados e tablas* trata do lúdico como descanso do trabalho; é um valioso tratado sobre o tema nessa época.

- Afonso X nos lega também uma copiosa obra lírica galego-portuguesa que abarca todos os gêneros, com 44 cantigas profanas e 420 cantigas religiosas, mais um fragmento incluindo as de amor.

Em relação à linguagem utilizada por Afonso X para compor suas obras, Rübescamp (1932, p.280) diz que o rei escreveu toda sua obra poética em galego-português, usando o castelhano (sua língua materna) apenas para trabalhos em prosa. Segundo Leão (2002, p. 2), isso ocorreu devido ao fascínio exercido por uma língua que se afirmava como apta, ou até ideal, para a poesia

O seu prestígio era tão amplamente reconhecido, que muitos trovadores, no ato de trovar, deixavam de lado a respectiva língua maternas e adotavam uma das três grandes línguas poéticas de então. Foi o que ocorreu com D. Afonso X. Compôs suas próprias cantigas e dirigiu ou supervisionou a composição de outras pelos seus colaboradores, utilizando o galego-português.

A autora ainda afirma que a linguagem presente na composição das cantigas não deve ser confundida com o galego-português oral, que como e toda qualquer língua está sempre em constante processo de variação. Porém, embora essa preocupação de distinção entre linguagem literária e linguagem oral deva existir, o galego-português da população, ou seja, do povo não está totalmente ausente nas cantigas e isso é visível nos diálogos encontrados nos textos.

Filgueira Valverde (1985, p.39) já reconhecia um tom mais popular na linguagem das CSM:

*La lengua de los trovadores no era algo artificial, sino un producto artístico, sincero, inspirado muy de cerca en el gallego vulgar, que hoy perdura con muchas características de aquélla, inmediata en las Cantigas a la lengua hablada [...].*

Outro aspecto em relação à linguagem das cantigas observado por Leão (2002) é o fato de a língua materna do trovador ser o castelhano, o que segundo a autora torna inevitável a interferência dessa língua no galego-português. Vale ressaltar que Afonso X viveu parte de sua infância na Galiza, sendo criado por Garcia Fernández de Villaldemiro, tornando-se muito provavelmente falante nativo também do galego-português.

Leão (2002, p.3) nos chama atenção para a riqueza do vocabulário e do estilo em geral das CSM, pois, apresentam uma diversidade muito grande de tema, não retratando apenas a

vida religiosa, e sim também a vida em toda sua complexidade. Segundo a autora, essa complexidade teve repercussão na linguagem.

Filgueira Valverde (1985, p.21) apresenta a mesma opinião de Leão (2002), referindo-se à escolha reflexiva de cada vocábulo usado por Afonso X, sua busca constante de novos assuntos e fórmulas rítmicas para expressá-los, e sua preocupação com cada detalhe da narração poética ou histórica.

Leão (2002, p.3) ainda afirma que o galego-português literário do século XIII apresentava uma unidade, mas certamente já começava a fragmentar-se na língua oral, e isso já era percebido na linguagem literária. De acordo com a autora, prova disso é que a linguagem utilizada nos cancioneiros profanos se encaminha para o português, enquanto que a linguagem das CSM, no que diz respeito à morfologia e fonologia, tende mais para o padrão galego.

Porém, no que diz respeito a esse aspecto, alguns autores discordam de Leão (2002). Entre eles, citamos Gonçalves e Ramos (1985) e Massini-Cagliari (2005a, 2007). Gonçalves e Ramos (1985) afirmam que a linguagem dos cancioneiros e das CSM é a mesma, o galego-português. As autoras entendem por lírica galego-portuguesa um grupo de 1980 textos de assunto profano, que foram transmitidos por três cancioneiros, e 420 textos religiosos, as chamadas *Cantigas de Santa Maria*. Segundo Gonçalves e Ramos (1985, p.18-19), todos esses textos foram escritos numa língua com características bastante uniformes, o galego-português, em um período que vai de finais do século VII à segunda metade do século XIV.

Para Massini-Cagliari (2005a), as diferenças fonológicas encontradas entre esses dois tipos de discurso não são de tipologia dos fenômenos, mas de frequência. Ressalta, ainda, que as CSM possuem um nível de formalidade de expressão muito maior do que as cantigas profanas, “dada a tendência mais latinizante do discurso religioso, que, embora composto em galego-português, se refere a um universo em que dominava o latim, língua oficial da Igreja” (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p.113). E conclui dizendo que “não havendo distinção tipológica, não há diferença de sistema, em outras palavras, trata-se de uma mesma língua” (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p.122).

Podemos, portanto, reforçar que a escolha das CSM como *corpus* deste trabalho é muito pertinente, já que representam a linguagem dos trovadores galego-portugueses (muitos deles, colaboradores de Afonso X); além disso, as informações bibliográficas aqui apresentadas dão conta de que Afonso X passou maior parte da infância na Galiza e era muito provavelmente falante nativo de galego-português.

## 1.4 Os códices

As *Cantigas de Santa Maria* chegaram até nós por meio de quatro manuscritos antigos<sup>7</sup>, todos eles pergaminhos do final do século XIII, repletos de notações musicais. Costumam ser referidos pelas siglas To, E, T e F, e suas cotas para referências são as seguintes (PARKINSON, 1998, p.180):

- E: El Escorial, Real Monasterio de san Lorenzo, MS B.I.2 (conhecido como Escorial ou códice dos músicos) – o mais completo de todos;
- T: El Escorial, Real Monasterio de san Lorenzo, MS T.I.1 (códice rico ou códice das histórias) – considerado o mais rico em conteúdo artístico (sobretudo iconográfico);
- F: Firenze, Biblioteca Nazionale Centrale, Banco Rari, 20 (códice de Florença) – que forma um conjunto com o códice Escorial rico, uma vez que as cantigas que contém completam o códice T;
- To: Toledo, Madrid, Biblioteca Nacional, MS 10.069 – o menor e mais antigo de todos, que contém também um índice de cem cantigas.

Mettmann (1986b, p.21-22), pressupõe três etapas para a elaboração das *Cantigas*:

1. Foi projetada uma coleção de cem cantigas, que provavelmente continha a introdução, o prólogo e a *petiçon*, cada décima cantiga era de louvor, tendo assim 89 de milagres. Esse códice chamado de To está perdido.
2. Terminada a primeira coleção, decidiu-se duplicar o número de cantigas e confeccionar um códice ilustrado (T). Para tanto foi necessária uma reorganização do material de To.
3. Novamente se quis dobrar o número para chegar a 400 cantigas: o complemento F do códice T, que ficou incompleto. Ao lado destes dois preciosos manuscritos, confeccionava-se o códice E, de apresentação muito mais modesta. Para realizar o projeto eram necessárias 359 cantigas de

---

<sup>7</sup>O Grupo de Pesquisa *Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro* (ao qual esta pesquisa está vinculada) tem acesso aos microfílmens desses manuscritos e também a duas edições fac-similadas das *Cantigas de Santa Maria*.



milagre, mas faltaram algumas cantigas. O problema foi solucionado com a repetição de algumas cantigas.

Ainda sobre a confecção e ampliação do projeto inicial da CSM, Massini-Cagliari (2005a, p.34) diz que

[...] evidências sugerem fortemente que T provavelmente começou sua vida como uma coleção fechada de 200 cantigas (o dobro de To). Em algum ponto posterior no tempo, uma decisão foi tomada no sentido de expandir a coleção de T: um segundo volume, justamente F, teria sido preparado, para conter mais 200 cantigas (o que dá o dobro do volume inicial T). [...] Porque essa decisão teria sido tomada já em um momento tardio na vida do monarca, e porque a execução dos *códices de las historias* é extremamente complicada e demorada, um novo projeto foi concebido, mais modesto em termos de iluminuras, em um único volume, capaz de conter a coleção total de 400 cantigas: E (o código dos músicos).

Por sua vez, Montoya Martinez (1987, p.377) vai buscar evidências no conteúdo das cantigas para propor o desenvolvimento dos manuscritos:

- Afonso X decidira compilar 100 cantigas depois de reconquistar Jerez, no ano de 1264, o que nos leva a crer que já estivesse trabalhando nelas anteriormente a essa data.
- Durante suas viagens por Castela, Murcia e Leão, inicia o segundo centenário, como se percebe pela geografia dos milagres recolhidos.
- E por fim, o terceiro e quarto centenário se compõem de milagres recolhidos no norte da Espanha, em Portugal e na França. E de milagres sucedidos à sua família e, por fim, cantigas que expressam a devoção de Afonso X por Santa Maria.

Passemos agora para a descrição de cada um dos códices.

#### 1.4.1 O Códice de Toledo (To)

O código de To (coletânea mais antiga) é o único manuscrito completo das CSM que chegou até nós. Atualmente localizado na Biblioteca Nacional de Madrid, contém 100 cantigas, as quais narram milagres e louvores marianos, um prólogo inicial (que indica as intenções e as finalidades do livro) e uma *petiçon* (que encerra com uma súplica de Afonso X).

Posteriormente foi adicionado um apêndice constituído por cinco cantigas das Festas Marianas, cinco cantigas das Festas de Jesus e mais dezesseis cantigas adicionais com apêndice, contemplando um total de 128 cantigas.

To foi provavelmente concluído em 1275. Os demais, T, F e E, nunca chegaram a ser terminados, estando incompletos; acredita-se que os trabalhos foram paralisados devido à morte de Afonso X, entre 1280-84 (METTMANN, 1987, p.355).

— 2 —

3.

CANTIGA III, fol. II r. y v.\*

**Figura 5.** Cantiga III, fol.II r- Códice de Toledo

Fonte: <http://www.pbm.com/~lindahl/cantigas/facsimiles/To/bob002small.gif>  
(acesso em 29/10/2010)

De acordo com Ferreira (1994, p.72-73), a partir de observações paleográficas e notações musicais, To é na verdade uma cópia da coletânea original:

*We may then conclude that To is a nearly contemporary copy of the first book of the Cantigas de Santa Maria, of c.1270, expanded with three appendices. While representing the first stages of the Alfonsine collection both for the text and the music of the Cantigas, To probably date from the*

*time of the first expansion of the collection, i.e. between 1270 and 1280 at the latest; it should therefore be considered its oldest surviving source.* (FERREIRA, 1994, p.97)

To possui 160 folhas de pergaminho, medindo 315 de altura por 217 de largura e espaço de texto 225 mm x 151 mm, além das folhas de guarda; a letra é francesa, típica de códices do século XII. As letras iniciais são decoradas, mas não iluminadas, a alternância de tinta preta e vermelha também parece ser de caráter decorativo (METTMANN, 1986b, p.25; MASSINI-CAGLIARI, 2005a, p.68).

#### 1.4.2 O Códice Escorial (E)

De acordo com Mettmann (1986b, 1988, 1989), o códice E é o mais vasto, pois contém título, prólogo e 400 cantigas de milagre e louvor. A essas 400 cantigas foram acrescentadas mais doze composições, entre elas se encontram as cinco Festas de Santa Maria presente também em To e outros textos marianos diversos (METTMANN, 1987, p.355).

Foram acrescentadas também, a cada dez cantigas, ilustrações de músicos tocando violas de arco, tuba, tímpanos, etc.; em termos de iluminuras, esse projeto é mais modesto que os demais. Esse manuscrito está quase completo, mas incorpora sete cantigas duplicadas e duas sem notação musical (MASSINI-CAGLIARI, 2005a, p.65).



**Figura 6.** Ilustração: Códice dos músicos (E).

Fonte: [http:// pt.wikipedia.org/wiki/Cantigas\\_de\\_Santa\\_Maria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cantigas_de_Santa_Maria) (acesso em 29/10/2010)

Ferreira (1994, p.62) afirma que:

*The fourth manuscript, E is the most complete source: it contains 413 poetic texts with music for almost of them. Like T, it was transferred in the late sixteenth century from Seville to the Royal Library of El Escorial, where it has since been. Every tenth cantiga in this manuscript is preceded by an illumination representing one or two musicians.*

Tem seis folhas de papel de guarda, 361 de pergaminho avitelado e restos de outras três, provavelmente em branco, que foram cortadas do manuscrito. A altura de cada folha é de 402 mm e a largura é de 274 mm. O texto, escrito em duas colunas de 40 linhas cada uma, em letra francesa de códices do século XIII, mede 303 por 303 mm ou 309 por 198 mm (METTMANN, 1986b, p. 27).

Massini-Cagliari (2005a, p.80) também afirma que, logo após o primeiro fólio, há uma epígrafe de letras góticas maiúsculas, alternadamente azuis e vermelhas, que traz a inscrição: *Prólogo das cantigas das cinco festas de Sca Maria Primeyra*. Abaixo da epígrafe, inicia-se a transcrição das cantigas de festas, antes do índice que se inicia no fólio 13, e que vai até o fólio 26. Os fólhos 26b e 27 estão em branco.

#### 1.4.3 Os Códices Ricos (T/F)

Nos códice T e F está conservada uma versão mais luxuosa, embora incompleta. Uma das possíveis causas para a interrupção dos trabalhos no códice F e a precipitada conclusão de E podem ser explicadas pela morte do rei em 1284.

O códice T é conhecido como “códice rico”, devido ao material utilizado para sua elaboração, às letras e às belezas das suas miniaturas. É constituído num total de 200 cantigas, a maioria com música e cada uma ilustrada com seis ou doze miniaturas.

Ainda sobre a riqueza do códice T, Massini-Cagliari (2005a, p.71) afirma que “é conhecido como códice rico, dada a riqueza do material com que foi feito, o cuidado e o capricho de suas notações musicais e das letras das cantigas e a riqueza e beleza das suas miniaturas”.

Segundo Mettmann (1987, p.355), faltam oito cantigas por perda de fólhos e foram trocados os números 5 e 15, levando alguns estudiosos a pensarem que esse manuscrito foi danificado e não inacabado.

De acordo com Ferreira (1994, p.71-72), o manuscrito T pode ter sido copilado por volta de 1271, já que a cantiga 169 faz referência à viagem de Afonso X a Murcia; F, por sua vez, provavelmente foi copiado depois de 1279, devido às cantigas 257 e 292 implicarem uma data anterior a 1280.

A maioria das cantigas encontradas em To foram copiadas em T, mas sua ordem foi drasticamente alterada, para se realizar um novo princípio de organização: cada quinta cantiga dentro de um grupo de dez tinha que ser longa o bastante para ocupar duas páginas e ter material narrativo para doze ilustrações miniaturizadas em duas páginas adicionais, ao invés de seis ilustrações, como era de costume (FERREIRA, 1994, p.60).

T possui 256 folhas de pergaminho avitelado de 485 mm de altura por 326 mm de largura; há duas colunas de 44 linhas cada uma (METTMANN, 1986b, p.29). Porém, F não apresenta as mesmas dimensões de T. Compõe-se de 131 folhas de pergaminho que medem 456 mm por 320 mm, mas que deveriam medir mais antes da atual encardenação, pois se percebe claramente que foram cortadas, especialmente na parte inferior, onde falta o número em algarismos romanos, de uma antiga paginação que se observa ainda no verso de muitas folhas (METTMANN, 1986b, p.32).

Massini-Cagliari (2005a, p.71) também nos mostra as principais diferenças entre T/F e E/To:

A diferença de T/F com relação a E/To, está [...] na adoção de um *layout* muito mais complicado, que vislumbra a presença de miniaturas como parte integrante de cada cantiga - o que não acontecia em E/To, em que os textos/músicas das cantigas se seguem uns aos outros, sem troca de página nem espaços demarcatórios intermediários.

De acordo com Mettmann (1987, p.356), esses dois manuscritos teriam sido corrigidos posteriormente. Isso pode ser percebido por raspaduras e palavras escritas à margem dos textos.

Parkinson (1998, p.87) afirma que há um número muito elevado de cantigas de louvor em T, que insistem na necessidade de louvar a Virgem, com milagre que a mostrassem participando na vida da família real. Acredita-se que seria um presente para o Papa, para reforçar a candidatura de Afonso X a imperador.

#### 1.4.4 A Autoria das CSM

É muito comum atribuímos a autoria das CSM a Afonso X, sendo o monarca muito empenhado no projeto mariano. Porém, sua autoria tem sido questionada recentemente por diversos autores (cf. Bertolucci Pizzorusso, 2002; Massini-Cagliari, 2005a; Mettmann 1987; Parkinson 1998) apesar de muitas vezes confirmada com relação a alguns poemas.

Ao fazer uma leitura atenta dos textos das CSM é possível notar que o rei se faz protagonista como sujeito de intervenções milagrosas da Virgem Maria em diversas situações, como doenças, dificuldades políticas, êxitos, fracassos, etc. Segundo Parkinson (1998, p.183),

*No contexto do empeño do rei personal nesta obra, e da importancia da obra na sua procura personal de salvación [...] é de supoñer que o rei tería acompañado de cerca a estruturación da obra. Mas en realidade resulta estraño que se teña pensado durante bastante tempo que una colección de semellante tamaño fosse unicamente do Rei Sabio [...].*

Para Parkinson (1998, p.183) é bastante provável que o monarca tenha acompanhado de perto todo o processo de estruturação e composição da obra. Mas sendo rei de um vasto território, fica difícil de acreditar que ele compôs sozinho as 420 cantigas que fazem parte do cancionero mariano.

Já Filgueira Valverde (1985, p.28-29) afirma que Afonso X teve um trabalho direto e intenso na elaboração dos textos devido à unidade estilística das CSM. De acordo com o autor, o papel da corte teria sido o de buscar e reunir temas e histórias, de criação e adaptação da musicalidade ao serviço da poesia.

Montoya Martínez (1987, p.372) concorda com Filgueira Valverde (1985) e completa seu ponto de vista comparando a elaboração das CSM com o problema da inspiração divina da Bíblia, sendo a autoria desta um tema muito estudado pelas igrejas cristãs. Para o autor

*Alfonso X, como fácilmente podemos comprobar, pone como comparación, que podría iluminar tal “contralla fabla” (“contradicción”), el ejemplo de su actividad literaria: el proceso de creación literaria por él ejercitado; proceso que tiene como protagonista al rey, pero, como en el caso bíblico, tiene unos autores secundários que no impiden para nada que la obra, em definitiva, sea atribuida únicamente a un solo autor: el propio rey.*

A respeito desse assunto, Mettmann (1986b, p.17) afirma que uma fração do cancionero pode ser atribuída a um único autor, enquanto que o restante, por apresentar uma diversidade estilística, faz demonstrar a colaboração de vários autores. Filgueira Valverde (1985, p.31) cita que outros poetas também poderiam ter participado no processo de

composição das CSM, entre eles Frei Gil de Zamora, uma vez que era confessor e amigo do rei, além de ser o autor de *Liber Mariae*, onde são relatados 70 milagres da Virgem, sendo que de 70, 50 coincidem com milagre narrados na coltânia afonsina.

Snow (1987, p.476) também aponta a participação de D. Dinis, já que segundo o autor era um dos netos favoritos de Afonso X, tendo seguido os passos do avô em diversos aspectos, sobretudo a paixão pela poesia.

Segundo Massini-Cagliari (2005a, p.62), devido ao fato de Afonso X estar no centro de composição do cancionero mariano, sua biografia é um fator determinante na datação das CSM. Nascido em 1221, Afonso X tornou-se rei em 1252, tendo permanecido no trono mais de trinta anos até sua morte em 1284 (cf. Filgueira Valverde, 1985, p.11). Com esses dados biográficos é possível considerar que as *Cantigas de Santa Maria* foram compostas no decorrer da segunda metade do século XIII.

#### 1.4.5 A escrita no período das CSM

Nesta subseção, faremos uma breve abordagem da ortografia e do sistema de escrita referentes ao período em que foram elaboradas as CSM.

De acordo com Massini-Cagliari<sup>8</sup> (1995, p.32) um dos primeiros problemas a ser enfrentado quando se pretende a trabalhar com textos antigos manuscritos diz respeito à decifração de sua escrita. Segundo a autora, é muito comum percebermos logo de imediato que o padrão da escrita difere muito do uso que fazemos nos dias de hoje.

Para Massini-Cagliari (1995), dentre os estudos realizados sobre filólogos em relação ao português arcaico, existe uma crença de que a escrita do português nesse período era fonética, ou seja, buscava transcrever fielmente os sons da fala de quem produzia os textos. Entre os autores, podemos mencionar Michêlis de Vasconcelos (1946[1912-13]), Nunes (1972), Silva Neto (1952). Porém, Massini-Cagliari (1995) questiona se é possível considerarmos essa escrita como fonética, pois de acordo com a autora:

---

<sup>8</sup> Massini-Cagliari (1995) faz sua análise sobre a ortografia do português arcaico tendo como *corpus* o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*. Por se tratar do mesmo período, adotamos seus critérios para categorizar a escrita das CSM.

O problema em se classificar a escrita [...] consiste na dificuldade de definição de “escrita fonética”. Se se define como “fonética” uma escrita por oposição a um tipo mais “etimológico”, a resposta dada pelos filólogos a esta resposta talvez fosse sim. No entanto, o uso do termo “escrita fonética” é bastante infeliz nesse caso, pois traz sempre consigo, mesmo quando não se quer, a acepção de “transcrição fiel dos sons da fala”. (MASSINI-CAGLIARI, 1995, p.33)

Para sustentar sua posição, Massini-Cagliari (1995,1998) levantou vários argumentos, baseada nos estudos de Cagliari (1990), que diz que para que uma escrita seja considerada puramente alfabética (fonética) ou de base fonética é preciso que o princípio acrofônico<sup>9</sup> sempre seja respeitado. Nesse caso, para a escrita que compreende o período em que foram escritas as CSM, Massini-Cagliari (1995) atesta que vários fatos observados na escrita, juntamente com o princípio acrofônico, revelam que outras forças poderiam estar regendo o sistema de escrita, e um fato característico é a escrita da época ser baseada na latina, que era ortográfica e não fonética, uma vez que os trovadores conheciam muito bem a escrita latina, que utilizada como base para a produção dos textos desse período.

Ao observar os documentos, podemos citar vários fatos que são contrários à classificação da escrita como fonética. Porém, o argumento mais relevante, segundo Massini-Cagliari (1995, p.37), é o fato de existirem diferentes grafias para a mesma palavra, até mesmo dentro da mesma cantiga. Tal fato pode ser exemplificado com os dados coletados nas CSM: *achey* (5.99) ~ *achei* (A.19); *adormeceu* (15.87) ~ *adormeceu* (58.26), etc. E exemplos de variação da escrita na mesma cantiga temos o caso de *foi*, que ora aparece escrito com <i> ora com <y>:

(2)

E poren quero começar  
como **foy** saudada  
de Gabriel, u lle chamar  
foy: “Benaventurada[...] (CSM 1, v.13 - 16)

[...] e demais ta cunnada  
Elisabeth, que **foi** dultar,  
é end' envergonnada”.(CSM 1, v.20 - 22)

<sup>9</sup> De acordo com Cagliari (1990, p.4), o princípio acrofônico diz que no nome das letras já se encontra o som que elas representam. Nesse sentido, de acordo com o autor, “as relações entre letras e sons foram estabelecidas pelo princípio acrofônico, pelo qual o valor fonético da letra coincide com o primeiro som do nome da letra, como em *Alef* (oclusiva glotal)”.



A partir desse fato, Massini-Cagliari (1995, p.39) afirma que, em um sistema ortográfico, os sons não precisam necessariamente ser transcritos foneticamente, para que sejam capazes de garantir a leitura, ou seja, o reconhecimento da palavra, enquanto unidade escrita. Pois, segundo a autora, ao reconhecer a palavra, o falante da língua estará automaticamente reconhecendo seu significado, mas também seu significante, ou sua forma de pronunciar essa palavra. Desta forma, mesmo que esta pesquisa parta de um *corpus* transcrito ortograficamente (isto é, que não transcreve diretamente os sons da fala), a busca dos fatos fonéticos não se encontra prejudicada, uma vez que a metodologia adotada atenta para os filtros que revelam os fatos fonéticos por trás da ortografia.

Portanto, através das considerações feitas por Massini-Cagliari (1995), iremos adotar que a escrita no período as CSM era ortográfica e não fonética. Segundo a autora, quando trabalhamos com textos antigos escritos ortograficamente, há grande dificuldade em descobrir a pronúncia exata dos falantes, uma vez que todos os falantes nativos daquele período já estão mortos. Com isso, nunca será possível fazer afirmações completamente precisas a respeito de fenômenos segmentais do português arcaico, utilizando como fonte para reflexão apenas a forma gráfica das palavras.

## 1.5 Considerações finais

A presente seção teve como principal objetivo delimitar o período histórico focalizado por nosso estudo e mostrar a relevância do *corpus* escolhido. As CSM foram escolhidas para ser *corpus* desta pesquisa por serem produzidas no final do século XIII, portanto, durante o período denominado arcaico, quando se desenvolveu a língua denominada galego-português. Outro motivo é que as CSM constituem um material poético, fato crucial para descobrirmos pistas da estrutura prosódica daquele período.

Assim, como será possível comprovar nas seções 4 e 5 dedicadas à análise dos dados, este *corpus* pode fornecer dados importantes para nossa pesquisa sobre os processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal do pretérito perfeito do modo indicativo.

## 2 A estrutura do pretérito perfeito do modo indicativo: diversas abordagens

Esta seção traz uma breve apresentação dos principais estudos publicados sobre verbos em Língua Portuguesa. Primeiramente, serão apresentadas as estruturas das formas verbais portuguesas, tais como vistas desde as gramáticas históricas até chegar aos estudos linguísticos mais recentes. Posteriormente, trataremos do pretérito perfeito do modo indicativo, que constitui o recorte feito para o desenvolvimento desta pesquisa.

### 2.1 A noção de Morfema

A noção de morfema é muito importante quando se trata de análises morfofonológicas. Nesta dissertação, para realizar a análise dos processos morfofonológicos encontrados, tomamos como ponto de partida a fragmentação das formas verbais em unidades mínimas portadoras de significado. Dos tipos de morfemas constituintes das formas verbais do PA estudadas nesta dissertação, os que são mais recorrentes são: os morfemas aditivos e os morfemas zero, já que nas formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo não há morfemas modos temporais, ou melhor, eles são representados pelo morfema zero que marca essa ausência.

Rosa (2000, p. 44) afirma que o paradigma verbal da língua portuguesa atual apresenta as diversas realizações da palavra, ou lexema. Para exemplificar, a autora utiliza o verbo *amar*:

(3)

	<b>Indicativo</b>	
<b>Presente</b>	<b>Pretérito Perfeito</b>	<b>Pretérito Imperfeito</b>
1sg am -o	am-ei	am-ava
2sg am-as	am-aste	am-avas
3sg am-a	am-ou	am-ava
1pl am-amos	am-amos	am-ávamos
2pl am-ais	am-astes	am-áveis
3pl a-mam	am-aram	am-avam

<b>Pretérito Mais- Que-Perfeito</b>	<b>Futuro do Presente</b>	<b>Futuro do Pretérito</b>
1sg am-ara	am-arei	am-aria
2sg am-aras	am-arás	am-arias
3sg am-ara	am-ará	am-aria
1pl am-áramos	am-aremos	am-aríamos
2pl am-áreis	am-areis	am-aríeis
3pl am-aram	am-arão	am-aria

Tais formas, de acordo com Rosa (2000, p. 44), resultam das variações ao longo de cada categoria gramatical admitida pelo verbo em português e das combinações entre as diferentes categorias. Cada categoria – número, por exemplo - concretiza-se como propriedades morfossintáticas (como singular e plural), que se opõem e se excluem.

Observando o exemplo acima, temos que o hífen não possui a função de assinalar a segmentação em unidades mínimas de som e significado, mas serve para indicar que qualquer verbo regular pode seguir esse paradigma, que funciona como uma espécie de molde, ou, como afirma Rosa (2000, p. 45), como uma fronteira para as regras que derivam formas do paradigma.

Dentro de um modelo de análise estruturalista, não há necessidade de um paradigma para que uma palavra derive da outra. O papel da morfologia passa ser o de juntar “pedaços de material”, ou morfemas (que são signos mínimos), para que se possa fazer uma análise estrutural ou sintagmática (ROSA, 2000, p.45).

De acordo com Rosa (2000, p.48), se substituirmos *am-* por *louv-* ou por *ador-*, por exemplo, temos uma forma que apresenta outro significado lexical, o que nos faz concluir que *am-* é uma unidade de som e significado, um morfema, portanto.

A respeito da definição de morfema, Rocha (1999, p. 27) afirma que, no afã de descrever as línguas, os estruturalistas chegaram ao conceito de morfema, que definiremos provisoriamente como “a menor unidade significativa da palavra”.

Por sua vez, Bloomfield (1984[1933], p. 564) diz que o morfema é uma forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores. Basílio (1974, p.80) ainda afirma que:

[...] dois passos são fundamentais no processo de identificação dos morfemas. No primeiro, o da segmentação, serão isoladas na cadeia da fala seqüências fônicas recorrentes mínimas que apresentam significado; no segundo, o da classificação, serão considerados membros do mesmo morfema os morfemas que apresentam distintividade fonético-semântica comum.

De acordo com Rosa (2000, p. 48), cada morfema é um átomo de som e significado – isto é, um signo mínimo. Segundo essa perspectiva, a morfologia é o estudo desses átomos e das combinações que podem ocorrer.

Kehdi (2003, p. 40), baseado no *Dicionário de Lingüística e Gramática* de Câmara Jr. (1964), afirma que os morfemas, do ponto de vista do significante, podem ser divididos em: aditivos, subtrativos, alternativos, reduplicativos, de posição e zero. Passaremos a especificar abaixo os principais traços que caracterizam cada um (cf. Kehdi, 2003).

a) **Morfema aditivo:** são segmentos que se anexam a um núcleo (geralmente o radical). São exemplos de morfemas aditivos os afixos (prefixos e sufixos), as vogais temáticas (verbais e nominais) e as desinências (verbais e nominais). Por exemplo, na palavra *recompôr*, o prefixo *re-* transmite a ideia de repetição, ou seja, é o ato de fazer que volte ou voltar à forma ou estado anterior (cf. *Recompôr um grupo desfeito*). A combinatória desses elementos ao radical é bastante rígida e a ordem dos segmentos é determinada de modo bem específico.

b) **Morfema Subtrativo:** é quando ocorre a supressão de um fonema do radical para exprimir alguma diferença de sentido. Embora seja mais raro que o morfema aditivo, existem alguns casos no português. De acordo com Kehdi (2003, p.42), examinado o par *anão/anã*, podemos afirmar que o feminino é obtido através da eliminação do *-o* masculino. Ao fazer a descrição da flexão desse par, o autor formula a regra segundo a qual o masculino é formado pelo acréscimo do *-o* à forma do feminino. Se partíssemos dos masculinos, não poderíamos, segundo Kehdi (2003, p.43), afirmar que o feminino resulta da queda do *-o*, porque os substantivos em *-ão* apresentam vários tipos de femininos: *anão/anã*; *leão/leoa*, etc.

c) **Morfemas alternativos**: consistem na substituição de fonemas do radical, que passa a apresentar duas ou mais formas alternantes. Kehdi (2003, p.43) cita como exemplo os processos de alternância vocálica, que são muito frequentes no português. Sobre esse assunto, Rosa (2000, p.55) afirma que o morfema alternativo consiste na mudança da estrutura fônica da raiz, seja por alternância da qualidade ou quantidade de vogais, de consoantes, de acento ou de tom. Em português existem casos como *fiz/fez*.

d) **Morfemas reduplicativos**: a repetição da parte inicial do radical (especificamente, a primeira consoante seguida da primeira vogal) tem valor morfológico. No latim era muito comum esse fenômeno para indicar algumas formas do pretérito perfeito do modo indicativo e o redobro expressivo ou intensivo. No português não há morfemas reduplicativos. O fenômeno de reduplicação é bastante frequente na linguagem infantil e nos hipocorísticos, como por exemplo, *papai, mamãe, FiFi, vovô* (KEHDI, 2003, p.45).

e) **Morfemas de posição**: a disposição dos morfemas na frase pode ter valor gramatical. O morfema de posição distingue-se dos outros tipos aqui apresentados por não se constituir em acréscimos ou subtração de segmentos. Por exemplo, em: *Hoje, vou sair / Vou sair, hoje*, a posição do variável do advérbio não altera em nenhum momento o sentido da frase. Existem combinações livres, como a dos exemplos acima, e combinações que ocasionam uma mudança de significado, como em *João viu José/ José viu João*. Kehdi (2003, p.46) ressalta que as combinações de segmentos internos ao vocábulo são estudadas na morfologia, cabendo à sintaxe o estudo das combinações ao nível da frase.

f) **Morfema zero**: O morfema zero é postulado se três condições foram satisfeitas: 1) é preciso que o morfema zero corresponda a um espaço vazio; 2) esse espaço vazio deve opor-se a um ou mais segmentos; 3) a noção expressa pelo morfema zero deve ser inerente à classe gramatical do vocábulo examinado (KEHDI, 2003, p.47). Os conceitos sobre morfema zero serão retomados na seção 4 desta dissertação.

Ainda sobre a definição de morfemas, vale ressaltar a existência do processo de cumulação. Segundo Rosa (2000, p.65), na análise morfêmica espera-se que a um elemento de significado deva corresponder apenas um elemento no nível da expressão e vice-versa. Para exemplificar o princípio da cumulação, que vai contra esta expectativa, Rosa (2000, p.65) retoma em seu livro a análise de Pontes (1965) para o verbo *amar*:

(4)

amas		
Am-	-a-	-s
raiz	VT+indicativo presente	2 <sup>a</sup> ps

De acordo com a autora, Pontes (1965) ao propor que um único morfe pudesse representar a vogal temática e a desinência TMA<sup>10</sup>, ocorre a quebra do desiderato de que um único morfe representa duas posições distintas do padrão verbal.

O mesmo fenômeno ocorre em *amo* (1<sup>a</sup> ps presente do indicativo), onde temos que o morfema de número-pessoa *-o-* nos indica cumulativamente: indicativo presente + 1<sup>o</sup>ps. Nos dados analisados nesta dissertação, podemos afirmar que há a presença do morfema cumulativo no processo morfológico de neutralização e crase na 1<sup>a</sup> ps do pretérito perfeito do modo indicativo, pois temos ao final do processo o morfema de número-pessoa *-i* representando a vogal temática e a desinência NP.

Outro conceito morfológico importante é a distinção entre radical e tema. Segundo Monteiro (2002, p.41), observando os vocábulos portugueses, verificamos que geralmente terminam por uma vogal, depois da qual costumam aparecer as desinências. Nas palavras *casamento*, *foguete* e *cadeira*, após as vogais (*o*, *e*, *a*), temos o morfema /s/ indicativo de plural. E, segundo o autor, para localizarmos o radical de uma palavra, basta retirarmos a vogal final e tudo que aparece depois dela. Nesse caso, os radicais das palavras citadas são: *casament-*, *foguet-*, *cadeir-*.

Já quando o radical apresenta a vogal final, que passa a ser denominada vogal temática, o radical passa a ser conhecido por tema. De acordo com Monteiro (2002, p.41), o tema é um tipo de radical ou radical completo, pronto para receber os morfemas próprios das categorias gramaticais. O autor ainda diz que a vogal temática, por ser átona, em contato com o sufixo iniciado por vogal, sofre elisão ou crase.

<sup>10</sup> Segundo Rosa (2000), TMA deve ser lido como tempo-modo-aspecto.

Por sua vez, Rocha (1999, p.102) define raiz como sendo um morfema comum a várias palavras de um mesmo grupo lexical, portador da significação básica desse grupo de palavras. Segundo o autor,

[...] em *claro, clarear, aclarar, esclarecer, esclarecimento e clarividência*, a raiz é *clar-*. Em *livro, livrinho, livreiro, livraria e livresco*, a raiz é *livr-*. Em *tom, tonal, tonicidade, entoar, desentoar, toado e desentoadamente*, a raiz é *tom*, com a variante *to-*. (ROCHA, 1999, p.102)

Veja os exemplos (cf. Rocha, 1999, p.103):

(5)

terra	estudar
terreiro	estudo
terraria	estudante
terreno	estudantil
térreo	estudável
subterrâneo	reestudar
RAIZ: terr-	RAIZ: estud-

Observando os exemplos acima, verificamos que tanto *terr-* quanto *stud-* são portadores da significação do grupo de palavras que representam, por isso são denominados de raízes.

Cunha e Cintra (1985) também não tratam do conceito de raiz em sua gramática, só se referem ao radical. Rocha Lima (1972) e Cegalla (1978) afirmam que o conceito de raiz só interessa à gramática histórica.

Confrontando o ponto de vista de Rocha (1999), Kehdi (2003, p.27) diz que o radical corresponde ao elemento irreduzível e comum às palavras da mesma família. De acordo com autor, devemos evitar a designação de raiz, vinculada à perspectiva diacrônica, para se referir ao radical. Nem sempre há coincidência entre os enfoques sincrônicos e diacrônicos, por exemplo, em *comer*, o radical é *com-* (cf. *comida, comilão*), ao passo que a raiz é *ed-*. A raiz é do domínio da origem histórica e o radical é do domínio da sincronia da língua (KEHDI, 2003, p.26-27).

Rocha (1999, p.103), define radical como a parte que está presente em todas as formas de uma mesma palavra, assim como postulou Kehdi (2003). O termo corresponde à expressão inglesa *word-form*, traduzida como forma lexical. Segundo o autor, cada palavra possui o seu radical específico, que pode ou não coincidir com a raiz ou radical de outras palavras.

Rocha (1999, p.103) afirma que, para encontrar o radical de uma palavra, flexiona-se o nome em gênero e número e o verbo em pessoa, número, tempo, modo e aspecto. A parte comum às variações de flexão é o radical. O radical diferentemente da raiz pode ser decomposto.<sup>11</sup> Veja os exemplos (cf. Rocha, 1999, p.103):

(6)

<b>Item Lexical</b>	<b>Radical</b>
menino	menin-
cozinheiro	cozinheir-
belo	bel-
estudioso	estudios-
varrer	varr-

Nesta dissertação adotamos o mesmo procedimento proposto por Rocha (1999) para encontrar os radicais das formas verbais do pretérito perfeito. As partes que são comuns às variações da flexão adotamos como radical. Por exemplo, em *saltitou*, *saltitamos* e *saltitei* adotamos que o radical é *saltit-*, parte comum e invariável para as três formas verbais. Os conceitos acima foram de extrema importância para o desenvolvimento das análises dos dados, uma vez que partimos da fragmentação da estrutura morfológica do verbo para poder obter uma análise mais detalhada dos processos morfofonológicos mapeados.

Antes de apresentar os resultados iremos abordar a formação histórica dos verbos na língua portuguesa, sua estrutura morfológica e o como os estudos linguísticos recentes tratam as formas verbais, sobretudo o pretérito perfeito do modo indicativo, objeto de estudo dessa pesquisa.

## **2.2. Formação histórica dos verbos portugueses**

No *Dicionário de Linguagem e Lingüística*, Trask (2004, p.304) afirma que a classe dos verbos é universal e que nunca foi descoberta uma língua em que os verbos não formassem uma classe à parte. Já para Crof (2001), não existem categorias linguísticas

---

<sup>11</sup> De acordo com Rosa (2000, p.51), o radical primário (raiz) é o elemento mínimo de significado lexical. Se for ampliado por derivação ou por composição, forma o radical secundário. Em *transformar*, por exemplo, temos um radical secundário *transform-*. Retirando o prefixo (*trans-*) ficamos com o radical primário (raiz) *form-*. Monteiro (2002, p.46) também afirma que o radical inclui a raiz e os elementos afixais que entram na formação das palavras. O autor ainda nos diz que as raízes são morfológicamente inanalísáveis, ao passo que os radicais podem ter, além da raiz, um ou mais afixos derivacionais.



universais e um exemplo de sua argumentação é a identificabilidade da categoria de verbo, que segundo o autor é uma categoria crítica para a maior parte das teorias da gramática.

De acordo com Crof (2001), classicamente, a classe dos verbos é identificada como suporte de categorias gramaticais, tais como tempo, pessoa e modo. O autor pondera que existem línguas como o Makah (língua nativa norte americana) que marca essas categorias em palavras, que poderiam ser traduzidas como nomes, adjetivos ou advérbios; de outra parte, há línguas, como o Vietnamita, que não marcam essas categorias em palavras nenhuma.

Segundo o argumento de Crof (2001), ao insistirmos em uma definição universal para a classe de verbos, teríamos que afirmar que em Vietnamita não há verbos, enquanto que, em Makah, todas as palavras são verbos.

Dubois (1978, p.612), por sua vez, diz que, na linguística estruturalista, o verbo é o constituinte do sintagma verbal; ele se define pelo seu contorno, ou seja, pelo fato de que ele pode ser (em português) procedido de um sintagma nominal sujeito e um sintagma nominal objeto. Define-se também pelas suas marcas de tempo, pessoa e número.

No sistema verbal português, Rocha (1999, p.204) afirma que os morfemas verbais caracterizam-se pela não opcionalidade, isto é, constituem um sistema fechado. E dada uma forma verbal nova (*malufar*, por exemplo), é de se supor que existam à disposição do falante todas as flexões possíveis desse verbo.

Nas primeiras gramáticas sobre a língua portuguesa, entre elas, a *Gramática da Linguagem Portuguesa* de 1536, Fernão de Oliveira dedica um pequeno capítulo para os verbos – cf. Figura 7, abaixo.

jõbaria de m̃y os da terra porq̃ o eu assi pronũciaua segũdo q̃ o apñendera na beira. ¶ Isto dize da primeira pẽssoa do p̃sente do indicatiuo: porq̃ esse tẽpo ⁊ o infinitiũo são principio da cõjugação: o qual infinitiũo ou acaba em ar. como ainar. ou em. er. como fazer. ou em. ir. como dor mir. mas cõ tudo tambẽ abi tem suas exceições os ṽbõs por q̃ este verbo ponho pões. faz o seu infinitiũo ê. or. dize do. por. o qual todavia ja fez poer ⁊ ainda o assi ouuim? a alghũs velhos: destes dous lugares formamos toda ha outra conjugação a qual he diuerfa como logo diremos ensinãdo quãtas são as coujugações ⁊ amoestãdo q̃ habi bellas exceições. ¶ Capitulo. xlviii.

**D**ize que não emui disforme do q̃ aqui fazemos dizey como de caminho q̃ cousa he cõjugação ⁊ em outra parte o repetirei ou declararei mais por inteiro. Cõjugação e ajuntamẽto de diuerfas vozes q̃ segundo boa ordẽ se ordenão seguindo-se hũas tras outras e os verbos: ⁊ porq̃ dissemos que estas vozes erão diuerfas: vejamos agora como tẽ as vozes dos verbos primeiro diuersidade em cõjugação: por que dhũa maneira proporcionamos hũs por outros: os verbos q̃ fazem o infinitiũo em. ar. ⁊ a segũda pẽssoa em. as. como fallo. falas. falar. ⁊ doutra maneira, os q̃ tẽ a segunda pẽssoa em. es. ⁊ o infinitiũo em. er. como faço. fazes. fazer. ⁊ doutra maneira pporcionamos os verbos q̃ tẽ o infinitiũo acabado em. ir. como durmo durmir. ouço ouuir. porque esta he a diferẽça q̃ tem as coujugações antre nos mayes elara ⁊ em q̃ milhor se conheçẽ. as quaes cõjugações nos sas ou dos nossos verbos são tres: ⁊ cada hũa dellas tem seus modos: como falamos. falemos: falae. ⁊ falar. ⁊ cada modo tẽ seus tẽpos como fallo: falana. falei. ⁊ falarei. ⁊ cada tempo seus numeros: como fallo ⁊ falamos. falas: ⁊ falaes

**Figura 7.** Capítulo sobre verbos.  
Gramática da Linguagem Portuguesa (1536),  
Fernão de Oliveira.

O autor as define as conjugações verbais como um ajuntamento de diversas vozes que segundo “boa ordem se ordenam seguindo-se hũas tras outras em verbos” (OLIVEIRA, 2000[1536], p.151). O autor também reconhece a divisão das conjugações em três, seguindo as terminações de infinitivo: *-ar*, *-er*, *-ir*. Em relação às formas de gerúndio e do participio, traz os seguintes exemplos: *amando*, *sendo*, *fazendo* (para os gerúndios) e *lido*, *amado*, *regido* (para os participios).

Fernão de Oliveira (2000[1536]) também afirma que existem verbos que não são conjugados em todos os modos e tempos. “E porém alguns verbos não têm todos os modos e outros faltam em tempos; e assi em cada hũa das outras cousas também às vezes alguns verbos têm alghũa falta” (OLIVEIRA, 2000 [1536], p.152).

Em *Pontos de Gramática Histórica*, Coutinho (1958, p.299) nos apresenta as quatro conjugações verbais que havia no latim clássico, caracterizadas pelas suas respectivas vogais temáticas, que eram as seguintes:

(7)

- ā: na primeira conjugação
- ē: na segunda conjugação
- ī e -u: na terceira conjugação
- ī: na quarta conjugação

No latim popular (vulgar), houve certa “confusão” (segundo o termo do autor) entre as conjugações e as que menos sofreram modificações foram a primeira e a quarta. No português arcaico, existiam, tal como hoje, três conjugações. Suas terminações de infinitivos foram preservadas, ou seja, não sofreram modificações durante o processo de evolução da língua, e são elas (cf. Coutinho 1958, p.300):

(8)

- ar: primeira conjugação
- er: segunda conjugação
- ir: terceira conjugação.

No que se diz respeito à produtividade das conjugações, Coutinho (1958, p. 300) faz a seguinte afirmação:

De todas as conjugações é esta [primeira] a que ainda conserva a capacidade criadora, em português. Com efeito, se excetuarmos a segunda, que serve apenas para formar verbos incoativos, as demais são inteiramente improdutivas.

Para as novas criações verbais recorria-se à primeira conjugação, assim como fazemos até os dias de hoje no português atual. Explica-se o fato de a primeira conjugação ser a mais produtiva, pois ela apresentava e apresenta ainda hoje formas verbais decorrentes de substantivo, como, por exemplo, no latim, *plantare* (*planta*) e em português *plantar* (*planta*); provenientes de adjetivos e participios; originários do grego com a terminação *-an*, *-ein*, *-izein* e formas oriundas do germânico com a terminação *-an*, *-on*. Além de produtiva, a primeira conjugação é a que mais resistência oferece ao longo do processo de transformação da língua

portuguesa, ao passo que verbos de todas as conjugações (2ª e 3ª) têm passado para a 1ª conjugação, como por exemplo, *torrere-torrare* (*torrar*).

A segunda conjugação possui uma capacidade criadora limitada à formação de verbos incoativos, como, por exemplo, *anoitecer* (*noite*) e *amanhecer* (*manhã*), *adoecer* (*doente*), *embranquecer* (*branco*), etc. Em português, a segunda conjugação é resultado da fusão da segunda conjugação latina com a terceira (cf. Coutinho, 1958, p.273).

E, por fim, temos a terceira conjugação. A esta pertenceram no português arcaico os verbos germânicos terminados em *-jan*, como, por exemplo, *fornir*, *escarnir*, (cf. *frōnjan*, *skīrnjan*, *warnjan*<sup>12</sup>). Estes verbos tornaram-se depois incoativos, que indicam mudança de estados ou características, como temos hoje em português: *fornecer*, *escarnecer*, *guarnecer*, etc. (cf. Coutinho, 1958, p.301).

Por mais que a conjugação latina tenha se conservado em português, houve neste processo de transformação muitas perdas e novas criações. Coutinho (1958, p. 301) afirma que:

Apesar de a maioria dos tempos das conjugações latinas se ter conservado na língua portuguesa, com idêntico emprego, alguns, todavia, se estenderam a funções novas, outros desapareceram, tornando-se assim necessária a criação de tempos novos para os substituir.

As formas verbais que passaram a ter novos empregos no português foram as seguintes (cf. Coutinho, 1958, p. 301-302):

- O imperfeito do subjuntivo gerou provavelmente nosso infinitivo pessoal;
- O pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo passou a funcionar como imperfeito do mesmo modo;
- O futuro do perfeito do indicativo fundiu-se com o pretérito do subjuntivo, dando origem ao nosso futuro do subjuntivo;
- O presente do subjuntivo forneceu ao imperativo afirmativo a 1ª e a 3ª pessoas e para o imperativo negativo todas as pessoas;

---

<sup>12</sup> Exemplos extraídos de Coutinho (1958, p.214).

- O gerúndio que deu nosso particípio presente<sup>13</sup>.

Já as formas que não passaram do latim para o português foram (cf. Coutinho, 1958, p.302):

- O futuro imperfeito do indicativo;
- O futuro imperativo;
- O perfeito do infinitivo;
- O particípio presente, que deu ao português alguns substantivos e adjetivos, tais como *ocidente, poente, doente*, etc.;
- O particípio futuro ativo, de que conservamos vestígios nas formas cultas. Aparecem, derivadas deste particípio, formas como *censura, ventura, usura*, etc.;
- O gerúndio, que se encontra representado no português por alguns substantivos, como por exemplo, *lenda, fazenda, memorando*, etc.;
- O supino, que desapareceu do latim, data do século I, tendo sido usado em sua substituição o infinitivo preposicionado.

Como novas criações românicas temos o futuro, o condicional, as formas analíticas do presente e do imperfeito da voz passiva e os tempos compostos. Abordaremos brevemente essas criações (cf. Coutinho, 1958, p. 302).

- Futuro: Havia no latim um futuro terminado em *-am* na terceira e quarta conjugações. Devido à semelhança de algumas formas com as do indicativo e do subjuntivo presente, recorreu-se então a uma perífrase verbal, formada pelo infinitivo de um verbo e o indicativo de *habere*: Infinitivo (verbo) + *habere* (Indicativo).
- Condicional: Apareceu nas línguas românicas para indicar o futuro do perfeito ou condicional. No latim clássico era expresso pelo imperfeito do subjuntivo.

---

<sup>13</sup> O PB não apresenta particípio presente na categoria de verbo. Segundo Piel (1989, p.220), a decadência do particípio presente ocorreu em meados ou fins do século XIV. O que temos hoje são formas que se apresentam como adjetivo (cf. *semelhante, doente*) ou substantivo ( cf. *tenente, figurante*, etc).

- Infinitivo Pessoal: Das línguas românicas só o português possui, junto com o galego, a forma flexionada.

De acordo com Piel (1989, p.213), contrariamente ao que sucede com o nome, o verbo românico herdou do latim um sistema variado de flexão e a conjugação portuguesa não oferece a mesma riqueza de formas que a latina. Segundo o autor, houve uma simplificação que varia segundo os idiomas, e que em português e espanhol não atinge o grau a que chegou, por exemplo, o francês. As perdas que se verificam em tempos e modos, devem-se em primeiro lugar, às alterações que estes sofreram nas suas funções (PIEL, 1989, p.213).

Piel (1989, p.215), assim como Coutinho (1958), também afirma que os verbos em *ar* constituem a categoria mais rica e fecunda da conjugação portuguesa e românica, sendo na maioria das vezes fiéis continuadores de verbos latinos da 1ª conjugação. De modo geral, para o autor, é nesta conjugação que ingressam os verbos que a língua criou e continua a criar independentemente do latim.

Maia (1997[1986]) nos sugere que as quatro conjugações do latim clássico (*-āre*, *-ēre*, *-ĕre* e *-īre*) foram conservadas como tipos flexionais distintos em algumas línguas românicas, entre as quais a autora aponta o catalão, o francês, o italiano e o romeno. Por sua vez, em línguas como o galego-português, o castelhano, o leonês e o macedo-romeno, as conjugações latinas reduziram-se a três, devido à perda da terceira conjugação latina, sendo que a maior parte dos verbos passou para a segunda conjugação. A fusão da terceira com a segunda conjugação nessas línguas pode ser considerada como resultado de uma tendência que já se manifestava em latim.

Os verbos latinos que pertenciam à segunda conjugação aparecem, na maioria das vezes, integrados nos verbos em *-er*, como, por exemplo, os verbos *aver*, *poer*, *teer*, *seer*, *valer*, etc. Esses verbos mantêm o mesmo tipo de conjugação tanto no português quanto no galego atuais. A partir do século XVI, a forma verbal *poer* foi substituída pela forma *pôr*. Em galego, mantém-se sob a forma *poñer*, embora haja um infinitivo paralelo: *pór* (MAIA, 1997 [1986], p.726).

A maior parte das formas de infinitivos pertencentes à terceira conjugação latina está inserida na segunda conjugação galego-portuguesa. Mas, de acordo com Maia (1997 [1986]), nem sempre a situação destes verbos é coincidente no português e no galego atuais, uma vez que houve deslocamento de alguns verbos ora para a segunda ora para a terceira conjugação. Por exemplo, a forma *caer* mantém-se em galego na segunda conjugação, já em português

desde o século XIV a forma *cair*, pertencente à terceira conjugação, começa a surgir nos textos escritos.

A respeito ainda da alternância entre *-er* (2ª conjugação) e *-ir* (3ª conjugação)<sup>14</sup>, a autora nos traz que “essa flutuação entre as formas *-er* e *-ir*, as primeiras de caráter tradicional e as segundas devidas à penetração do castelhano na Galiza, reflecte-se igualmente em textos literários: nas *Cantigas de Santa Maria*” (MAIA, 1997 [1986], p.730).

Além desta mudança de conjugação, a autora também aborda a questão sobre a apócope (queda) da vogal *-e* quando precedida das consoantes *l, n, r, s ou z* (cf. Maia, 1997[1986], p.732). As formas afetadas foram o infinitivo, a primeira e a terceira pessoas do infinitivo flexionado, a terceira pessoa do presente do indicativo, a primeira e a terceira pessoas do pretérito de alguns verbos, a primeira e a terceira pessoas do futuro do conjuntivo (subjuntivo) e, por fim, a segunda pessoa do imperativo. Porém, apesar de um predomínio das formas apocopadas, mantêm-se algumas formas com a vogal final conservada. De acordo com Maia (1997[1986]), as formas verbais do pretérito perfeito conservam com frequência a vogal final, como, por exemplo, a forma *fize*, que pode ser encontrada em documentos localizados na região da Galiza.

A respeito do sufixo *-des* da segunda pessoa do plural, a autora sugere que os tempos em que se registrou a existência deste morfema flexional são os seguintes: presente, futuro e o pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo, o condicional (subjuntivo), o presente do conjuntivo e o imperativo. As formas terminadas com o sufixo *-des* ocorrem desde o século XIII até ao século XV.

De acordo com Maia (1997[1986], p.735):

O morfema latino de número e pessoa *-TIS* (ou *-TE* no imperativo), após a sonorização da consoante intervocálica, transformou-se em *-des* (ou *-de* no imperativo). No antigo galego-português, durante o período de relativa unidade lingüística, estavam generalizadas as formas com o sufixo número-pessoal *-des* [...].

Ao acompanharmos a história da evolução da língua, verificamos os processos de substituição da forma *-des* pela forma moderna *-is*, que já estava sendo utilizada no final da primeira metade do século XV (MAIA, 1997 [1986], p. 734).

---

<sup>14</sup> Maia (1997[1986], p.727) exemplifica esta alternância através da forma verbal *cair*, que na fase antiga da língua era representada pela forma ortográfica *caer*.

Sobre a terminação do pretérito perfeito do modo indicativo, Maia (1997[1986]) afirma que, para os verbos terminados em *-ar*, ou seja, primeira conjugação, utiliza-se a terminação *-ei*<sup>15</sup>, e, para a terceira pessoa do singular, encontramos a terminação *-ou*, ambas conservadas ainda no português padrão.

Maia (1997[1986], p. 749) informa também que as formas de particípio encontradas são as seguintes: *-ado*, para os verbos em *-ar*, e *-ido*, para as formas em *-ir*. Já para os verbos em *-er*, até meados do século XVI, encontramos as formas generalizadas terminadas em *-udo*.

Em seu livro *Lições de Filologia Portuguesa*, Michaëlis de Vasconcelos (1946 [1912-1913]) nos traz um panorama sobre a história da língua portuguesa. Em relação aos verbos, as seguintes características são apresentadas pela autora:

O pretérito dos verbos chamados irregulares acaba em *-i* na 1ª pessoa do singular e em *-o* na 3ª, *pugi; quigi; dixi* representam *possui, quæsi, dixi; puso, quiso* são galego-castelhanos mais primitivamente comuns também aos povos do Minho. Havia as já citadas formas em *-des* na 2ª pessoa do plural, como por exemplo, *amades, queredes, partides* - terminações que agora conservadas apenas quando o *-d* está precedido de nasal como em *tendes, vindes, pondes*, etc. O particípio da 2ª conjugação era em *-udo*. (MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1946 [1912-1913, p. 21])

Em *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Said Ali (1964[1931]) define verbo como sendo a criação linguística destinada a expressar a noção predicativa. Segundo o autor, os verbos nas línguas do grupo indo-europeu possuem sufixos próprios (desinências) com que se distinguem as pessoas do discurso, o número (singular ou plural), o tempo e o modo da ação. Em português, o autor afirma que o uso do pronome pessoal não é obrigatório, a não ser nas 1ª e 3ª pessoas do singular, quando assim exigir a clareza do enunciado. Nos demais casos o pronome serve apenas para reforço enfático.

Em relação ao uso dos tempos verbais, o autor correlaciona tempo semântico e tempo cronológico, da seguinte forma:

- Para a ação que se passa no momento em que se fala, o presente;
- Para a ação que já passou, o pretérito, que se subdivide em: perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito;

<sup>15</sup> Maia (1997[1986], p.742) aponta os seguintes exemplos: *acadey, achey, conprey, mandey*, etc.



- Para um fato vindouro, ou seja, que ainda está por acontecer, o futuro. Se for em relação ao presente, usa-se o futuro do presente e, se for em relação ao pretérito (passado), o futuro do pretérito.

Said Ali (1964 [1931], p. 129) também define os usos dos modos verbais como sendo:

- Indicativo, para ação real;
- Conjuntivo (Subjuntivo), para demonstrar um fato duvidoso, provável e optativo;
- Imperativo, para expressar a ordem, o pedido, a súplica, etc.

Além destes dados, Said Ali (1964 [1931], p. 129) nos informa que, das desinências latinas, não vieram ao português a desinência *-m* da 1ª pessoa do singular nem a desinência *-t* da 3ª pessoa do singular. A forma latina *est* reduziu-se a *é* (conjugação do verbo *ser*).

Segundo o autor, a desinência *-nt* da 3ª pessoa do plural entrou para o português contemporâneo reduzida a *-n*. Disso resultou a nasalização da vogal precedente, como, por exemplo, na conjugação do verbo *cantar*, em que temos a forma *cantam*. A vogal *-a* precedente tem pronúncia nasalizada. Na 1ª pessoa do plural, todos os verbos conservaram a desinência *-mos*, que provém do latim *-mus*. Já na 2ª pessoa do singular, as formas *-sti* e *-stis* tornaram-se *-ste* e *-stes*<sup>16</sup> (cf. Said Ali, 1964 [1931], p.129).

Em *História da Língua Portuguesa*, Silva Neto (1952) aponta que, no latim, havia quatro conjugações verbais, mas que depois se reduziram a três, uma vez que os verbos da terceira incorporaram-se à segunda. A respeito de cada conjugação, afirma que a primeira sempre mostrou maior vitalidade, uma vez que a ela se adaptavam empréstimos e novas formações. Já faziam parte da segunda conjugação os verbos incoativos. Nos demais tópicos, o autor traz quadros com a transformação de alguns verbos latinos para o português. Vejamos o exemplo abaixo (cf. Silva Neto, 1952, p.245):

---

<sup>16</sup> De acordo com Fonte (2010, p.175), no PA, já se verificava a neutralização, que ocorre no PB atual, entre [e] e [i], e entre [o] e [u], em posição átona final. No que diz respeito ao grafema <i>, aparece esporadicamente, nas CSM, sobretudo em algumas formas verbais (ex. *fezisti*, *ouvi*, etc.), sempre variando com o grafema <e> (ex. *feziste*, *ouve* etc.). Pode-se dizer, portanto, que a vogal átona final anterior está representada, nas CSM, de uma maneira geral e quase invariável, pelo grafema <e>.

(9) Verbo: *Facere*> fazer

Presente do Indicativo: *facio*>faço; *facis*>fazes; *facit*>faze>*faze*>faz

Por fim, em *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Câmara Jr. (1976[1975]) define verbo como um vocábulo eminentemente flexional, que em português manteve esse caráter.

Em ambas as línguas (latim e português), a flexão verbal é simultaneamente orientada em dois sentidos. De um lado, serve para indicar o sujeito do verbo, isto é, o falante, o ouvinte ou outro ser (correspondente a um nome substantivo), que é o ponto de partida da comunicação e a cuja presença é subordinada ao que o verbo expressa. De outro lado, designa certas características que acompanham obrigatoriamente, dentro de uma língua, a significação intrínseca da forma verbal (CÂMARA JR., 1976[1970], p.125).

No que diz respeito às categorias verbais, Câmara Jr. (1976[1975], p.126) introduz o conceito de aspecto, ou tempo, como o definem outros autores (cf. Coutinho,1958; Silva Neto, 1952; Nunes, 1960) subdividido em conclusivo e inconclusivo. Em relação ao tempo, se o evento fosse visto do momento em que se fazia a comunicação utilizava-se o “presente”; anterior a ele [o evento], já no passado do falante, utilizava-se o “pretérito” e o “futuro” quando em expectativa, a se verificar mais tarde.

O latim opunha às formas gerais, ditas do “modo indicativo”, outras do “modo subjuntivo”, nesse último a ocorrência era dada na flexão verbal como duvidosa, desejável ou hipotética. Também existia uma forma destinada a exprimir ordens ou proibições, denominada de “modo imperativo”. O português mantém as mesmas marcas de aspecto, tempo e modo do latim.

Abordamos, até aqui, textos relevantes para a formação do sistema verbal, do latim ao português atual, sob a perspectiva das gramáticas históricas. Passaremos agora para os estudos linguísticos mais recentes sobre o sistema verbal da língua portuguesa.

### 2.3. O sistema verbal do português segundo gramáticos e linguistas

Bechara<sup>17</sup> (2009, p.209), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, entende por verbo a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical.

Os tempos do verbo são definidos da seguinte maneira (cf. Bechara, 2009, p.221):

- a) Presente - em referência a fatos que se passam ou se estendem ao momento que falamos: *eu canto*;
- b) Pretérito - em referência a fatos anteriores ao momento em que falamos e subdividido em *imperfeito*, *perfeito* e *mais-que-perfeito*: *cantava* (imperfeito), *cantei* (perfeito) e *cantara* (mais-que-perfeito);
- c) Futuro - em referência a fatos ainda que ainda serão realizados e subdividido em *futuro do presente* e *futuro do pretérito*: *cantarei* (futuro do presente) e *cantaria* (futuro do pretérito).

Os modos verbais, de acordo com Bechara (2009, p.221-222), são dados conforme a posição do falante em face da relação entre a ação verbal e seu agente: *indicativo* – em referência a fatos verossímeis; *subjuntivo* - em referência a fatos incertos; *condicional* - em referência a fato dependentes de certa condição; *optativo* - em relação a ação dada como desejada pelo agente; e, por fim, *imperativo* - em relação a um ato que se exige do agente.

Em relação às pessoas do verbo, geralmente as formas verbais indicam três pessoas do discurso para o singular e o plural (cf. Bechara, 2009, p.221):

(10)

1ª pessoa do singular: *eu canto*

2ª pessoa do singular: *tu cantas*

3ª pessoa do singular: *ele canta*

1ª pessoa do plural: *nós cantamos*

2ª pessoa do plural: *vós cantais*

3ª pessoa do plural: *eles cantam.*

---

<sup>17</sup> O modo como Bechara (2009) apresenta os tempos verbais é muito simples se levarmos em consideração a riqueza dos tempos verbais no PB apresentada por outros autores de modo mais detalhado e sistemático (cf. Cunha, 1960; Rocha Lima 1998, etc).

Cunha e Cintra (1969) também reforça essa ideia de pessoas verbais, afirmando que o verbo possui três pessoas relacionadas diretamente com a pessoa gramatical que lhe serve de sujeito. Assim temos que (cf. Cunha e Cintra, 1969, p.254):

(11)

1- A primeira pessoa é aquela que fala e corresponde aos pronomes pessoais *eu* (singular) e *nós* (plural);

2- A segunda é aquela a quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais *tu* (singular) e *vós* (plural);

3- A terceira é aquela de quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais *ele* (singular) e *eles, elas* (plural).

Em relação à flexão verbal, o verbo pode ser regular, irregular, defectivo ou abundante. Os regulares flexionam-se de acordo com o paradigma, modelo que representa o tipo comum da conjugação. São irregulares os verbos que se afastam do paradigma de sua conjugação. Verbos defectivos são os que não apresentam certas formas. Entre os defectivos os gramáticos costumam incluir os verbos unipessoais, especialmente os impessoais, a essa categoria. Por fim, os verbos abundantes são os que possuem duas formas equivalentes. Em geral, essa abundância ocorre no particípio, como por exemplo, *matado* e *morto* (cf. Cunha;Cintra, 1969, p.254).

Também em uma perspectiva tradicional, Rocha Lima (1998), em *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, em relação à classe gramatical dos verbos, informa que as formas verbais expressam um fato, um acontecimento, o que se passa com os seres, ou em torno dos seres. É também a parte mais rica da oração, em variação de forma ou acidentes gramaticais. O que Rocha Lima (1998) chama de acidentes gramaticais são as desinências de modo, tempo, número, pessoa e voz. “O modo caracteriza as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo; distinguem-se três modos: indicativo, subjuntivo e imperativo” (ROCHA LIMA, 1998, p.122).

Fazendo uma relação entre tempo e modo (cf. Rocha Lima, 1998, p.123), construímos os seguintes diagramas:

1. Para o modo indicativo, encontramos um total de seis tempos:

- Presente
- Pretérito
  - imperfeito
  - perfeito
  - mais-que-perfeito
- Futuro
  - do presente
  - do pretérito

No modo subjuntivo há apenas três tempos:

- Presente
- Pretérito
- Futuro

Cunha (1960) afirma que com a exceção do infinitivo pessoal, os tempos simples dos verbos portugueses correspondem a formações existentes no latim clássico e vulgar que sofreram, com o decorrer dos séculos, naturais alterações fonéticas. O autor considera para fins didáticos que o verbo apresenta três tempos primitivos, sendo os demais deles derivados.

Para Cunha (1960, p.261), os tempos primitivos são: o presente do indicativo, o pretérito perfeito do indicativo e o infinitivo impessoal. Do presente do indicativo formam-se o imperfeito do indicativo, o presente do subjuntivo e o imperativo. Já do pretérito perfeito as formas derivadas são: o mais-que-perfeito do indicativo, o imperfeito do subjuntivo e o futuro do subjuntivo. E por fim, os tempos derivados do infinitivo impessoal são: os dois futuros simples do indicativo, o infinitivo pessoal, o gerúndio e o particípio.

A respeito da categoria de tempo, o autor ainda ressalta que tempo é a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo. Os três tempos naturais são o presente, o pretérito (ou passado) e o futuro, que designam, respectivamente, um fato ocorrido no momento que em se fala, antes do momento em que se fala e após o momento que se fala. De acordo com Cunha (1960, p.256), o presente é indivisível tanto no presente do indicativo quanto no presente do subjuntivo, mas o pretérito e o futuro subdividem-se nos dois modos. Veja a representação proposta pelo autor (cf. Cunha, 1960, p. 256):

(12) Indicativo	Presente (estudo) <sup>18</sup>	Imperfeito (estudava)	Perfeito	{ Simple (estudei) { Composto (tenho estudado)				
					Pretérito	Mais-Que-Perfeito	{ Simple (estudara) { Composto (tinha estudado)	
	Futuro	Presente	{ Simple (estudarei) { Composto (terei de estudar)					
				Futuro	Pretérito	{ Simple (estudaria) { Composto (teria estudado)		
	(13) Subjuntivo	Presente (estude)	Imperfeito (estudasse)				Perfeito (tenha estudado)	Mais-Que-Perfeito (tivesse estudado)
				Pretérito	Imperfeito (estudasse)	Perfeito (tenha estudado)		
Futuro								

Em sua *Gramática Mínima: Para o Domínio da Língua Padrão*, Abreu (2003) nos traz definições e usos dos verbos na língua portuguesa. Sobre os verbos regulares, Abreu (2003) os define como sendo aqueles em que o radical não sofre alteração fonética em nenhuma forma da conjugação e as desinências seguem o paradigma da conjugação a que pertencem. Vejamos o exemplo abaixo:

(14) Verbo: Cantar

**Cant/o** (presente do indicativo)

**Cant/ei** (pretérito perfeito do indicativo)

**Cant/ava** (pretérito imperfeito)

**Cant/arei** (futuro do presente do indicativo)

Observe que o radical **cant-** se mantém o mesmo, independentemente do tempo conjugado. Para saber se um verbo é regular, basta conjugá-lo no presente e no perfeito do

<sup>18</sup> Cunha (1960) utiliza a conjugação do verbo *estudar* para exemplificar cada tempo e modo.

indicativo. Se ocorrer a regularidade do radical nestas duas formas, ele será regular em todas as demais. Veja o exemplo abaixo:

(15)

Presente do Indicativo	Pretérito Perfeito do Indicativo
<i>amo</i>	<i>amei</i>
<i>amas</i>	<i>amaste</i>
<i>ama</i>	<i>amou</i>
<i>amamos</i>	<i>amamos</i>
<i>amais</i>	<i>amastes</i>
<i>amam</i>	<i>amaram</i>

Para os verbos irregulares, Abreu (2003, p. 308) traz a seguinte definição: “são aqueles cujo radical sofre alterações fonéticas ou cujas desinências não seguem o paradigma usual dos verbos da conjugação a que pertencem”. Veja os exemplos abaixo:

(16)

Verbo: *Fugir*

*fujo/ foges*: alteração do *u* pelo *o*.

Verbo: *Estar*

*estou*: a terminação mais ocorrente é *o* e não *ou*

*estive*: a terminação mais ocorrente é *ei* e não *ive*

Em muitos casos as alterações fonéticas do radical são muito marcantes, como é o caso do verbo *fazer*:

(17)

*faço*

*fazes*

*fizeste*

*faremos*

Já os verbos anômalos são aqueles que não sofrem apenas alterações fonéticas, havendo a troca de radicais nas suas conjugações. Fazem parte dessa categoria verbal, por exemplo, os verbos *ser* e *ir*:

(18)

<b>Ser</b>	<b>Ir</b>
<i>serei-será</i>	<i>vou-vais</i>
<i>és-era</i>	<i>irei-irás</i>
<i>fui-foste</i>	<i>fui-foste</i>

Neste caso, as duas formas verbais para o pretérito perfeito são idênticas, pois possuem a mesma origem. Ambas provêm do verbo *fugere* (“fugir”) do latim. Sua diferença é percebida pelo contexto.

Há também os verbos defectivos, que são aqueles que não são usados em certas formas de sua conjugação, como é o caso do verbo *falir*. Vejamos sua conjugação hipotética no presente do indicativo para melhor compreendermos esta questão:

(19)

Verbo *Falir*

*falo*  
*fales*  
*falimos*  
*falís*  
*falem*

Notamos que, exceto a 1ª e a 2ª pessoas do plural, as demais pessoas são iguais à conjugação do verbo *falar*. Abreu (2003, p. 310) traz a seguinte explicação:

[...] ora, como o verbo *falar* é de uso muito mais freqüente do que o verbo *falir*, torna-se mais econômico conjugar regularmente *falar* e deixar *falir* sem estas formar homônimas, ou seja, conjugá-lo apenas na 1ª e 2ª pessoa do plural.

Para Mateus et al. (2003), há verbos que são defectivos por razões de natureza fonética, por exemplo, algumas das formas rizotônicas<sup>19</sup> de verbos como *abolir*, *demolir*, *falir* (*abole*, *demole*, *falo*). A defectividade não afeta a morfologia, pois segundo a autora, palavras como *demoles*, *miei*, etc., são gramaticais e podem ser encontradas em alguns registros discursivos metafóricos. Outros verbos são defectivos por razões de natureza semântica, como

<sup>19</sup> “rizotônicas são as formas acentuadas numa sílaba do radical. Na conjugação verbal são rizotônicas as formas de 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular e 3ª pessoa do plural do presente do indicativo e do presente do conjuntivo (subjuntivo)”. (MATEUS et al., 2003, p.937)



aqueles que não podem ter sujeito (humano<sup>20</sup>). É o que acontece com os verbos que se referem às vozes de animais, fenômenos da natureza, etc.

Mateus et al. (2003) afirmam também que, no português, a flexão verbal é sensível à conjugação a que o verbo pertence. Assim, como os outros autores já citados, Mateus et al. (2003) nos sugerem que são habitualmente consideradas três conjugações e que são identificadas a partir do infinitivo em que a vogal temática está sempre presente:

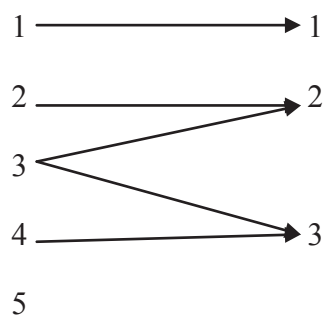
(20)

Primeira conjugação: fal **a** r  
 Segunda conjugação: bat **e** r  
 Terceira conjugação: part **i** r

Cada conjugação possui diferentes comportamentos morfológicos. A primeira conjugação é a que acolhe novas palavras, ou seja, é a mais produtiva da língua. Por outro lado, todos os verbos irregulares pertencem à segunda ou à terceira conjugação.

Tal comportamento é historicamente motivado, pois em latim a primeira conjugação já era a mais produtiva e a transposição do sistema latino de quatro conjugações para um sistema de três no português afetou basicamente a segunda e a terceira. Veja o esquema abaixo:

(21) LATIM                      PORTUGUÊS



Com a transposição dos verbos latinos da terceira conjugação para a segunda e terceira do português, alguns verbos que posteriormente entraram para a segunda conjugação, passaram para a terceira, como ocorre nos exemplos:

<sup>20</sup> Porém, se pensarmos no uso dessas formas verbais com sentido metafórico, é possível termos construções que apresentam sujeito, como, por exemplo, em “*Eu lato, mas não mordo*”.

(22)

<i>caer</i>	<i>cair</i>
<i>confonder</i>	<i>confundir</i>
<i>correger</i>	<i>corrigir</i>
<i>finger</i>	<i>fugir</i>
<i>empremer</i>	<i>imprimir</i>
<i>traer</i>	<i>trair</i>

As autoras ainda nos apontam que a distribuição dos verbos por três conjugações pode ser substituída por uma dicotomia entre a primeira conjugação de um lado e as demais conjugações do outro. A segunda e a terceira conjugações do português, segundo Mateus et al. (2003, p. 933), “devem ser interpretadas como um resíduo de contrastes morfológicos praticamente desaparecidos, sendo, assim, mais compreensível que a distinção entre elas tende a ser neutralizada”. Observe o exemplo:

(23)

Fal	<b>a</b>	vs.	Bat	<b>e</b>	Part	<b>e</b>
Fal	<b>ei</b>	vs.	Bat	<b>i</b>	Part	<b>i</b>
Fal	<b>ava</b>	vs.	Bat	<b>ia</b>	Part	<b>ia</b>
Fal	<b>e</b>	vs.	Bat	<b>a</b>	Part	<b>a</b>
Fal	<b>ado</b>	vs.	Bat	<b>ido</b>	Part	<b>ado</b>

Na língua portuguesa, a flexão verbal opera em duas categorias morfos sintáticas: **tempo-modo-aspecto**, que nos trazem morfológicamente informações sobre o tempo, modo e aspecto do verbo, e **pessoa-número**, que, segundo as autoras, codifica a concordância com o sujeito frásico. Os sufixos de tempo-modo-aspecto na flexão verbal do português são:

(24)

		1ª conjugação	2ª e 3ª conjugações
Indicativo	Pretérito Mais-Que-Perfeito	ra	
	Pretérito Imperfeito	va	a
Conjuntivo (Subjuntivo)	Pretérito Imperfeito	sse	
	Presente	e	a
	Futuro	r	
	Infinitivo	r	
	Gerúndio	ndo	
	Particípio	do	

Já os sufixos de número pessoa, que se associam aos sufixos de tempo-modo-aspecto, à exceção do infinitivo, gerúndio e particípio, são os seguintes:

(25)

Segunda pessoa do singular	s
Primeira pessoa do plural	mos
Segunda pessoa do plural	des *
Terceira pessoa do plural	m

\* Este sufixo ocorre como –des nos paradigmas do futuro do conjuntivo (subjuntivo) e infinitivo flexionado, e em formas como *credes, ledes, vedes*. Nas formas restantes, a consoante /d/ é suprimida, o que provoca a elevação e semivocalização da vogal seguinte, que passa a ser precedida por outra vogal (*falais, bateis, partis*).

Kehdi (2003, p.32) também apresenta informações sobre sufixos verbais. De acordo com o autor, existem dois tipos de desinências (ou sufixos<sup>21</sup>) verbais: as que exprimem modo e tempo e as que indicam número e pessoa:

(26)

### Desinências modo-temporais

#### Indicativo

Presente: Ø

Pret.Imperf: -va- (1ª conj) (var.: -ve-)

-ia- (2ª e 3ª conj) (var.: -ie-)

Pert. Perf: Ø ( para as cinco primeiras pessoas)

-ra- ( para a 3ª pess. do pl.)

Pret. Mais-Que-Perf: -ra- (átono) (var.: -re)

Fut. do Pres.: -rá- (tônico) (var.: -re-, tônico)

Fut. do Pret: -ria- (var.: -rie-)

#### Subjuntivo

Pres.: -e- (1ª conj)

-a- (2ª e 3ª conj)

Imperf.: -sse-

Fut: -r- (var.: -re-)

<sup>21</sup> Kehdi (2003) seguindo a gramática tradicional, utiliza o termo desinência para o que outros autores (como, por exemplo, Câmara Jr., 1976 [1975]), denominam de sufixo flexional.

### Formas Nominais

Inf: -r- (var.: -re-)

Ger.: -ndo-

Part.Pass.: -do

Ao observarmos o exemplo acima, é possível distinguir as formas básicas dos alomorfes. Por exemplo, no pretérito imperfeito do modo indicativo - primeira conjugação -, a desinência é *-va-* nas primeira, segunda e terceira pessoas do singular, bem como na primeira e na terceira pessoa do plural. Já para a segunda pessoa temos a desinência *-ve-* (cf. *amáveis*). De acordo com Kehdi (2003, p.33), podemos considerar que *-ve* é alomorfe de *-va*.

Kehdi (2003, p.34) também afirma que as desinências verbais apresentam o fenômeno de cumulação<sup>22</sup>, ou seja, exprimem tempo e modo simultaneamente, bem como número e pessoa. Algumas cumulam outros valores gramaticais: é o caso da desinência número-pessoal *-o*, que, por figurar apenas no presente do indicativo, passa a ser marca desse tempo e modo (KEHDI, 2003, p.34).

Dubois (1978, p.582) define *tempo* como uma categoria gramatical associada a um verbo, que traduz diversas categorizações do tempo “real” ou “natural”. A categorização mais frequente é a que opõe o presente, no momento do enunciado, ao não-presente, podendo ser este último o passado (antes de “agora”) e o futuro (depois de “agora”). Para Crystal (2000, p.252), o tempo verbal é uma categoria usada na descrição gramatical, referindo-se basicamente à maneira como a gramática marca o tempo denotado pela ação verbal.

A respeito da definição de modo, Câmara Jr. (1964) afirma que é a propriedade que tem a forma verbal de designar a nossa atitude psíquica em face do fato que expressamos. Na língua portuguesa, de acordo com autor, há três modos essenciais, como herança tradicional do indo-europeu. São eles: o indicativo, o subjuntivo e o imperativo. Segundo Câmara Jr. (1964, p.231), o modo indicativo apresenta um uso predominante por parte dos falantes em relação ao uso dos modos subjuntivo e imperativo. Para o autor, quando existe uma necessidade de expressar dúvidas, desejos e vontades, recorre-se aos advérbios.

Para Cunha e Cintra (1975, p.436), modo é definido como a propriedade que o verbo tem para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia.

Não vamos entrar em análises mais detalhadas sobre as definições de tempo e modo, pois não é o objetivo principal desta dissertação. Porém, vale ressaltar que hoje essas

---

<sup>22</sup> Cf. início da seção 2 (p. 36 e 37).

categorias verbais vêm sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores (cf. Cegala, 1978; Perini, 1996; Villela e Koch, 2001, etc).

## 2.4 Estrutura morfológica dos verbos portugueses

Segundo Câmara Jr. (1976[1970], p. 144), a estrutura morfológica dos verbos portugueses é a seguintes:

$$(27) \quad T (= R+ V) + SF (= SMT+ SNP)^{23}$$

Essa estrutura continua a seguir a estrutura do verbo latino (cf. Câmara Jr., 1976 [1975], p.144):

$$(28) \quad \text{amābāmus} = \text{amā} (= \text{am} + \text{ā}) + \text{bamus} (= \text{bā} + \text{mus})$$

Qualquer um dos constituintes da fórmula, depois do radical do verbo, pode faltar ou equivaler a  $\emptyset$ .<sup>24</sup> SMT é zero no presente do indicativo, em paralelismo com a estrutura latina. Por exemplo, conjugando o verbo amar no pretérito imperfeito do modo indicativo temos: *amávamos* = amá (= am+á)+ vamos (=va+mos). A vogal em destaque é a que recebe o acento.

Em *Manual de Morfologia do Português*, Laroca (2005, p.61) também afirma que os verbos regulares em português possuem uma configuração estrutural que pode ser representada de forma hierárquica da seguinte maneira:

$$(29) \quad (R + ST) + SMT) + SNP)^{25}$$

R = raiz ou radical  
ST = Sufixo temático ou vogal temática  
SMT = sufixo modo- temporal  
SNP = sufixo número – pessoal  
SVN = sufixo verbo – nominal

<sup>23</sup> Lê-se T = tema, R= radical, V= vogal temática, SF= sufixo flexional, SMT= sufixo modo-temporal e SNP= sufixo número-pessoal.

<sup>24</sup> A respeito dos morfemas  $\emptyset$ , veja subseção 2.1.

<sup>25</sup> O SVN não consta no exemplo de Laroca (2005, p.61), porque pode ser encontrado apenas nas formas nominais (gerúndio, participio e infinitivo), não flexionadas em pessoa.

Tomando como exemplo a forma *cantávamos* (2<sup>a</sup>pp, pretérito imperfeito do modo indicativo) e aplicando-a na fórmula, temos: *cant-* (radical), *-a* (sufixo temático/vogal temática), *-va* (sufixo modo-temporal) e *-mos* (sufixo número-pessoal). Aplicando a mesma estrutura para a forma *cantando*, temos: *cant-* (radical), *-a* (sufixo temático/vogal temática) e *-ndo* (sufixo verbo-nominal) (cf. Laroca, 2005, p.61).

De acordo com a autora, os STs representam os morfemas de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> conjugações. Por sua vez, os SMTs são os morfemas de presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito mais-que-perfeito do indicativo, futuro do presente do indicativo, futuro do pretérito do indicativo, presente do subjuntivo, pretérito imperfeito do subjuntivo, futuro do subjuntivo e imperativo. Os SVNs representam as formas nominais do verbos, que, segundo a autora, são os morfemas de gerúndio, infinitivo e participio. E, por fim, temos os SNPs, que são os morfemas da primeira pessoa do singular e plural, segunda pessoa do singular e plural e terceira pessoa do singular e plural.

Ressaltamos que o que a Laroca (2005), assim como Câmara Jr. (1976 [1975]), chama de “sufixos flexionais”, outros autores, entre eles Kehdi (2003), denominam de “desinência”, para diferenciar melhor os fenômenos derivacionais e flexionais.

Em relação aos sufixos temáticos (vogais temáticas), encontramos algumas mudanças morfofonêmicas relevantes descritas pela autora (LAROCA, 2005, p.67):

- A) Supressão dos morfes STs na primeira pessoa do singular do presente do indicativo: Canto (*cant- a- ø- o*), etc. Essa supressão também se verifica no imperativo, nas pessoas derivadas do presente do subjuntivo;
- B) Neutralização morfofonológica nos STs da segunda e terceira conjugações no presente do indicativo, com implicações de identidade ortográfica nas estruturas onde o morfe temático é o segmento vocálico átono: *Vend-e-s/ Part-e-s*;
- C) Neutralização morfológica e crase do ST na segunda e terceira conjugações com o morfe da primeira pessoa do singular no pretérito perfeito do indicativo: *Vend-i- ø-i*.(crase);
- D) Crase do ST da terceira conjugação com o morfe da segunda pessoa do plural: *Part-i- ø- is* (crase);

- E) Harmonização vocálica do ST da primeira conjugação na primeira e terceira pessoa do singular respectivamente: Cant-e-i/ Cant-o-u.

A autora traz quadros dos sufixos temáticos, sufixos modo-temporais, sufixos verbo-nominais e dos sufixos número-pessoais com seus respectivos morfemes e alomorfes:

#### A) Sufixos Temáticos (Vogais Temáticas)

Morfema	Alomorfes
1ª Conj	/-a~-e~-o- ø-/ Ex: -a- cant-a-mos -e- cant-e-i -o- cant-o-u - ø- cant- ø-e-m
2ª Conj	/-e~-i~-ø-/ Ex: -e- vend-e-mos -i- vend-i-do Ø vend- ø-a-m
3ª Conj	/i~-e- ø~/ Ex: -i- part-i-mos -e- part-e-m Ø part- ø-a-m

**Quadro 2:** Descrição dos sufixos temáticos e suas realizações (LAROCA, 2005, p. 66).

#### B) Sufixos modo-temporais e sufixos verbo-nominais

Morfema	Morfes/Alomorfes
{pres.ind}	Ø
{pret.imp.ind}	/-va~-ve~/~/-ia- ~-ie/
{pret.perf.ind.}	/ ø~-ra-/

**Quadro 3:** Descrição dos sufixos modo-temporais e verbo-nominais (LAROCA, 2005, p. 67).

Monteiro (2002, p.109) afirma que, em virtude da ocorrência de diversos tempos e pessoas gramaticais, há um número considerável de desinências. A chamada pessoa do plural já desapareceu e as desinências número-pessoais estão sofrendo um processo de neutralização, com a introdução de outras formas pronominais como *você(s)* e *a gente*.

Outra mudança expressiva é uma mudança no quadro das conjugações verbais. O mais-que-perfeito simples já é raramente usado, o futuro do pretérito está sofrendo queda de frequência em favor do futuro do presente do indicativo e construções perifrásticas (MONTEIRO, 2002, p.110).

Sobre as formas verbais do futuro, Borges (2008) afirma que os futuros do presente e do pretérito em PA são considerados formas analíticas, constituídas do infinitivo do verbo principal mais o verbo *aver* conjugado no presente do indicativo, para o futuro do presente, ou do infinitivo do verbo principal seguido do verbo *aver/ir*, no pretérito imperfeito do indicativo, para o futuro do pretérito.

Segundo a autora, a possibilidade de se escreverem as partes constituintes desses verbos separadamente e entre elas ser possível intercalar uma preposição ou um pronome clítico, além do padrão prosódico que apresentam, que preserva o acento primário nas duas bases, são evidências que indicam que, na época trovadoresca, as formas futuras eram ainda perifrásticas e não compostas (por não se verificar uma coesão interna inquebrável) e nem simples (por apresentarem padrão acentual próprio de sintagmas ou compostos).

Um aspecto importante ressaltado por Kehdi (2003, p. 32) é que é falso interpretar a ausência de uma vogal temática numa forma verbal como um caso de alomorfe  $\emptyset$ , pois, em formas como *amo* e *ame*, não figura a vogal temática em virtude da regra fonológica de elisão: é uma vogal átona que cai em contato com a vogal da desinência:

(30) ama + o = amo; ama + e = ame

Já em casos como *vendia*, o que ocorre é a crase do alomorfe  $-i$  (da vogal temática) com a vogal inicial da desinência  $-ia$ :

(31) vend- +i+ ia = vendia.

Kehdi (2003, p.37) também reforça que a vogal temática verbal aparece em adjetivos formados a partir de um tema verbal: *am-Á-vel*. Em alguns substantivos deverbais, é frequente que ocorram duas vogais temáticas, uma verbal e outra nominal, como, por exemplo, em *armamento*, o segundo  $-a$  é a vogal temática da primeira conjugação, e o  $-o$ , vogal temática nominal.

## 2.5 Pretérito Perfeito do Modo Indicativo: do latim ao português

Segundo Câmara Jr. (1975), desde o gramático Varrão (séc. I a.C.), a noção de aspecto já tinha sido percebida, dada a oposição entre evento concluso e inconcluso que as formas latinas apresentavam, e era representada através de uma divisão em dois grupos: o do



*perfectum* (feito, concluso) e do *infectum* (não feito, inconcluso). De acordo com o autor, essa oposição era morficamente expressa e de maneira variada. O “perfeito” tinha a marca formal e era indicado através de um elemento acrescentado ao radical do verbo, que se localizava antes dos constituintes flexionais de modo-tempo e pessoa. Em muitos verbos acrescentava-se *-u-*, em outros (menos usual) *-s-*.

(32)

*Cultivar*, o perfeito *coluit* em face do imperfeito *colit*.  
*Escrever*, o perfeito *scripsit* em face do imperfeito *scribit*<sup>26</sup>

Ainda para alguns verbos, existia o mecanismo de reduplicar a sílaba inicial da raiz; era o que conhecemos hoje como redobro ou reduplicação, como, por exemplo, para a ideia de “correr” o perfeito era *cucurrit* diante do imperfeito *currit*. Câmara Jr. (1975, p.127) afirma que os gramáticos latinos consideravam “regular” a indicação do perfeito pelo sufixo *-u-*.

Por fim, verificava-se uma alternância vocálica na raiz. Para a ideia de “fazer”, havia o perfeito *fēcit* e o imperfeito *fācit*. Ou a raiz do *perfectum* (perfeito) era outra, diferente em relação ao *infectum* (imperfeito), como no caso do verbo *ser*, o perfeito era *fuit*, distinto de um imperfeito *est*. Essa distinção continua até hoje, ou seja, quando tratamos de verbos regulares e irregulares.

Em *Pontos de Gramática Histórica*, Coutinho (1958) apresenta as conjugações do latim vulgar e do português e suas respectivas mudanças ao longo da evolução da língua:

(33)

## 1ª Conjugação

<i>Latim Vulgar</i>	<i>Português</i>
<i>amai por amavi</i>	<i>amei</i>
<i>amasti por amavisti</i>	<i>amastes</i>
<i>amaut por amavit</i>	<i>amou</i>
<i>amamus por amavimus</i>	<i>amamos</i>
<i>amastis por amavistis</i>	<i>amastes</i>
<i>amarunt por amaverunt</i>	<i>amaram</i>

<sup>26</sup> O /b/ final da raiz passa a /p/ em contato /s/, surdo (cf. Câmara Jr., 1976 [1975], p.127).

## 2ª Conjugação

*Latim Vulgar*

\**debei por debui*  
 \* *debesti por debuisti*  
 \**debeut por debuit*  
 \**debemus por debuimos*  
 \**debestis por debuistis*  
 \**deberunt por debuerunt*

*Português*

\**devei, devi*  
*deveste*  
*deveu*  
*devemos*  
*devestes*  
*deveram*

## 3ª Conjugação

*Latim Vulgar*

\**vendei (<vendedi) por vendidi*  
 \**vendesti (<vendedisti) por vendidisti*  
 \**vendeut (<\*vendedit) por vendidit*  
 \**vendemus (<\*vendedimus) por vendidimus*  
 \**vendestis (<\*vendedistis) por vendidistis*  
 \**venderunt (<vendederunt) por vendiderunt*

*Português*

\**vendei vendi*  
*vendeste*  
*vendeu*  
*vendemos*  
*vendestes*  
*venderam*

## 4ª Conjugação

*Latim Vulgar*

*punii por punivi*  
*punisti por punivisti*  
 \**puniut por punivit*  
*punimus por punivimus*  
*punistis por punivistis*  
 \**punirunt por puniverunt*

*Português*

*puni*  
*puniste*  
*puniu*  
*punimos*  
*punistes*  
*puniram*

Ao expor os paradigmas acima, o autor afirma que a tendência para a queda do -v-, sobretudo entre vogais idênticas, já era um fato observado no próprio latim, onde encontramos, por exemplo, *audii* por *audivi*. No latim vulgar, essa tendência tornou-se mais forte a ponto de ocorrer a queda do -v- entre vogais diferentes, tais como *aus* por *avus*, *paor* por *avor*, etc. Coutinho (1958) afirma que, segundo Quintiliano, as formas verbais plenas já não eram usadas na época imperial.

Em relação à 3ª pessoa do singular, houve a queda do -i- de -vi- e incorporação do -v- (-u) à sílaba anterior, na primeira e na quarta conjugação, *donaut* por *donavit*, *educaut* por *educavit*. A presença do -u- na 2ª e na 3ª conjugações, segundo o autor, talvez se explique por analogia. Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de que se trata de uma epêntese, já que a vogal -u- passa à consoante -v- do *onset*, uma vez que é preciso que haja núcleo vocálico.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Para maiores detalhes sobre a estrutura da sílaba em português arcaico, veja-se Massini-Cagliari (2005b).

Já para a 3ª pessoa do plural, existia no latim clássico uma segunda terminação *-ēre*, que não permaneceu no latim vulgar. As terminações *-averunt* e *-iverunt*, contraíram-se em *-arunt* e *-irunt* (cf. Coutinho, 1958, p. 313).

Coutinho (1958, p.313) classifica os pretéritos dos verbos portugueses em fracos e fortes. São denominados como fracos os que têm o acento da 1ª e 3ª pessoas do singular na flexão e como fortes os que conservam o acento no radical verbal nas referidas pessoas. A maioria dos verbos fortes do português provém da 3ª conjugação latina.

Segundo Silva Neto (1952, p. 242), o pretérito latino possui uma grande complexidade e podemos discernir os seguintes tipos principais: dois pretéritos fracos em *-avi* e *-ivi*, correspondentes aos infinitivos *-are* e *-ire*, como por exemplo: *cantavi*, *cantare* e *dormivi*, *dormire*; três pretéritos fortes (isto é, com acentuação no radical na 1ª e 3ª pessoas do singular, e na 3ª do plural) em *-ui*, *-si*, *-i*, correspondentes, em geral, aos infinitivos em *-ere*; e perfeitos com redobro, tipo, aliás, raro, sendo uma revivescência indo-europeia que acabou se perdendo, com exceção de *steti* e *dedi*.

Ainda dentro desta discussão sobre os usos de pretéritos fortes e fracos, Vasconcelos (1959, p. 255) afirma que há certos verbos que tinham o pretérito perfeito forte e que hoje são fracos:

[...] de javer havia d'antes *jouve*, e hoje *jazi*. Também as crianças dizem *trazi*, *fazi*, em trouxe, *fiz*; regularizam o que lhes parece irregular. Quem dizia *jouve*, continuava a tradição histórica; quem dizia *jazi*, obedece a uma lei psicológica (nivelamento das flexões verbais).

A forma verbal *jouve* foi identificada em nosso *corpus*<sup>28</sup> (cf. as ocorrências 9.78, 59.83, 79.43, 117.24, 124.45, 144.56, 174.23). Silveira Bueno (1952) também ressalta que os gramáticos latinos distinguem duas classes de pretéritos, forte e fraco. Segundo o autor, a distinção estava no *-v-* acrescentado à vogal de ligação. Porém, a tendência de sincopar o *-v-* intervocálico reduziu *amavi* a *amai*, etc. Posteriores contrações das vogais deram como resultado as terminações *-ai*, *-asti*, *-amus*, *-arunt*, para verbos de primeira conjugação:

<sup>28</sup> Foi organizado um apêndice com todas as ocorrências dos dados. O primeiro número faz referência à cantiga e o segundo número ao verso em que se encontra localizada a forma verbal. Por exemplo: *jouve* (9.78) = lê-se cantiga 9, verso 78.

## (34) Latim

- 1- *avi-ai* (*amavi* - \**amai*)
- 2- *avisti-asti* (*amavisti*-\**amasti*)
- 3- *avit-ait* (*amavit*-\**amait*)
- 1- *avimus-amus* (*amavismus*-\**amamus*)
- 2- *avistis-astis* (*amavistis*-\**amastis*)
- 3- *averunt-arunt* (*amaverunt*-\**amarunt*)

## Português

- 1- *-ei* (*amei*)
- 2- *-aste* (*amaste*)
- 3- *-ou* (*amou*)
- 1- *-amos* (*amamos*)
- 2- *-astes* (*amastes*)
- 3- *-aron* (*amaron*)

Silveira Bueno (1952) chama a atenção para a formação especial da terceira pessoa do singular, pois, ao invés de ocorrer a síncope do *-v* (*amavit-amait*), houve sua conservação com o desaparecimento do *-i-* que era absorvido (*amavit \*amau-amou*). Grandgent (1962, p.177) diz que “uma contração sem perda do /v/ deu origem à forma *-aut* na terceira pessoa do singular, e a *\*aumus* (provavelmente) na primeira do plural”.

Williams (1961[1938], p. 168) diz que, em alguns dialetos centrais sulistas de Portugal, a terminação da primeira pessoa do singular dos pretéritos fracos e a vogal radical da primeira pessoa do singular dos pretéritos fortes são semelhantemente nasalizadas (*ouvĩ, fĩz, tĩve*). E formas similares são por vezes encontradas em português arcaico (*dormĩ, comsentin*).<sup>29</sup>

Em *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Sai Ali (1964 [1931]) diz que os verbos em *-ar* formam o pretérito perfeito do indicativo acrescentando ao radical *-ei, -aste, -ou, -ámos, -astes, -aram*, formando, assim, *cantei, cantaste, cantou*, etc. Deste paradigma o autor menciona que devemos excluir certos verbos, tais como *estar* e *dar*, que fazem o perfeito modelado segundo alguns verbos da 2ª conjugação.

Em relação aos verbos em *-ir* (que correspondem aos verbos de 3ª conjugação), temos que acrescentar ao radical as terminações *-i, -iste, -iu, -imos, istes, -iram*, formando, neste caso, *sentí, sentiste, sentiu*, etc. Segundo Said Ali (1964[1931], p. 141), exceptua-se o verbo

<sup>29</sup> Nos dados coletados foram encontradas formas como *fiz, ouvi* e *tive*. Porém nenhuma delas grafadas com o <ĩ>.

*vir*, que apresenta algumas terminações da 2ª conjugação (tais como as formas *vieste*, *viemos*, *viestes*).

Os verbos em *-er* formam seu pretérito perfeito com as seguintes terminações: *-i*, *-este*, *-eu*, *-emos*, *-estes*, *-eram*, tais como *nasci*, *nasceste*, *nasceu*, etc. O autor nos apresenta, ainda, que o verbo *fazer*, em alguns documentos antigos, traz a alternância das formas *fezo* por *feze* - dado este que foi comprovado através das nossas coletas de dados nas CSM (cf. **fez**, **fezo**, **feze** - A.20 B.18, 3.1, B.23, 1.68, 3,16, 3.22, 3.26, etc.). A respeito do pretérito perfeito **fui**, que em português serve para os verbos *ser* e *ir*, cita que no português antigo usou-se *foi* para a 1ª pessoa e *fuste* para a 2ª.<sup>30</sup>

Estudos como o de Mateus (1975, p.164), para o português europeu, trazem as formas de superfície do pretérito perfeito de cada conjugação, para, a partir delas, descrever os processos morfofonológicos que ocorrem com essas formas verbais. Veja o exemplo da 1ª conjugação:

(35)

falei [fã'laɣ]

falaste [fã'laft(ə)]

falou [fã'lo]

falamos [fã'lamu]

falastes [fã'laft(ə)]

falaram [fã'larãm]

Podemos observar, de acordo com a autora, que os radicais dos verbos aparecem em todas as pessoas sem alteração e que nos verbos regulares a vogal do radical nunca recebe acento. A vogal que recebe o acento principal é a que vem seguir o radical. Tanto no PA quanto no PB essas regras de acentuação se mantêm para os verbos regulares.

Em seu manual de morfologia, Monteiro (2002) diz que as formas da terceira pessoa do plural do pretérito perfeito se igualam às do mais-que-perfeito (*louvaram*, *partiram*, etc.), o que o autor denomina de neutralização mórfica, já que somente pelo contexto sintático podemos saber em que tempo se encontra a forma verbal.

<sup>30</sup> Em nosso trabalho não encontramos a forma *foi* para a 1ª pessoa do singular, mas a forma *fui*, tal como a utilizamos ainda hoje no PB. Já *fuste* foi comprovado em nossos dados (ex: **fuste** - 16.78, 21.36 etc.).

Em relação às vogais temáticas, os morfemas que as caracterizam apresentam alomorfes. Na primeira conjugação, a vogal temática é representada pelo morfema *-a-*, que possui dois alomorfes: [e] e [o] (por exemplo, *deu* e *achou*). Já na segunda o morfema *-e-* (marca de vogal temática) transforma-se em [i] na primeira e na terceira pessoas do singular, tratando-se de um caso de neutralização.

Através dos diferentes tratamentos dados às formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo, concluímos que desde o latim vulgar as conjugações verbais já estavam definidas. O que ocorreu ao longo do processo de evolução da língua foram alterações em relação às terminações dos sufixos flexionais, que foram deixando as marcas do latim (através de processos assimilatórios) até chegarem nessas formas que conhecemos hoje no português atual.

## 2.6 Algumas considerações sobre os verbos irregulares

Câmara Jr. (1976 [1970]) foi o primeiro a mostrar que há uma espécie de regularidade no conjunto dos verbos irregulares do português que permite reconhecer grupos de tempos/modos verbais que se comportam em bloco, em termos de flexão. Baseada nos estudos de Câmara Jr. (1976 [1970]), Mattos e Silva (2006) afirma que a denominação “verbos de padrão especial” é mais adequada do que a denominação tradicional “verbos irregulares”.

A partir da divisão dos verbos irregulares do português em subgrupos com características mórficas comuns proposta por Câmara Jr. (1976 [1970]), Mattos e Silva (2006, p.128) considera que, no período arcaico, a situação desses verbos se apresentava mais complexa do que no período atual da língua, o que decorria de uma ausência de normatização para o português escrito do período medieval, que permite que variantes apareçam na língua escrita, além de mudanças fônicas, analógicas e outras que viriam tornar mais regulares seus paradigmas flexionais.

Coutinho (1958) afirma que as alterações especiais que se observam nas formas de alguns verbos, denominados impropriamente de irregulares, explicam-se pela ação de leis fonéticas ou analogias.

Mattos e Silva (2006, p.129) classifica esses verbos em quatro subgrupos:

Subgrupo 1: verbos que apresentam variação no lexema das formas do não perfeito e têm lexema específico para as formas do perfeito, com ou sem variantes;

Subgrupo 2: verbos que apresentam lexema invariável para as formas do não perfeito e têm lexema específico para as formas do perfeito;

Subgrupo 3: verbos que apresentam variação nos lexemas do não-perfeito, sendo o lexema das formas verbais do perfeito a variante mais generalizada do lexema do não perfeito;

Subgrupo 4: verbo de participio especial, tradicionalmente chamado participio forte.

No grupo 1, os lexemas dos tempos do não-perfeito se caracterizam pela variação na consoante final do lexema ou seu apagamento. O tipo *a* (cf. quadro 4) é caracterizado pela variação na consoante final do lexema ou pelo seu apagamento. As variantes *diz-*, *dez-* (*dizia* ~ *dezia*) se enquadram na variação da representação da pretônica anterior. Por sua vez, a variante *di-* ocorre, na época arcaica, de acordo com Mattos e Silva (2006, p.131), não só no futuro do presente e futuro do pretérito, como hoje, mas também no imperativo.

A forma *trag* [g + (palatal)] foi alterada no período moderno (no padrão culto), para *traz-*. A forma usual encontrada na documentação arcaica é *trager*. Veja o quadro a seguir, retirado de Mattos e Silva (2006, p.130).

O tipo *b* caracteriza-se pela variação do travamento nasal/vibrante ao final do lexema. Segundo a autora, nos verbos que ostentam esse padrão, no período arcaico, ainda não havia ocorrido a crase que fundiu vogais etimológicas (*tēer*, *vīir*<sup>31</sup>, *tiinha*, etc.).

A caracterização do tipo *c* é dada pela diferença de vogal do lexema e/ou por seu alongamento pela palatal <j>, resultado de uma palatalização histórica (lat. *video*, *videam* > *vejo*, *veja*). No período arcaico, a não realização ainda da crase que funde vogais etimológicas faz com que as formas desses verbos apareçam com vogal duplicada, na representação escrita, correspondendo à primeira à vogal do lexema e a segunda à VT: *veer*, *veendo*, *vees*, *veemos*, *veerei*, *viia*, etc. (MATTOS E SILVA, 2006, p.132)

---

<sup>31</sup> No *corpus* analisado para esta pesquisa a forma *vīir* foi encontrada.

Verbos	Lexema dos tempos do não-perfeito
a. DIZER	dig-, * diz-, dez-
TRAGER	di trag- [+vel] trag- [+pal] tra-
FAZER	faç- faz- fa-
AVER	av- aj- a-
b. TĒĒR - TEER	ten-, tē- tenh- tiinh-
VĪIR - VIIR	tenrr, tērr-, terr- vin-, vē viin- venh- viinh-
PŌER - POER	venrr-, vērr-, verr- pon-, pō-, po- ponh- poinh- ponrr-, pōrr-, porr-
c. VEER	ve- vi- vej- est- estej -
d. PODER	pos- pod-, pud-
JAZER	jasc- jaz -
e. QUERER	quer- queir-
f. IR	va- i-
g. SEER	se- - e- sej si- - et- so- son -

**Quadro 4:** Quadro com os lexemas de não perfeito (MATTOS E SILVA, 2006, p.130).

O grupo *d* é caracterizado pela variação da consoante que trava o lexema, *pos-*, *pod-*, etc., decorrente de sua etimologia. No caso, a variação do verbo *poder* (*pod-* ~ *pud-*) está inserida na oscilação da grafia das pretônicas, provável reflexo da pronúncia.

O tipo *e* traz variação na ditongação do lexema (cf. *querrei*).

O tipo *f* caracteriza-se por heteronímicos, isto é, vindos historicamente do latim, de dois verbos nas formas do não-perfeito: *vadēre* e *ire*. Mattos e Silva (2006, p.132) afirma que



no período arcaico ainda o subjuntivo apresenta a forma etimológica *vaa*, *vaas*, etc., sem a fusão das vogais idênticas, a primeira do lexema e a segunda correspondente ao MMT (morfema modo temporal): “que vós *vaades* daqui” (cf. Mattos e Silva, 2006, p.132).

Por fim, para terminar a caracterização dos lexemas dos tempos de não-perfeito, o grupo *g – seer* - se caracteriza por variações vocálicas e consonânticas nos seus dois lexemas heterônimos, uma vez que, do latim para o português, confluíram no verbo *seer* os verbos latinos *sedēre* e *esse*.

Passemos agora para os lexemas de perfeito. Veja-se o quadro a seguir também retirado de Mattos e Silva (2006, p.131):

Verbos	Lexema dos tempos do perfeito	
	Idpt2 P1	IdPt2 P3 e outros
a. DIZER QUERER AVER TRAGER JAZER		dis-, dix- * quis- ouv- trouv- - troux- - troug joug- - jouv
b. FAZER TĒĒR VĪIR ESTAR	fiz-, fig- tiv- vī-, vīn- estiv-	fez tev- vẽ-, ven-, ve- estev -
c. PODER PŌER IR	pud- pug- fu-	pod- pos- fo-
d. SEER	fu- - siv-	fo- - sev
e. VEER		vi-

**Quadro 5:** Quadro dos lexemas do perfeito (MATTOS E SILVA, 2006, p.131).

As formas em *a* têm um lexema próprio aos “tempos do perfeito”, que são distintos dos lexemas do não-perfeito. Segundo Mattos e Silva (2006, p.133), a variante *dix-* (que representa a sibilante palatal surda) é possivelmente dialetal e concorre com a forma mais geral *diss-* (não palatal).<sup>32</sup>

As variantes do lexema de perfeito para a forma *trager*, de acordo com a autora, são explicadas como derivadas dos hipotéticos *\*tracui* > *\*tragui* > *trougue* e *\*trauxi* > *trouxe* ~ *trouve* .

<sup>32</sup> Durante a coleta dos dados da presente pesquisa foi encontrada a forma *dixe* conjugada na 3ª pessoa do singular no pretérito perfeito do modo indicativo.

Para as formas do lexema de perfeito de *jazer*, *jouv-*, a explicação é dada pela etimologia do lat. *Jacui* > *\*jagui* > *jougue*. Já a forma *jouv-* apresenta uma formação análogica em comparação com a forma *trouv-* (cf. Mattos e Silva, 2006, p.133).

No tipo *b* a variação do lexema opõe por alternância vocálica <i:e> da primeira e terceira pessoa do singular respectivamente. No período arcaico o lexema *fig-*, alternando com *fiz-*, ocorre de modo geral.<sup>33</sup> Segundo Mattos e Silva (2006, p.133), no período arcaico, as formas do perfeito seguem a de 3ª pessoa do singular e não a de 1ª pessoa (cf. *fezeste*, *fezemos*, *fezedes*, etc.). A expansão da forma de primeira pessoa a todas as formas do perfeito é interpretada como uma regularização com base na 1ª pessoa de pretérito perfeito (cf. *fiz*, *tive*, *estive*, *vim*, etc.).

A variação do lexema nas formas em *c* opõe por alternância vocálica <u:o> da primeira e terceira pessoa do singular respectivamente. No período arcaico, tal como ocorre no tipo *b*, é a forma de 3ª pessoa que é a base das outras (cf. *poderon*, *podera*, *podesse*, etc.). Williams (1961[1938], p.213) afirma que as formas também se regularizaram tendo como modelo a 1ªps, possivelmente interferindo o alteamento da pretônica. E os verbos que se enquadram nos padrões da forma *d* alternam também em <u:o>, opondo a primeira pessoa e a terceira pessoa do pretérito perfeito, tendo como base lexical todos os tempos do perfeito a forma de 3ª pessoa (cf. *fo- foron*, *fora*, *fosse*, etc.). E por fim, na forma em *e*, o verbo *ver*, em todos os lexemas do perfeito, apresenta o tema *vi-* (<lat.vid-)> - *vi*, *viu*, *vira*, *visse*, *vir*, etc., tal como encontramos hoje no PB.

Passemos para o subgrupo 2, constituído dos verbos *saber* (< lat. *sapĕre*), *prazer* (< *placĕre*), *caber* (< *capĕre*) e *dar*. Veja-se o quadro retirado de Mattos e Silva (2006, p.134):

Lexemas dos tempos do não-perfeito	Verbos	Lexemas dos tempos do perfeito
sab- praz- cab-	a. SABER PRAZER CABER	soub- proug- coub-
d + VT <sub>a</sub>	b. DAR	d + VT <sub>e</sub>

**Quadro 6:** Subgrupo 2. Lexemas do não-perfeito e do perfeito (MATTOS E SILVA, 2006, p.134).

<sup>33</sup> Nas *Cantigas de Santa Maria* não foram encontradas formas com o lexema *fig-*.

Em *a*, o lexema do perfeito é caracterizado pela ditongação herdada de sua história (lat. *sapui-*, *placui-*, *capui-*). Posteriormente, ocorre a metátese do *-u-* (marca de *perfectum* latino), constituindo o ditongo do lexema.

O verbo *dar* apresenta vogal temática *-a-* que se opõe à vogal temática *-e-* dos tempos do perfeito (cf. *dei*, *deste*, *deu*, etc.). No latim há uma base *da-* para os tempos do *infectum* e uma base *ded-* para os de *perfectum* (MATTOS E SILVA, 2006, p.134).

Os verbos do subgrupo 3 apresentam um lexema para o presente do indicativo e subjuntivo presente e outro, que é a base do lexema de outros tempos do presente e de todos os tempos do perfeito. Confira o quadro abaixo (transcrito de Mattos e Silva, 2006, p.135):

Lexema de IdPr P1 e de SbPr Pl a 6	Verbos	Lexema dos outros tempos e pessoas
a. ouç-	OUVIR	ouv-
peç-	PEDIR	ped-
arç-	ARDER	ard-
meç-	MEDIR	med-
menç-	MENTIR	ment-
senç-	SENTIR	sent-
perç-	PERDER	perd -
b. acaesc-	ACAECER	acaec-
conhosc-	CONHOCER	conhoc-
nasc-	NACER	nac-
cresc-	CRECER	crec

**Quadro 7:** Subgrupo 3. Lexemas do presente e do subjuntivo presente (MATTOS E SILVA, 2006, p.135).

No grupo *a*, os verbos que apresentam o lexema de presente (primeira pessoa) e do presente do subjuntivo fechados por sibilante, primeiro a africada */ts/* e posteriormente a fricativa */s/*, grafada */ç/*, decorrem do étimo latino em que as formas correspondentes apresentam uma semivogal anterior, seguindo a consoante do lexema final: *áudio* > *ouço*, *peito* > *peço*, *ardeo* > *arço*, etc.

Em outros casos, a consoante que fecha o lexema latino não está no mesmo contexto fônico, portanto seu destino fônico será outro, resultando os lexemas variantes (cf. *perdeo* > *perco*). Segundo Mattos e Silva (2006, p.135), alguns desses verbos do período arcaico sofreram mudanças durante o processo de evolução da língua, resultando na regularização do paradigma: *menço* (arc.) > *mento* (arc.) > *mino*; *senço* (arc.) > *sento* (arc.) > *sinto*. Os verbos *ouço*, *peço* e *meço* mantêm a antiga variação do lexema.

Em *b*, encontramos os verbos que terminam seu lexema pelo sufixo derivacional incoativo no latim <-scere>. Na primeira pessoa do presente e em todo subjuntivo presente, o contexto fônico /o/ ou /a/ manteve no período arcaico a forma etimológica, cujo lexema é fechado pela consoante velar /k/ (cf. *nasço, cresço, conosco*, etc.). Em outros casos, a vogal anterior (/e/ ou /i/) favoreceu a assimilação de <sc>, foneticamente /ks/ em /s/, ou seja, uma sibilante alveolar surda, na escrita <c> (MATTOS E SILVA, 2006, p.135).

Por fim, o subgrupo 4 apresenta verbos cujo particípio não segue o padrão geral –Lex + VT +do.<sup>34</sup> Esses verbos têm lexema específico de acordo com seu étimo latino (cf. tipo *a* no quadro), ou lexema único, próprio ao verbo e se acrescentam apenas os morfemas nominais referidos (cf. tipo *b* no quadro). Vejamos o quadro apresentado por Mattos e Silva (2006, p.136):

Lexema do Inf.	Verbos	Lexema do PP.
a. abr-	ABRIR	abert-
acend-	ACENDER	aces-
benz-	BENZER	bent-
cing-	CINGIR	cint-
cobr-	COBRIR	cobert-
colh-	COLHER	colheit-
com-	COMER	comest-
cos-	COSER	coseit-
coz-	COZER	coit-
defend-	DEFENDER	defes-
diz-	DIZER	dit-
erig-	ERIGIR	creit-
escrev-	ESCREVER	escrit-
faz-	FAZER	feit-
mat-	MATAR	mort-
morr-	MORRER	mort-
nasc-	NASCER	nad-
põ-	PÕER	post-
tolh-	TOLHER	tolheit-
traz-	TRAZER	treit-
ve-	VEER	vist-
b. aceit-	ACEITAR	aceit-
junt-	JUNTAR	junt-
pag-	PAGAR	pag-
salv-	SALVAR	salv-
solt-	SOLTAR	solt-

**Quadro 8:** Subgrupo 4. Lexemas do particípio (Mattos e Silva, 2006, p.137).

<sup>34</sup> Segundo Mattos e Silva (2006) a fórmula Lex +VT+ do lê-se: lexema do infinitivo + vogal temática + do (marca do particípio).

No período arcaico, alguns desses participios conviviam com a forma regular, como hoje, nem sempre, contudo, coincidindo os itens verbais das duas sincronias (MATTOS E SILVA, 2006, p.137).

Para a realização desta pesquisa atentamos para o subgrupo 2, que trata dos lexemas de perfeito. Os demais grupos foram apresentados apenas para que se possa ter uma noção das transformações que os verbos dos padrões especiais sofreram durante a história e a evolução da língua.

## **2.7 Considerações finais**

Discorreremos sobre os principais trabalhos que tratam do comportamento da flexão verbal no português, passando por obras que retratam as características de seu sistema verbal desde sua origem até os estudos mais recentes. Abordamos o comportamento das formas do pretérito em outras línguas e tratamos também das principais características do pretérito perfeito do modo indicativo tanto dos verbos regulares quanto dos irregulares, nosso objeto de estudo.

### 3 Embasamento teórico

Nesta subsecção faremos uma apresentação das teorias que servem de base para a análise de nossos dados coletados nas CSM. Primeiramente, serão apresentados os principais aspectos da teoria gerativa padrão e o surgimento das fonologias não-lineares. E, em um segundo momento, abordaremos com mais detalhes as teorias fonológicas não lineares utilizadas nas análises dos dados, sobretudo a Fonologia Lexical<sup>35</sup> (FL, de agora em diante), a Fonologia de Geometria de Traços e a Fonologia Métrica.

#### 3.1 O surgimento da Fonologia Não Linear

Chomsky foi um marco significativo nos estudos linguísticos a partir da década de 50. Segundo Matzenauer (2005, p.14), ele determinou como objetivo do estudo descritivo de uma língua a construção de uma gramática e, ao defini-la como o sistema de regras que especifica a correspondência entre som e significado, inseriu a noção de regra linguística como indispensável para a caracterização de qualquer língua.

Dentre os vários pressupostos teóricos que fundamentam o modelo chomskiano, destacamos a distinção entre competência/desempenho e a existência de uma Gramática Universal. Matzenauer (2005, p. 14) ressalta que

Chomsky (1965) considerou relevante o fato de que qualquer pessoa é capaz de fazer julgamentos imediatos, intuitivos e naturais sobre as relações sintáticas e semânticas de sua língua, de interpretar sentenças ambíguas e de detectar sentenças mal formadas, sem que ninguém lhe tenha ensinado. Também observou que a criança adquire uma língua, com toda a sua complexidade, nos primeiros anos de vida, sendo capaz de criar e empregar expressões e sentenças que nunca ouviu.

Com base no que foi exposto, podemos afirmar que Chomsky (1965) defende que todo falante/ouvinte possui uma “competência linguística”, definida como um conhecimento

---

<sup>35</sup> Embora comumente classificada como fonologia não-linear, a Fonologia Lexical é uma teoria da gramática pois, ela organiza as regras morfológicas e fonológicas em domínios de aplicações diferentes que podem ser representados por outras teorias. De acordo com Lee (1992, p.103), o modelo da Fonologia Lexical estabelecido por Kirpasky (1982,1985) e Mohanan (1982,1986) representa, na verdade, a convergência de vários trabalhos independentes, entre os quais podemos destacar: Halle (1973), Siegel (1974,1977), Jackendoff (1975), Aronoff (1976), Allen (1978) e Pestsckay (1979).

inconsciente da língua e da gramática que determina uma relação intrínseca entre som e significado (dicotomia saussuriana) em cada sentença e do sistema de regras que a caracteriza.

Ressalta-se que a “competência” não deve ser confundida com “desempenho”, que é o uso real da língua (em termos saussurianos, trata-se da *parole*) em situações concretas. Matzenauer (2005, p.14) diz que o “desempenho” não depende somente do conhecimento da língua, mas de outros fatores (extra-linguísticos), tais como restrições de memória, atenção, crenças, etc.

A Gramática Universal (GU) pode ser definida como uma essência comum que os homens têm como parte de sua herança genética. Segundo a proposta teórica elaborada por Chomsky, o indivíduo adquire a língua do ambiente em que vive (português, inglês, francês, alemão, etc.) com base nessa essência comum.<sup>36</sup> Segundo Matzenauer (2005, p.15), temos que:

De acordo com essa concepção, as línguas constroem suas gramáticas com base na GU, ou seja, fixam parâmetros particulares a partir dos princípios gerais ditados pela GU. Um exemplo de princípio da GU é que a sílaba pode ter três elementos: ataque, núcleo e coda. A partir desse princípio, cada língua vai criar a sua gramática, determinando neste caso, que tipo de segmento pode ocupar as diferentes posições na estrutura silábica [...].

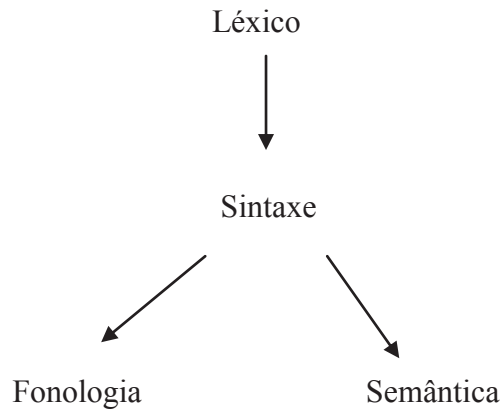
Com a publicação de *The Sound Pattern of English* (SPE), em 1968, Chomsky e Halle apresentaram as linhas gerais da teoria fonológica gerativa, na qual o componente fonológico passou a ser definido como a parte da gramática que atribui uma interpretação fonética à descrição sintática (MATZENAUER, 2005, p.15).

Sobre esse fato, Massini-Cagliari (1999, p.71) nos afirma que a interação entre fonologia e o resto da gramática limitava-se a uma interface com a sintaxe, em que o *output* do componente sintático constituía o *input* do componente fonológico. Veja o esquema abaixo:

---

<sup>36</sup> A preocupação de Chomsky é voltada principalmente para a similaridade entre as línguas, atribuindo a essa semelhança uma essência comum que é a GU.

(36)



Define-se a representação fonética como sendo uma seqüência de segmentos fonéticos, que são um conjunto de especificações de traços, isto é, propriedades mínimas (tais como nasalidade, sonoridade, etc.). Por sua vez, a representação fonológica é a representação mental dos itens lexicais, onde os conjuntos de especificações de traços fonológicos podem manter uma correspondência unívoca ou não com o conjunto de traços fonéticos.

Portanto, todo falante tem uma informação fonológica que congrega, segundo Matzenauer (2005, p.16), duas formas diferentes das unidades lexicais de sua língua: uma representação fonológica mais abstrata, subjacente ao nível fonético, que contém informações não previsíveis (distintivas) e que estabelece uma relação dos sons com significado, e por fim, uma representação fonética que indica como a palavra é realizada, que isola as propriedades articulatórias e acústicas dos sons para a realização e decodificação dos sons para a realização da fala.

Vale referir que o modelo gerativo proposto por Chomsky e Halle (1968) tem como diferença, em relação ao modelo estruturalista, o fato de tornar a relação entre a representação fonológica e a produção fonética mais abstrata, e por retirar, ou seja, eliminar o nível fonêmico, que estabelece um nível separado para a relação entre fonema e suas variantes contextualmente especificadas. Para este novo modelo (gerativo), o traço passa a ser a unidade mínima, que possui realidade psicológica e valor operacional.

A respeito dos traços distintivos, a teoria estabelece que são propriedades mínimas, de caráter acústico ou articulatório (nasalidade, sonoridade, labialidade, coronalidade, etc.) que, de forma coocorrente, constituem os sons da língua. No nível fonológico, os traços são marcadores classificatórios abstratos, que identificam os itens lexicais da língua (Matzenauer, 2005, p.17). Por possuírem a função classificatória e distintiva, os traços são binários no modelo de Chomsky e Halle (1968), isto é, representando um a presença e outro a ausência da propriedade. Segundo Cagliari (2008, p. 88), temos que



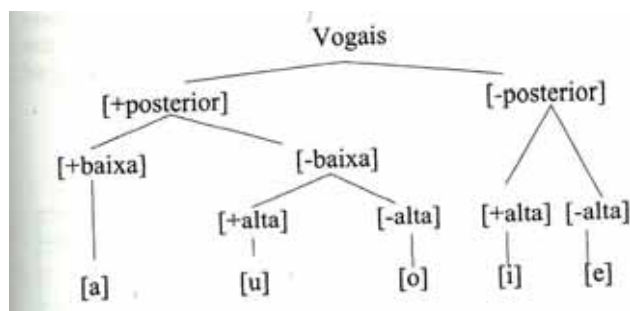
as propriedades vêm escritas entre parênteses quadrados com os símbolos fonéticos, com a valência (marca de + ou -) no início. As propriedades com o sinal (+) são marcadas e as com o sinal (-) são não marcadas. Há implicações teóricas fortes que baseiam no fato de certas regras atingirem elementos marcados e não marcados (teorias das marcas fonológicas). Em uma notação como [+sonoro] não se lê a valência (o sinal de +), mas sim apenas sonoro. Na notação [-sonoro], por exemplo, diz-se não sonoro ou surdo, não sendo costume dizer menos sonoro.

Com isso, os elementos são analisados em propriedades distintivas através de matrizes ou de gráficos em forma de árvores. Utiliza-se este último modelo para tirar as redundâncias que geralmente aparecem quando se faz uma matriz. Veja os exemplos abaixo:

(37) Matrizes das Vogais (cf. Cagliari 2008, p.89)

Propriedades	Segmentos				
	i	e	a	o	u
alta	+	-	-	-	+
baixa	-	-	+	-	-
posterior	-	-	+	+	+
arredondada	-	-	-	+	+

(38) Gráfico dos traços das vogais em forma de árvore. (cf. Cagliari 2008, p.89).



A descrição dos traços distintivos dos segmentos é de extrema importância para a descrição dos processos fonológicos, que são descritos através de regras, e nos fornecem informações sobre quais traços são alterados ou não durante esses processos.

As teorias fonológicas que foram surgindo ao longo dos anos, a partir do modelo gerativo padrão, têm como impulso uma reação à tradição desse modelo de Chomsky e Halle (1968). Segundo Massini-Cagliari (1999, p.71), as descrições fonológicas caracterizavam-se por uma organização linear dos segmentos e por um conjunto de regras cujo domínio de aplicação era implicitamente definido em termos de fronteiras contidas na estrutura superficial dos constituintes morfossintáticos. Atribui-se o surgimento desta reação ao momento em que se tentou incorporar à teoria gerativa fenômenos como estrutura de sílaba, acento e tom, os quais eram tratados de modo linear no âmbito da fonologia gerativa.

Com o desenvolvimento das fonologias nas últimas décadas do século XX, chegou-se à conclusão de que o componente fonológico é caracterizado por um conjunto de sistemas hierarquicamente organizados e integrantes, sendo cada um governado por seus próprios princípios, o que torna então o componente fonológico um sistema heterogêneo. A partir disso, surgiu o que se chama de Fonologia Não-Linear: a Teoria Métrica, a Teoria Lexical, a Teoria Auto-Segmental e a Teoria Prosódica.

Esses tipos de teorias trazem ferramentas importantes, já que propõem uma ideia de organização hierárquica dos constituintes. Pesquisadores como Halle e Vergnaud (1987), Goldsmith (1990) e Hayes (1995) mostram que a consideração de constituintes hierarquizados é necessária a qualquer abordagem do acento e do ritmo, pois facilita a visão de determinados fenômenos, tais como as colisões acentuais, por exemplo. Vejamos a seguir mais detalhadamente cada uma dessas teorias.

### **3.2 A Fonologia Lexical**

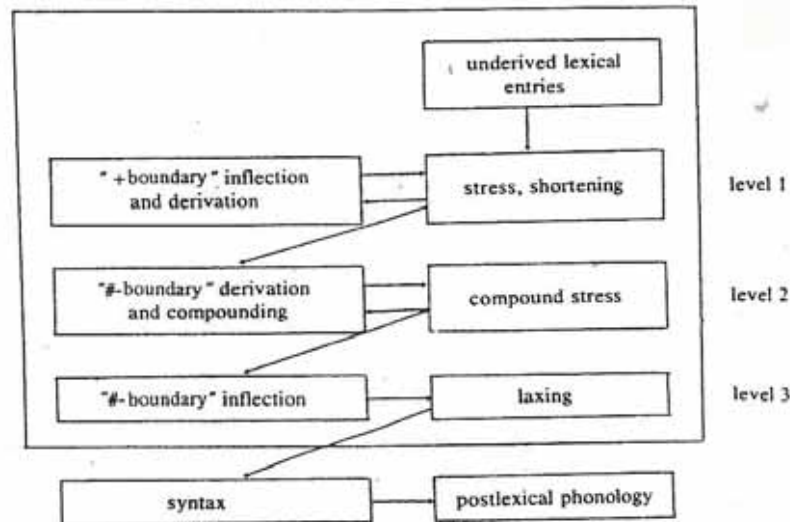
O objetivo da fonologia lexical é estudar a relação entre o sistema sonoro e o sistema lexical das línguas por meio da observação da atuação das regras fonológicas, estudando as relações entre a estrutura morfológica de uma palavra e as regras fonológicas que a ela se aplicam.

Esse modelo teórico foi desenvolvido por Kiparsky (1982, 1985) e Mohanan (1982, 1985). Esses estudiosos postulam que o léxico de uma língua está organizado em uma série de níveis ou estratos, os quais são domínios para regras morfológicas e fonológicas. Isso implica que em cada estrato se aplicam tanto regras de formação de palavras (regras morfológicas) quanto regras fonológicas.

Em um mesmo estrato ou nível podemos aplicar regras morfológicas e fonológicas. As regras fonológicas são aplicadas depois de cada operação morfológica, ou seja, a saída de

cada regra morfológica é submetida, em seu extrato, a regras fonológicas (MATZENAUER, 2005).

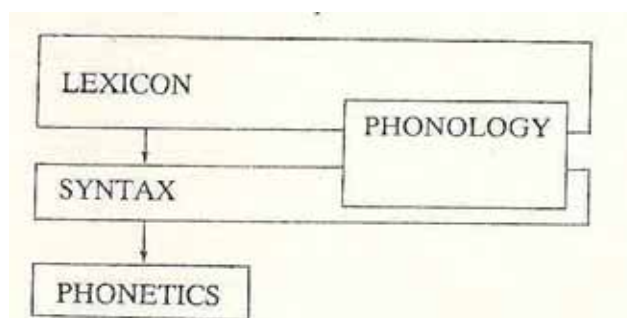
A estrutura do léxico proposta pela Fonologia Lexical pode ser representada pelo esquema a seguir, proposto por Kiparsky (1982, p. 133):



**Figura 8.** Estrutura do léxico proposto pela Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1982, p. 133).

Analisando a figura acima, verificamos que as setas que ligam o nível fonológico ao nível morfológico são reversíveis. Isto mostra que a fonologia lexical trabalha com a hipótese de que há uma interação e uma influência entre esses dois componentes da gramática (Fonologia e Morfologia) no momento de formação das palavras. Kiparsky (1982, p.131) também afirma que *“the basic insight of level-ordered morphology is that the derivational and inflectional processes of a language can be organized in a series of levels. Each level is associated with a set of phonological rules for which it defines the domain of application”*.

De acordo com Halle e Mohanan (1983), em *Segmental phonology of modern English*, o número de estratos pode ser diferente de uma língua para outra; o que pode ser afirmado com toda certeza é que todas as línguas apresentam no mínimo dois grandes componentes: o léxico e o pós-léxico. A existência de dois domínios de aplicação das regras (léxico e pós-léxico) possibilita a intersecção da fonologia tanto com o léxico quanto com a sintaxe, como podemos verificar na figura 9.



**Figura 9.** Intersecção fonologia com léxico e sintaxe de Pulleyblank (1986, p.8).

No componente lexical, as regras se aplicam somente a palavras e no componente pós-lexical se aplicam tanto a palavras, como a seqüências maiores, por frases ou enunciados entendidos (Matzenauer, 2005, p.68).

Por propor a existência de dois grandes componentes – lexical e pós-lexical, a fonologia lexical apresenta uma série de princípios para auxiliar a determinação de como e onde se aplicar cada uma das regras. Os que merecem destaque são os seguintes:

**a) Convenção de apagamento de colchetes (BRACKET ERASURE CONVENTION):** Colchetes que marcam a estrutura morfológica são apagados ao final de cada estrato. Assim sendo em uma palavra como *centralizar*, tal princípio se aplicaria da seguinte forma:

(39) nível 1: [[[centr]al]izar]  
 nível pós-lexical: [centralizar]<sup>37</sup>

**b) Elsewhere Condition:** Princípio que resolve o conflito entre duas regras disjuntivas, ou seja, regras que não se ligam uma a outra, em determinado ponto da derivação. Quando uma delas é aplicada, a outra fica excluída.

**c) Princípio de Preservação da Estrutura:** Estabelece restrições às derivações, determinando que delas (as derivações) não podem resultar estruturas não pertencentes ao sistema em questão. Proíbe a aplicação de uma regra se ela vier a produzir formas inexistentes no sistema subjacente da língua.

<sup>37</sup> Exemplo adaptado de Hernandorena (1996, p.73).

**d) Condição do Ciclo Estrito (Strict Cycle Condition):** Estabelece uma restrição à ciclicidade, porque limita a aplicação de regras cíclicas a estruturas derivadas. Estrutura derivada é a que resulta da aplicação de uma regra morfológica ou fonológica.

Massini-Cagliari (1999, p.73-74) também postula que existem regras que podem ter aplicação em ambos os níveis (lexical e pós-lexical), como já afirmara Mohanan (1986, p.7): *“there also exists a class of rules which apply in both the lexical and the postlexical domain”*. De acordo com a autora:

as regras fonológicas [...] podem ter uma aplicação lexical e/ou pós-lexical e essas regras são tanto do tipo descrito pelo modelo prosódico, como as descritas pelos modelos auto-segmental e métrico. [...] O domínio de sua aplicação é que varia: as regras descritas pelos modelos métrico e auto-segmental podem se aplicar tanto lexical como pós-lexicalmente; as descritas pelo modelo prosódico, entretanto, só pós-lexicalmente. (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p.73-74)

Uma das mais importantes diferenciações entre regras lexicais e pós-lexicais diz respeito à questão da ciclicidade. As regras lexicais podem ser cíclicas, enquanto que as pós-lexicais, não. Sobre esse assunto, Massini-Cagliari (1999, p.96) afirma que:

A escolha quanto à ciclicidade ou não de uma regra tem a ver com a própria organização do léxico em *estratos*. Reside justamente nessa organização estratificada a maior inovação proposta pelo modelo fonológico lexical. Nesse sentido, são os estratos - e não as regras - que são ou não cíclicos.

Kiparsky (1982, p.132), ainda sobre a ciclicidade, diz que *“the rules of lexical phonology are intrinsically cyclic because they reapply after each step of word-formation at their morphological level. [...] the rules of postlexical phonology, are intrinsically noncyclic”*.

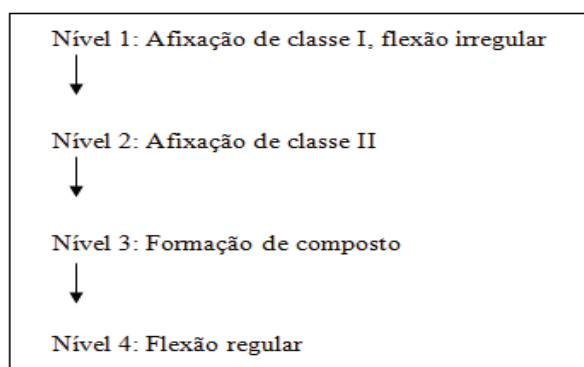
Podemos definir as regras lexicais cíclicas como sendo aquelas que interagem com as regras morfológicas de forma direta e que se reaplicam após a cada processo de formação de palavras. Por sua vez, as regras lexicais pós-cíclicas são as que não interagem com a morfologia. E, por fim, as regras pós-lexicais se aplicam após a derivação das sentenças pelo componente sintático. Vejamos abaixo um quadro com as características das regras lexicais e das regras pós-lexicais:

<i>LEXICAL</i>	<i>POST-LEXICAL</i>
a. may refer to word-internal structure	a. cannot refer to word-internal structure
b. may not apply across words	b. may apply across words
c. may be cyclic	c. cannot be cyclic
d. if cyclic, then subject to strict cycle	d. non-cyclic, hence across-the-board
e. structure-preserving	e. need not be structure-preserving
f. may have lexical exceptions	f. cannot have lexical exceptions
g. must precede all post-lexical rule applications	g. must follow all lexical rule applications

**Figura 10.** Regras Lexicais e Pós-lexicais de Pulleyblank (1986, p.7)

Lee (1992, p.9) primeiramente postula que há quatro níveis no léxico do Português Brasileiro (PB):

(40)



Posteriormente, Lee (1995), em sua tese de doutorado, afirma que a Fonologia do PB apresenta dois grandes níveis – o nível lexical (1,2) e o nível pós-lexical (3). O nível lexical possui dois estratos:  $\alpha$  (1), em que são definidas as formas básicas dos morfemas e no qual ocorrem os fenômenos de derivação;  $\beta$  (2), em que ocorrem todas as formas produtivas e flexões regulares da língua (destaque especial para a flexão verbal, objeto de estudo desta dissertação).

Em relação ao nível pós-lexical, que representa a saída do léxico e sua entrada na sintaxe, Lee (1995) considera que deste nível em diante as regras não podem ser mais cíclicas e também não afetam as operações morfológicas. É neste estágio que acontece a composição do tipo especial, que trata de palavras do tipo *homem-rã*, *garota propaganda*, etc. Esses itens lexicais são compostos por palavras independentes.

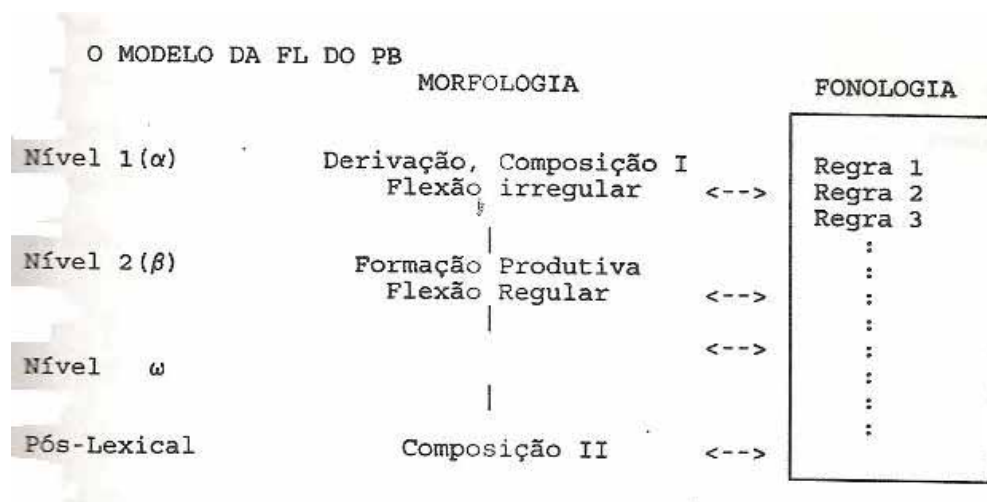


Figura 11. Modelo da FL do PB (LEE, 1995, p.11).

Observando a figura acima notamos que em um mesmo estrato ( $\alpha$  ou  $\beta$ ) são permitidas várias afixações e a aplicação de diversas regras fonológicas, por exemplo, no nível  $\alpha$ , em que ocorrem processos de derivação, composição e flexão irregular.

Portanto, a apresentação do modelo da Fonologia Lexical mostrou que tal teoria postula que as regras fonológicas operam em conjunto com as morfológicas no léxico de uma língua. Como a proposta desta dissertação é estudar os processos morfofonológicos, a fonologia lexical pode fornecer subsídios importantes para a representação e a análise dos dados.

### 3.3 A Fonologia Autossegmental - A Geometria de Traços

De acordo com Cagliari (1999, p.9) a passagem da Fonologia Gerativa padrão para a Fonologia de Geometria de Traços ocorreu através de vários questionamentos e de propostas de novas abordagens para se lidar com velhos problemas.

De acordo com Matzenauer (2005, p.45), a fonologia autossegmental entende que não há uma relação “bijetiva” (de um-para-um) entre os segmentos e o conjunto de traços que os caracterizam. A fonologia autossegmental passou a entender que o segmento apresenta uma estrutura interna, isto é, existe uma hierarquização entre os traços que o compõem. Para Clements e Hume (1995, p. 245):

*feature theory has emerged as one of the major results of linguistic science in this century, and has provided strong confirmation for the view that languages do not vary without limit, but reflect a single general pattern which is rooted in the physical and cognitive capacities of the human species.*

Cagliari (1999, p.10) afirma que a opção pela geometria de traços foi sendo criada de uma reorganização das matrizes nas regras da Fonologia Gerativa. A forma de agrupar traços em classes e de estabelecer restrições entre eles gerou a necessidade de uma Geometria de Traços. Um resultado disto foi o aparecimento de *árvores de traços* (CAGLIARI, 1999, p.10).

Matzenauer (2005, p.51) diz que a estrutura arbórea que representa a geometria de traços possibilita expressar a naturalidade dos processos fonológicos que ocorrem nas línguas do mundo.

Esse modelo, embasado na teoria autosegmental de Goldsmith (1976, 1990), trata os traços como autosegmentos, ou seja, como unidades cujo domínio pode ser maior ou menor que um segmento e cuja representação, refletindo a sua organização hierárquica, deve ser feita em diferentes camadas ou *tiers*, dispostos em diferentes planos (CAGLIARI, 2008, p. 125).

Este modelo está baseado na fonética articulatória e privilegia os aspectos da configuração do aparelho fonador, como explicam Clements e Hume (1993, p. 251)

*Central to the current development of feature theory is the idea that speech is produced using several independently functioning articulators. These articulators – comprising the lips, the tongue front, the tongue body, the tongue root, the soft palate, and the larynx – may define a single, primary constriction in the vocal tract, or may combine to produce several constrictions at the same time.*

O primeiro modelo de geometria assemelhava-se a um livro aberto: o dorso (amarrando as folhas) é o eixo do tempo ou esqueleto. As folhas são os níveis em que se estabelecem os traços (CAGLIARI, 1997, p.13). Nessa geometria os segmentos são representados com uma organização interna a qual se mostra através de configurações de nós hierarquicamente organizados, em que os nós terminais são traços fonológicos e os nós intermediários, classes de traços.

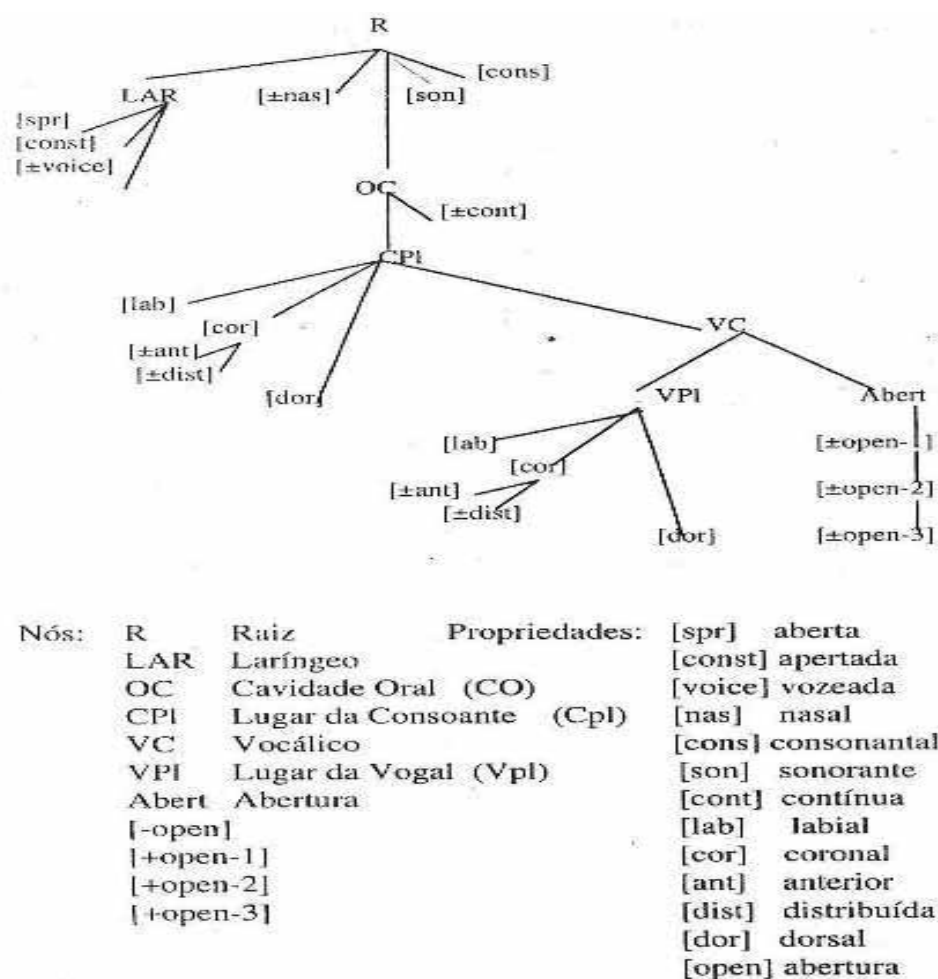
A saída encontrada por Goldsmith (1990) foi criar níveis (“tiers”) de tal modo que os tons ficassem autosegmentados em níveis próprios, com seus processos atuando de forma específica. Cada nível liga-se a outros, através de linhas de associação, processo que age com algumas restrições, como, por exemplo, o Princípio de Não Cruzamento de linhas. Isso significa que duas propriedades ou dois nós estruturais idênticos e contíguos são proibidos. Duas propriedades (nós terminais) ou dois nós estruturais idênticos e contíguos são também proibidos. Para evitar isso, utiliza-se apenas uma especificação autosegmental e, com linhas de associação, juntam-se a ela dois segmentos na parte nuclear que reúne os níveis, chamada de esqueleto, onde se encontra a especificação fonológica dos segmentos como unidade de tempo (x) ou como C (consoantes) e V (vogais) (CAGLIARI, 1997, p.10).



A respeito da organização dos traços fonológicos, Mateus e d'Andrade (2000, p.24) afirmam que:

*The geometrical organization of features [...] implies that: terminal features are grouped into class nodes; these nodes are located in separate tiers which, at the upper level, are directly linked to a root node; each root node is connected to a position in a separate tier, called skeleton, which consist of a sequence of abstract time units; positions on this skeleton are marked by an X.*

Essa configuração é representada em um diagrama arbóreo, como podemos constatar a seguir:



**Figura 12:** Modelo de geometria de traços proposto por Clements (1985), retirado de Cagliari (1997, p. 30).

Clements e Hume (1995, p.250-251) afirmam que a organização dos traços é determinada universalmente. Acredita-se que a maneira como os valores dos traços são dispostos em fileiras e agrupados nos constituintes não varia de língua para língua. Os traços

são, ao mesmo tempo, organizados de maneira hierárquica e cada um de seus constituintes funciona como uma única unidade em regras fonológicas.

O modelo da geometria de traços trata os processos fonológicos de maneira autosegmental e não através de regras como fazia a fonêmica, e principalmente a teoria gerativa padrão. Isso significa que um segmento é definido através de sua geometria, ou seja, dos nós e dos traços terminais que o caracterizam.

Apresentaremos agora os processos mais importantes, descritos a partir da teoria da geometria de traços (cf. Cagliari, 1997, p.20):

a) assimilação ou espraçamento: um segmento liga-se a outro e leva um nó ou traço de um segmento para outro;

b) desligamento: um segmento perde um traço ou conjunto de traços; a linha de associação é cortada no lugar adequado;

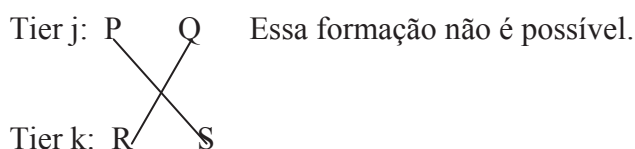
c) fissão: um nó-raiz ou um elemento do esqueleto (x ou C, V) é partido para surgir a auto-segmentação da geometria de um outro elemento grudado;

d) fusão: junção de dois elementos em um único nó de raiz.

Porém, para a aplicação das regras nos processos há princípios postulados pela fonologia autosegmental que impõem limites. Tais limites decorrem das propriedades estruturais das representações:

- 1) **Princípio de não cruzamento de linhas de associação:** linhas de associação ligando dois elementos do *tier j* a dois elementos do *tier k* não podem se cruzar. Veja o exemplo abaixo:

(41)



- 2) **Princípio do contorno obrigatório:** elementos adjacentes idênticos são proibidos. Nesse caso não são apenas segmentos adjacentes idênticos, mas também traços e nós idênticos em um dado *tier*.

- 3) **Restrição de ligação:** as linhas de associação em descrições estruturais são interpretadas exhaustivamente. Essa restrição limita a aplicação de uma regra de à forma que nela é representada, de modo que, se contiver uma só linha de associação, fica bloqueada em contextos de ligação dupla e vice-versa (cf. Hayes, 1986, p.331).

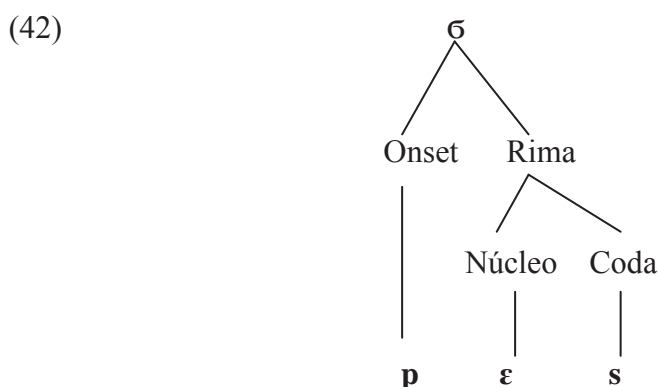
Esta breve exposição sobre a Fonologia da Geometria de Traços mostrou algumas características desse modelo, com o intuito de fornecer algumas informações relevantes sobre a maneira como a representação dos segmentos e a descrição de alguns processos fonológicos são feitas a partir desta teoria.

### 3.4 A Fonologia Métrica

A Fonologia Métrica desenvolveu-se a partir dos anos 70 do século XX. Sua principal preocupação é voltada para os fenômenos dependentes da fonotática (cf. Cagliari, 2008), tais como a sílaba e fenômenos rítmicos em geral. Uma das últimas versões é a que foi elaborada por Hayes (1995).

A Teoria Métrica diz que as diferenças fonéticas e fonológicas entre o acento e traços gradientes podem ser mais bem explicadas se abandonarmos a visão do acento da fonologia gerativa padrão como apenas traços atribuídos às vogais, e tratá-lo, preferivelmente, como uma estrutura rítmica organizada hierarquicamente (LIBERMAN, 1975; LIBERMAN; PRINCE, 1977).

É um modelo teórico que utiliza a concepção hierárquica das estruturas e permite uma nova representação da sílaba e uma análise adequada do acento. Veja o esquema abaixo:<sup>38</sup>

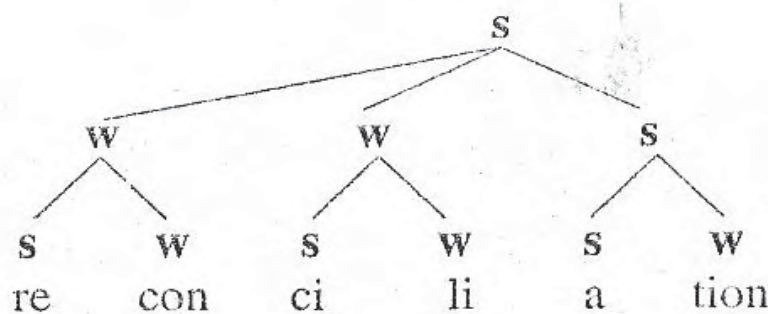


<sup>38</sup> Exemplo extraído de Cagliari (2008, p.118).

Conforme se vê, os elementos da sílaba foram estruturados em forma de árvore. O *Onset* é considerado a primeira parte da sílaba e a segunda é a *Rima* (constituída de núcleo – que em português só pode ser ocupado por uma vogal - e coda – na maioria das vezes ocupada por consoantes).

A primeira estrutura métrica criada foi a representação do acento por meio de árvores métricas. As relações entre as sílabas são determinadas em função de suas saliências, que são classificadas como sílabas fortes (*s-strong*) e sílabas fracas (*w-weak*). Veja o exemplo retirado de Liberman e Prince (1977, p.267):

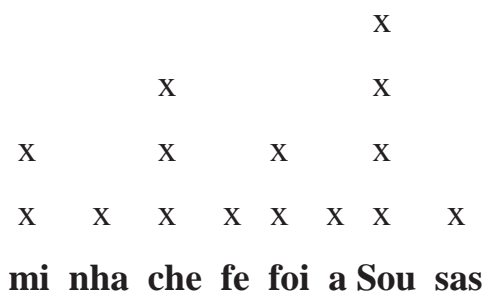
(43)



Apesar de a preocupação de Liberman e Prince (1977) residir em explicar os acentos principais e secundários na língua inglesa, segundo Matzenauer (2005, p.76), foi possível, através dessa representação, caracterizar a estrutura prosódica interna da palavra, a qual se apresenta em dois níveis: 1º) as sílabas são inicialmente agrupadas em constituintes cujo elemento à esquerda é o mais forte; 2º) os constituintes são organizados numa árvore ramificante com cabeça (núcleo) à direita. De acordo com a autora, no exemplo acima, o acento primário é atribuído à sílaba *-a* por ser exclusivamente dominada por nós fortes.

As saliências podem ser representadas em forma de árvore (conforme exemplo acima), ou pode-se utilizar uma representação na forma de grade, como temos a seguir (cf. Cagliari, 2008, p.120):

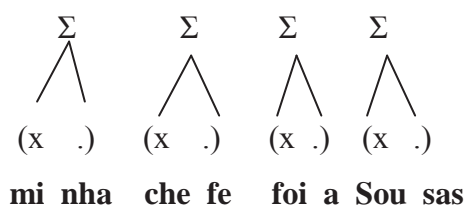
(44)



Explicando este modelo, temos que no primeiro nível todas as sílabas recebem uma marca e, depois, o esquema assinala apenas as saliências. De acordo com Cagliari (2008), constata-se que a grade métrica do enunciado pode relevar fatos rítmicos da língua.

Dada a organização das sílabas de um enunciado em função da sua relativa saliência acentual, cria-se um padrão rítmico, no qual, em vez de as sílabas serem marcadas como fortes e fracas, marca-se o pé métrico que pode ser um troqueu (longa-breve) ou um iambo (breve-longa). Veja o esquema abaixo (cf. Cagliari, 2008, p.122):

(45)



Diante de um enunciado, podemos marcar, além dos pés e das sílabas, outras unidades maiores, que envolvem elementos rítmicos e entoacionais.

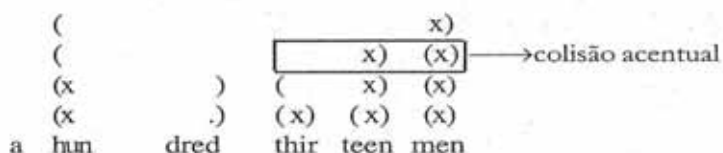
A grade métrica organiza hierarquicamente as relações entre os elementos e, assim, expressa também a força relativa desses elementos: quanto mais extensa for a coluna, maior será sua força (MATZENAUER, 2005, p.78). Com isso, a grade métrica permite a visualização do ritmo.

A partir da elaboração desses dois tipos de representação do acento, surgiu entre os pesquisadores a polêmica em decidir entre a utilização da árvore ou da grade. Prince (1983) defende a representação por meio das grades métricas, uma vez que são mais representativas dos fenômenos rítmicos.

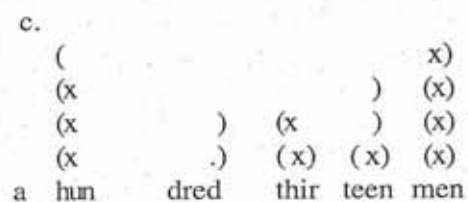
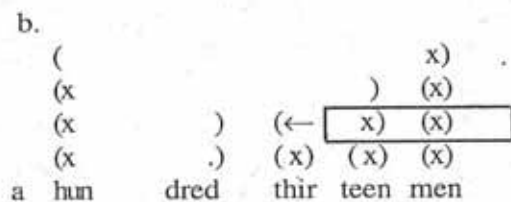
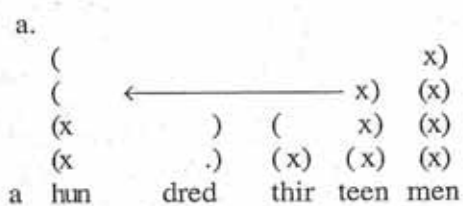
Sendo capaz de refletir o ritmo de uma sequência de elementos prosódicos, a grade constitui um recurso eficiente para solucionar os “choques de acento” (*stress clashes*). Entende-se por choque acentual quando são acentuadas duas sílabas adjacentes num mesmo nível prosódico.

Hogg e McCully (1987, p.130) apresentam um exemplo de colisão acentual, que pode ser resolvida através da operação Mova x: mova apenas uma marca da grade por vez ao longo de sua fileira. Quando a operação Mova x tem a finalidade de resolver uma colisão acentual, o movimento deve acontecer ao longo da fileira em que a colisão ocorre (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p.92):

(46) Colisão Acentual (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p.92)



(47) Aplicação da regra Mova X (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p.93)



Já os estudiosos da Fonologia Prosódica (cf. Nespor; Vogel, 1986; Selkirk, 1984) preferem adotar representações arbóreas, para dar conta de fenômenos prosódicos, além do acento, como por exemplo a entoação. Em um outro momento, Halle e Vergnaud (1987), Kager (1989), Goldsmith (1990) e Hayes (1995), em seus trabalhos, reuniram as vantagens das duas representações, criando o que se chama de *bracketed grids*, as grades parentetizadas, cuja função é de se proporcionar a clareza da visualização da hierarquia das batidas rítmicas da representação em grade, mas sem descartar as ramificações que indicam os constituintes que aparecem em uma árvore métrica. Na representação em grades parentetizadas, cada x representa a sílaba prominente do pé, enquanto que o ponto representa a sílaba não proeminente. Nesta pesquisa, adotamos a representação dos dados através da grade parentetizada. Veja os exemplos abaixo (cf. Lee, 1995, p.161):

(48)      (x    )    ( x    )  
           (x  .)    ( x  .)  
           fa lam    fa la mos

O acento, segundo a Fonologia métrica, é uma propriedade da sílaba e tem caráter relacional - não é um traço, mas uma proeminência que nasce da relação entre os elementos prosódicos: sílaba, pé e palavra fonológica (MATZENAUER, 2005, p.79). Portanto, a fonologia métrica permite uma nova representação da sílaba e uma análise mais adequada do acento.

### 3.5 Acento

A Gramática Tradicional trata o acento como *acento gráfico* (acento circunflexo e agudo) e são ensinadas regras que determinam quando uma palavra é acentuada ou não.

Segundo Massini-Cagliari (1992), para a Linguística, a preocupação com o acento não diz respeito ao seu aspecto gráfico nas palavras, mas sim ao fenômeno que faz com que uma sílaba seja pronunciada de modo mais saliente do que outra. E para Dubois (1978, p.14), o acento é “um processo que permite valorizar uma unidade linguística superior ao fonema (sílabas, morfemas, palavras, sintagmas, frases), para distingui-la das outras unidades linguísticas do mesmo nível”. Segundo o autor, o acento é um fenômeno que ocorre em um nível acima do nível do segmento e por isso é chamado de *suprasegmental*.

Essa noção linguística sobre o fenômeno do acento é relacionada com a noção de tonicidade da Gramática Tradicional, ou seja, é a divisão das palavras em oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. Em português, o acento tônico é distintivo, pois serve para diferenciar vocábulos.

Porém, analisando o fenômeno do ponto de vista fonético, a função do acento não se restringe apenas a distinção de palavras. Segundo Massini-Cagliari e Cagliari (2002, p.113), essa saliência pode se apresentar por um meio de um aumento da força expiratória, por uma duração maior, por uma variação da curva melódica ou mesmo por um aumento de intensidade sonora, dependendo da vibração das cordas vocais. Partindo desse conceito, pode se afirmar que “uma sílaba só é tônica ou átona por comparação as demais” (MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 2002, p.113).

Massini-Cagliari e Cagliari (2002) definem três tipos de sílabas tônicas nas frases, dependendo do seu grau de acento. Afirmam que existem sílabas que recebem o acento primário, sílabas que recebem o acento secundário, e por fim há sílabas que recebem o acento frasal:

(49) Palavra *Cafezinho*

- 1) Acento primário: ca-fe-**zi**-nho (-**zi**-)
- 2) Acento secundário: ca-**fe**-zin-nho (choque acentual, deslocamento do acento) = **ca**-fe-zin-nho (**ca**)
- 3) Acento frasal: Vou tomar um cafe**zi**nho (-**zi**-). O -*zi*- além de receber o acento primário, recebe também o acento frasal.

Por sua vez, Câmara Jr. (1976 [1970], p.63) estipula valores diferentes para diferenciar o acento nas sílabas. O autor sugere que a vogal tônica de uma palavra seja marcada com um valor acentual 3, que será contrastado com as demais vogais. A proeminência acentual pretônica terá valor 1 e a postônica valor 0. O valor 2 ocorrerá quando tivermos dois vocábulos juntos, constituindo um grupo de força, em que a vogal tônica do primeiro vocábulo terá seu valor acentual reduzido a 2:

- (50)        ha – bi – li – da – de  
               1    1    1    3    0



(51) há – bil i – da – de  
2 0 1 3 0

O acento é também ritmicamente distribuído, ou seja, ocorre em intervalos mais ou menos iguais dentro da palavra ou sentença. Outra característica do acento é seu valor hierárquico, isto é, é possível estabelecer vários graus de acento para uma palavra ou sentença. E por fim, para Hayes (1995), o acento não permite processos de assimilação, ou seja, uma sílaba acentuada não espalha características para a sílaba precedente ou seguinte.

### 3.5.1 Acento em PB

Fazendo um apanhado entre os principais estudos sobre o acento do português, podemos citar os trabalhos de Câmara Jr. (1976[1975]), Mateus (1982 [1975]), 1983) Leite (1974), Duarte (1977), Costa (1978), Maia (1981), Carvalho (1989), d'Andrade e Laks (1991), Alvarenga (1993), Bisol (1992), Wetzels (1992), Lee (1995), Cagliari (1999), Massini-Cagliari (1995, 1999, 2005a), Araújo (2007), Ferreira Neto (2007).

Segundo Massini-Cagliari (1999, p.150), um ponto de partida comum a todos os trabalhos citados é a observação de que o português do Brasil possui apenas três tipos de palavras quanto à acentuação: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.

Araújo (2007) também apresenta a mesma posição que Massini-Cagliari (1999) ao afirmar que no português, basicamente, as palavras podem ser oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, ou seja, o acento pode cair na última, penúltima ou antepenúltima sílaba, respectivamente, contando-se da direita para a esquerda. Porém, o autor ressalta que, embora bem estudado, o acento primário<sup>39</sup> em português é cercado por controvérsias (ARAÚJO, 2007, p.7).

Ferreira Neto (2007, p.22) apresenta que é possível mencionar três hipóteses que tratam da atribuição do acento em português: hipótese do acento livre, hipótese do molde trocaico e hipótese do acento morfológico.

Na hipótese do acento livre, o acento é previamente definido no léxico, isto é, previamente marcado no próprio léxico da língua, não sendo possível estabelecer regras para sua atribuição. Segundo Ferreira Neto (2007, p.22), Câmara Jr (1976 [1970]) e Barbosa (1994) propuseram que o acento na língua portuguesa teria a posição livre, não previsível, e

<sup>39</sup> Mencionamos nesta pesquisa apenas fatos relacionados com a atribuição do acento primário. O acento secundário não foi citado, pois não é objeto de análise nesta dissertação.

teria função culminativa, sendo um único vocábulo. Além disso, os autores também afirmam que o acento na língua portuguesa é decorrente de maior força articulatória da sílaba acentuada em relação às demais, não existindo variações de grau de acentuação.

Por sua vez, a hipótese do molde trocaico considera a palavra como domínio de acentuação no PB, uma vez que os nomes canônicos nessa língua (cf. Massini-Cagliari, 1999) são formados por um radical mais desinência de gênero e de número (que nunca são acentuadas). Nesse sentido, o acento permanece à esquerda do pé formado. De acordo com Massini-Cagliari (1999, p.152), o fato de o PB só considerar acentuáveis as três últimas sílabas da palavra funciona como um argumento a favor da construção dos pés da *direita para a esquerda, não iterativamente*. Autores que defendem essa hipótese: Bisol, (1992); Wetzels, (1992) e Massini-Cagliari (1999).

Por fim, na hipótese do acento morfológico, o acento é definido pela qualidade do morfema portador. A proposta é que o acento está vinculado com a estrutura morfológica da palavra. De acordo com Ferreira Neto (2007, p.22), respeitando-se a restrição relativa das últimas três sílabas, a acentuação deveria recair na última vogal do radical, excluindo-se a vogal temática.

Segundo Ferreira Neto (2007, p.22), essa hipótese apresenta a vantagem de dar conta tanto das formas oxítonas quanto das paroxítonas. Entretanto, permanece em aberto a explicação das formas proparoxítonas não derivadas, cuja acentuação não poderia ser prevista por nenhuma regra. Autores como Lee (1995), Cagliari (1999) e Mateus e d'Andrade, (2000) defenderam essa hipótese.

Em relação ao domínio da regra de atribuição do acento em PB, temos dois blocos distintos, como afirma Massini-Cagliari (1999, p.150):

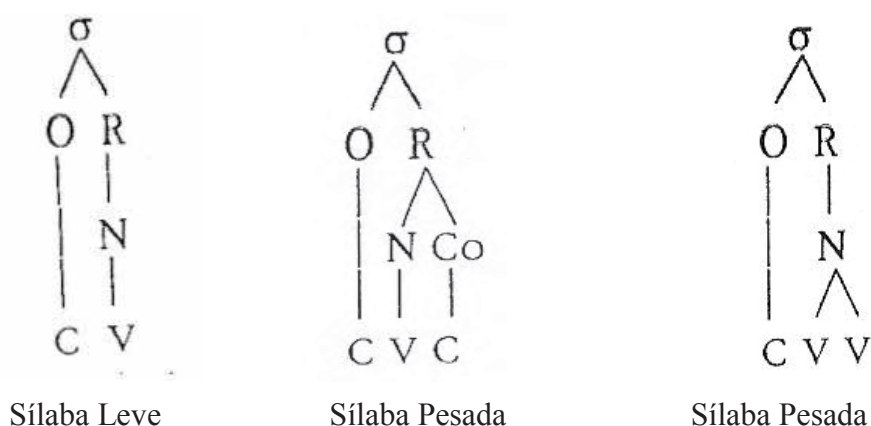
[...] os que consideram o radical como domínio de acentuação e os que consideram a palavra. Trabalhos como os de Cagliari (1997), Lee (1994,1995,1997), d' Andrade e Laks (1991), Mateus (1983), Maia (1981) e Duarte (1977) formulam regras de acento cujo domínio é o radical (é acentuada a última vogal do radical). Neste caso, o fato de a proeminência principal da palavra localizar-se o mais a direita possível do domínio de aplicação do acento sugere uma dominância à direita, na formação dos constituintes prosódicos (pés)- em outras palavras sugere um pé iâmbico.

Já os demais autores consideram a palavra como domínio de acentuação em PB. De acordo com Massini-Cagliari (1999, p.150), como a palavra canônica – padrão mais

recorrente -, em se tratando de nomes, é formada de um radical mais desinências de gênero e número, a alternância sugerida é do tipo trocaico.

Para poder se estabelecer a quantidade silábica, o PB vai levar em consideração a quantidade de elementos da rima. Segundo Massini-Cagliari (1999, p.151), somente a sílaba que apresenta um elemento no núcleo, ou seja, quando não há ramificação nem no núcleo e nem na rima, é considerada leve, as demais são pesadas, por possuírem mais de um elemento na rima:

(52)



Pelo fato de o PB ser sensível à quantidade silábica e por constituir pés com proeminência à esquerda, o troqueu moraico deve ser considerado seu pé básico (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p.152).

Segundo Massini-Cagliari (1999, p.152), o fato de o PB só considerar acentuáveis as três últimas sílabas da palavra funciona como argumento a favor da construção dos pés da direita para a esquerda, não iterativamente. Isso explica a estrutura métrica da grande maioria das palavras no PB: paroxítonas terminadas em sílabas leves e oxítonas terminadas em sílabas pesadas.

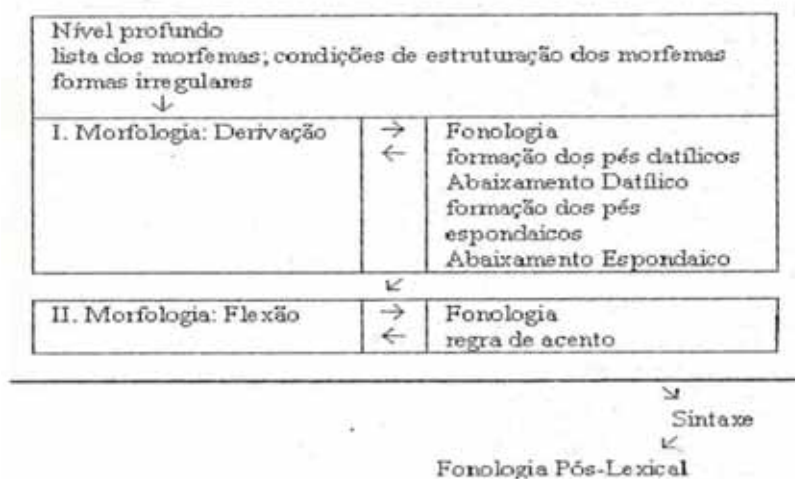
Porém, existem três casos que são exceções à regra *default*, formulada acima: as oxítonas terminadas em vogal (*sofá, café*); as paroxítonas terminadas em sílaba pesada (*lápiz, jóquei, órgão*, etc) e todas as proparoxítonas (cf. Massini-Cagliari, 1999, p.153).

Outros dois casos que também são citados pela autora são as paroxítonas terminadas em sílaba travada ou por ditongo - que só podem ser resolvidos pela noção de extrametricidade.

Os verbos no PB estão sujeitos à mesma regra de acentuação dos nomes, vista anteriormente. Massini-Cagliari (1999, p.139), para dar conta da acentuação das formas

verbais, diz que é preciso ter em mente que, por serem essas formas constituídas por um processo flexional, decorre que seu padrão acentual só pode ser atribuído no segundo estrato lexical, pois é somente neste que tomam lugar os processos de flexão. Veja o exemplo retirado de Massini-Cagliari (1999, p.38):

(53)



No entanto, os verbos ainda estão sujeitos a uma regra de extrametricidade, que diz: marque como extramétrica a coda final que porte elemento com *status* de flexão, ou seja, {N,S}. A partir da aplicação da regra, dá-se conta do padrão acentual de quase todas as formas verbais do PB, exemplificadas através da conjugação do verbo *amar* (cf. Massini-Cagliari, 1999, p.140).

(54)

Indicativo:					
Presente:					
(x .)	(x .)	(x .)	(x .)	(x)	(x .)
a mo	a ma<s>	a ma	a ma mo<s>	a mai<s>	a ma<m>
U U	U U	U U	U U U	U —	U U
Subjuntivo:					
Presente:					
(x .)	(x .)	(x .)	(x .)	(x)	(x .)
a me	a me<s>	a me	a me mo<s>	a mei<s>	a me<m>
U U U U	U U	U U U	U —	U U	U U
Futuro:					
(x)	(x .)	(x)	(x)	(x)	(x .)
a mar	a ma re<s>	a mar	a mar mo<s>	a mar de<s>	a ma re<m>
U — U U U	U — U — U	U — U	U — U	U U U	U U U
Imperativo:					
Afirmativo:					
(x .)	(x .)	(x .)	(x)	(x .)	
a ma	a me	a me mo<s>	a mai	a me<m>	
U U	U U	U U U	U —	U U	

Lee (1995, p.160) afirma, de acordo com os pressupostos da fonologia lexical, que a regra de acento do verbo ocorre no nível  $\beta$ , já que as flexões verbais ocorrem no mesmo nível. Segundo o autor, o acento não marcado para o verbo é paroxítono. A regra aplica-se depois da sufixação da flexão verbal.

Massini-Cagliari (2005a, p.189) afirma que os verbos mapeados em seu *corpus* seguem o padrão canônico paroxítono terminado em sílaba leve ou oxítonos terminados em sílaba pesada. O exemplo abaixo mostra uma lista de verbos que se encaixam nos padrões listados acima em termos de tempo, modo e pessoa (cf. Massini- Cagliari, 2005, p.189):

(55) Paroxítonos terminados em sílaba leve

*canto* (Presente Ind. 1ps)  
*canta* (Presente Ind. 3ps)  
*cantava, devia, partia* (Imperfeito Ind. 1ps/3ps)  
*cantara* (Mais-que-perfeito Ind. 1ps/3ps)  
*cantaria* (Futuro do pretérito Ind. 1ps/3ps)  
*canta* (Imperativo 2ps)  
*cantade* (Imperativo 2pp)  
*cante* (Subjuntivo 1ps/3ps)  
*cantasse* (Imperfeito Subj. 1ps/3ps)  
*cantado* (particípio)  
*cantando* (gerúndio)

(56) Oxítonos terminados em sílaba pesada

*cantei* (Perfeito Ind. 1ps)  
*cantou* (Perfeito Ind. 3ps)  
*cantar* (Fut. Subj. 1ps/3ps)  
*cantar* (Infinitivo)

Porém, Massini-Cagliari (2005, p.189) diz que uma análise das formas flexionadas mapeadas no *corpus* revela que as exceções aos padrões prosódicos citados acima são muitas, pois a maior parte dos verbos que foge a esse padrão são vocábulos que correspondem a paroxítonas terminadas em sílaba travada. O exemplo abaixo traz uma lista dos verbos

paroxítonos que acabam em uma marca de flexão que gera um travamento silábico (cf. Massini-Cagliari 2005a, p.189):

(57) Paroxítonas terminadas em sílaba travada

*cantas* (Presente Ind. 2ps)

*cantamos* (Presente Ind. 1pp)

*cantades* (Presente Ind. 2pp)

*cantan* (Presente Ind. 3pp)

*cantavas, devias, partias* (Imperfeito Ind. 3pp)

*cantaste* (Perfeito Ind. 2ps)

*cantastes* (Perfeito Ind. 2pp)

*cantamos* (Perfeito Ind. 1ps)

*cantaron* (Perfeito Ind. 3pp)

De acordo com Massini-Cagliari (2005a, p.190), nas formas verbais citadas os morfemas flexionais nunca recebem acento. Segundo a autora, a vogal temática verbal não tem status de desinência; pode, portanto, ser suporte do acento. E, para dar conta desse fato, Massini-Cagliari (2005a, p.190) afirma que bastaria ser criada uma restrição proibindo a atribuição do acento a desinências verbais.

Para expressar restrições dessa natureza, Massini-Cagliari (2005a, p.190) ressalta que as abordagens derivacionais recorrem à noção de extrametricidade, que é uma espécie de estipulação de invisibilidade de certo elemento para a atribuição do acento, como vimos nas regras de acentuação para os verbos no PB. Nesse sentido, nas desinências número-pessoais de 1ª e 2ª pessoa do plural (*-mos, -des/-tes*) apenas o /S/ final é extramétrico, porque somente esse segmento posiciona-se na coda da sílaba com *status* de flexão.

Foram deixadas para o final as formas do Futuro do Presente e do Futuro do Pretérito do Indicativo, que são consideradas compostas pela forma do infinitivo mais o pretérito imperfeito do verbo *ir*, no condicional (cf. Mateus 1983, Bisol 1992, Massini-Cagliari 1999).

(58)

Futuro do Presente:			
	(     x ) (x) (x)	(     x ) (x) (x)	RF
amarei =	[amar] [ei]	amarás =	[amar] [á<s>]
	∪ —     —		∪ —     ∪
	(     x ) (x) (x)	(     x ) (x) (x .)	RF
amará =	[amar] [á]	amaremos =	[amar] [emo<s>]
	∪ —     ∪		∪ —     ∪ ∪
	(     x ) (x) (x)	(     x ) (x) (x)	RF
amareis =	[amar] [ei<s>]	amarão =	[amar] [ão]
	∪ —     —		∪ —     —
Futuro do Pretérito:			
	(     x ) (x) (x .)	(     x ) (x) (x .)	RF
amaria =	[amar] [ia]	amarias =	[amar] [ia<s>]
	∪ —     ∪ ∪		∪ —     ∪ ∪
	(     x ) (x) (x .)	(     x ) (x) (x .)	RF
amaria =	[amar] [ia]	amaríamos =	[amar] [ia<mos>]
	∪ —     ∪ ∪		∪ —     ∪ ∪
	(     x ) (x) (x .)	(     x ) (x) (x .)	RF
amaríeis =	[amar] [ie<is>]	amaríam =	[amar] [ia<m>]
	∪ —     ∪ ∪		∪ —     ∪ ∪

Esta breve exposição sobre o acento é relevante para essa dissertação, pois na análise dos dados trabalhamos com o processo de neutralização e crase da vogal temática nos verbos conjugados na 2ª e 3ª conjugações na primeira pessoa do singular, que apresentam um comportamento diferente das demais formas, no que se diz respeito à regra de atribuição do acento.

### 3.6 Considerações finais

Nesta seção discorreremos sobre alguns pressupostos teóricos importantes que sustentam as análises dos dados que serão apresentadas nas seções 4 e 5 desta dissertação. Na próxima seção aplicaremos alguns desses conceitos à análise dos dados encontrados no PA.

## 4 Interpretação e análise dos dados das CSM

### 4.1 Apresentação da metodologia e dados quantitativos

Nesta seção, apresentaremos a metodologia empregada para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como os dados quantitativos referentes à coleta das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo. A metodologia consiste na coleta e na quantificação dos dados e na análise fonológica das formas verbais mapeadas.

### 4.2 Sobre a metodologia e a quantificação dos dados

A metodologia baseia-se no mapeamento das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo nas *Cantigas de Santa Maria*. Contamos também com glossários, vocabulários, dicionários, e especialmente o glossário de Mettmann (1972), como auxílio na categorização das formas verbais. Depois de coletados, os dados são separados de acordo com o tipo de processo morfofonológico verificado.

Abaixo, como ilustração, apresentam-se exemplos dos procedimentos de mapeamento dos dados utilizados nesta pesquisa. Os verbos no pretérito perfeito estão realçados em negrito:

(59) Fragmento da cantiga de número sete (CSM 7)<sup>40</sup>.

[...]

Porende vos contarey  
 un miragre que **achei**  
 que por hũa badessa  
**fez** a Madre do gran Rei,  
 ca, per com' eu apres' ei,  
 era-xe sua essa.  
 Mas o demo enartar  
 a **foi**, por que emprennnar  
 s' **ouve** dun de Bolonna,  
 ome que de recadar  
 avia e de guardar  
 seu feit' e sa besonna  
*Santa Maria amar...*  
 As monjas, pois entender  
**foron** esto e saber,

<sup>40</sup> Aqui, apresentamos os versos de 9 a 33, de um total de 91 versos da cantiga.



**ouveron** gran lediça;24  
 ca, porque lles non sofrer  
 quería de mal fazer,  
 avian-lle mayça.  
 E **fórona** acusar  
 ao Bispo do logar,  
 e el ben de Colonna  
**chegou** y; e pois chamar  
 a **fez**, **vêo** sen vagar,  
 leda e mui risonna.  
*Santa Maria amar...*  
 [...]

(60) Fragmento da cantiga de número um (CSM 1)<sup>41</sup>.

[...]  
 E non ar quero obridar  
 com' angeos cantada  
 loor a Deus **foron** cantar  
 e “paz en terra dada”;  
 nen como a contrada  
 aos tres Reis en Ultramar  
**ouv'** a strela mostrada,  
 por que sen demorada  
**vêeron** sa offerta dar  
 estranna e preçada.  
 [...]

(61) Fragmento da cantiga de número um (CSM 5)<sup>42</sup>.

Esta dona, de que vos **disse** ja, **foi** dun Emperador  
 moller; mas pero del nome non sei, **foi** de Roma sennor  
 e, per quant' eu de seu feit' **aprendi**, **foi** de mui gran valor.  
 Mas a dona tant' era fremosa, que **foi** das belas flor  
 e servidor de Deus e de sa ley amador,  
 e **soube** Santa Maria mays d'al ben querer.

Depois de mapeadas as formas em todas as cantigas do *corpus*, de acordo com os procedimentos descritos acima, foram montados quadros, nos quais as formas verbais encontradas são classificadas por conjugação e número-pessoa, e tabelas, dando conta de todas as ocorrências.

<sup>41</sup> Aqui, apresentamos os versos de 37 a 46, de um total de 77 versos da cantiga.

<sup>42</sup> Aqui, apresentamos os versos de 12 a 17, de um total de 186 versos da cantiga.

A coleta de dados no *corpus* deste estudo possibilitou o mapeamento das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo nas CSM, para a realização das análises. Apresentaremos nesta seção os resultados obtidos.

Foram coletadas 10.530 formas verbais conjugadas no pretérito perfeito do modo indicativo. Observe a tabela com a quantificação dos dados e o gráfico com a distribuição de porcentagem relativa a cada conjugação:

**Tabela 1:** Quantificação das ocorrências do pretérito perfeito mapeadas no *corpus*.

Número/ Pessoa	1ª Conjugação	2ª Conjugação	3ª Conjugação	Subtotal
1ªps	98 (0,9%)	188 (1,8%)	107 (1,0%)	393 (3,7%)
2ªps	8 (0,1%)	64 (0,6%)	27 (0,3%)	99 (0,9%)
3ªps	2.555 (24,3%)	4.340 (41,2%)	1.289 (12,2%)	8.184 (77,7%)
1ªpp	14 (0,1%)	5 (0,0%)	3 (0,0%)	22 ( 0,2%)
2ªpp	8 (0,1%)	17 (0,2%)	11 (0,1%)	36 (0,3%)
3ªpp	729 (6,9%)	745 (7,1%)	322 (3,1%)	1.796 (17,1%)
<b>Total Conjugação</b>	3.412 (32,4%)	5.359 (50,9%)	1.759 (16,7%)	10.530 (100%)
<b>Total Geral</b>	10.530 (100%)			



**Gráfico 1.** Porcentagem de distribuição das formas verbais (ocorrências *token*) por conjugação.

Analisando os dados, verificamos que a primeira conjugação tem um total de 3.412 (32,4%) ocorrências, a segunda, 5.359 (50,9%) ocorrências e a terceira, 1.759 (16,7%) ocorrências. A segunda conjugação foi a mais produtiva devido à grande repetição de algumas formas verbais.<sup>43</sup> Porém, ao observarmos o quadro no Apêndice B e o gráfico 2, com a quantificação dos dados, excluídas as formas flexionadas repetidas, notamos que a capacidade de criar novas formas lexicais ainda estava concentrada na primeira conjugação, assim como já acontecia no latim e ainda ocorre hoje no sistema verbal do PB.



**Gráfico 2.** Porcentagem de distribuição dos verbos<sup>44</sup> por conjugação (ocorrências *type*).

Outro aspecto que também fica evidente na tabela 1 e no gráfico 1 é o grande uso da 3ª pessoa do singular. Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de as cantigas serem narradas em 3ª pessoa, tendo pouca referência à 1ª pessoa do singular. Os momentos em que esta pessoa aparece referem-se àqueles em que o narrador participou, ou melhor, testemunhou algum tipo de acontecimento.

Ressaltamos que, nas CSM, encontramos com maior frequência cantigas que narram episódios e milagres marianos, que podem ser considerados como contendo trechos caracterizados por verbos que dão suporte tanto ao mundo narrado como ao mundo comentado, uma vez que temos situações comunicativas que não constituem apenas relatos, mas lições de moral e louvores.

Baseando-nos no estudo de Koch (1989), podemos esboçar uma explicação para este fenômeno, observando que em português temos tempos verbais que pertencem ao mundo

<sup>43</sup> Conferir o quadro de mapeamento das formas verbais que se encontra no Apêndice B, ao final desta dissertação.

<sup>44</sup> Neste gráfico não foram quantificadas as formas verbais repetidas.

narrado, que correspondem aos verbos que veiculam relatos, de origem literária ou não; por outro lado, temos verbos que pertencem ao mundo comentado, que correspondem aos tipos de situações comunicativas que não consistem apenas em relatos, mas apresentam uma atitude tensa, um comprometimento maior por parte do autor do texto. Os tempos verbais que constituem o mundo comentado são: o presente do indicativo, o pretérito perfeito e o futuro do presente; já entre os tempos de mundo narrado temos o pretérito perfeito simples, o pretérito imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito e o futuro do pretérito do indicativo.

A maioria das cantigas veicula relatos de milagres ocorridos no passado. O tempo que ocorre mais frequentemente é o pretérito perfeito, já que este é o tempo por excelência para o relato de ações no passado, enquanto o imperfeito se presta à caracterização da contextualização dessas ações (pano de fundo).

A respeito do paradigma<sup>45</sup> verbal dos verbos regulares para as formas mapeadas no PA temos:

(62) Verbos: *gaanar* (*ganhar*)- 1<sup>a</sup>ps; *leixar* (*deixar*)- 2<sup>a</sup>ps; *ascuitar* (*escutar*)- 3<sup>a</sup>ps; *achar*- 1<sup>a</sup>pp; *chamar*- 2<sup>a</sup>pp; *afondar* (*afundar*)- 3<sup>a</sup>pp.

1 <sup>a</sup> Conjugação				
	Radical	Vogal Temática	Sufixo Modo-temporal	Sufixo Número-Pessoal
1 ps	gaan-	e (a)	∅	y (i)
2 ps	leix-	a	∅	ste
3 ps	ascuit-	o (a)	∅	u
1 pp	ach-	a	∅	mos
2 pp	cham-	a	∅	stes
3 pp	afond-	a	ro	n

<sup>45</sup> Para cada pessoa utilizamos uma forma verbal diferente, pois não foi mapeada nenhuma ocorrência que apresentasse uma mesma forma conjugada para cada pessoa respectivamente. Porém, por se tratarem de verbos regulares tal fato não implicou nenhum tipo de divergência para montarmos o paradigma verbal do PA.

(63) Verbos: *perder*- 1<sup>a</sup>ps; *perdiste* (*perder*)- 2<sup>a</sup>ps; *comer*- 3<sup>a</sup>ps; *perder*- 1<sup>a</sup>pp; *querer*- 2<sup>a</sup>pp; *bever* (*beber*)- 3<sup>a</sup>pp.

2 <sup>a</sup> Conjugação				
	Radical	Vogal Temática	Sufixo Modo-temporal	Sufixo Número-Pessoal
1 ps	perd-	i (e)	∅	i
2 ps <sup>46</sup>	perd-	i (e)	∅	ste
3 ps	com-	e	∅	u
1 pp	perd-	e	∅	mos
2 pp	quer-	e	∅	stes
3 pp	bev-	e	ro	n

(64) Verbos: *sentir* – 1<sup>a</sup>ps; *parir* - 2<sup>a</sup>ps; *comedir* (*pensar*)- 3<sup>a</sup>ps; *dormir*-2<sup>a</sup>pp; *oir* (*ouvir*)- 3<sup>a</sup>pp.

3 <sup>a</sup> Conjugação				
	Radical	Vogal Temática	Sufixo Modo-temporal	Sufixo Número-Pessoal
1 ps	sent-	i	∅	i
2 ps	par-	i	∅	ste
3 ps	comed	i	∅	u
1 pp <sup>47</sup>	-	-	-	-
2 pp	dorm	i	∅	stes
3 pp	o-	i	ro	n

Ao observar os exemplos acima, podemos comprovar que as formas verbais regulares do pretérito perfeito do modo indicativo apresentavam, desde o PA, mantendo ao longo dos anos, o mesmo sistema flexional que encontramos hoje para o PB. Passemos agora para as análises dos processos morfofonológicos encontrados no *corpus*.

<sup>46</sup> Há ocorrências em que a vogal temática está grafada com /i/ e não como /e/ (cf. *entendiste*, *manteviste*, etc). Porém, as formas verbais da 2<sup>a</sup>ps conjugadas na segunda conjugação não apresentam nenhum tipo de processo morfofonológico. Consideramos esses casos como uma variação ortográfica.

<sup>47</sup> Não foi mapeada nenhuma forma verbal considerada regular na terceira conjugação. A única ocorrência que foi encontrada é *fomos*, proveniente do verbo *ir*.

### 4.3. Processos Morfofonológicos

Nesta dissertação trabalhamos com uma quantidade de dados do PA bastante significativa, que nos possibilitou a observação dos processos morfofonológicos ocorridos na flexão verbal das formas do pretérito perfeito do modo indicativo.

É importante ressaltarmos que, por estarmos trabalhando com textos antigos, há muita variação na grafia das palavras (já que a escrita do galego-português não era normalizada naquela época); assim, adotamos<sup>48</sup> uma delas e colocamos as outras como variantes da mesma palavra no quadro de ocorrências dos dados. Dessa forma, foram encontrados para nossa análise dois processos morfofonológicos que ocorrem quando da flexão dos verbos no tempo pretérito perfeito do indicativo: a harmonização vocálica e a neutralização e crase da vogal temática.

#### 4.3.1. Processo de Harmonização vocálica

Por ser a harmonia vocálica um tipo de processo assimilativo, abordaremos as principais características do processo de assimilação e, na sequência, trataremos dos pontos mais relevantes do processo de harmonização vocálica.

Para Xavier e Mateus (1990, p.52), a assimilação é qualquer processo em que um segmento fonético se identifica com um segmento vizinho ou dele se aproxima, ao adquirir traços ou traços fonéticos desse vizinho.

Cagliari (2007, p.124) também apresenta uma definição para o processo de assimilação. Segundo o autor, para que ocorra a assimilação, é necessário que aconteça uma mudança ou modificação fonética motivada por um esforço de redução de trabalho articulatorio, quer no nível da fonação quer no nível da ação do véu palatino ou no nível da articulação da língua e dos lábios. De acordo com Cagliari (2007, p.124), essa redução significa que um segmento deixa de usar uma propriedade fonética que tinha e passa a usar uma propriedade fonética diferente, própria de seu vizinho.

Para Câmara Jr. (2002, p. 57), a assimilação consiste na extensão de um ou vários movimentos articulatorios além de seu domínio originário. De acordo com o autor, um fonema adquire traços articulatorios novos pela influência de outro contíguo. O fonema cujos traços articulatorios se propagam ao outro é denominado de assimilador. Câmara Jr. (2002,

---

<sup>48</sup> O critério adotado para escolher entre formas verbais que apresentam variação na grafia foi verificar qual delas teve mais ocorrências durante o mapeamento dos dados.

p.58) ainda afirma que, na evolução da língua portuguesa, a assimilação desempenhou um papel importante, a partir de fenômenos como sonorização, assibilação, vocalização, etc.

Sobre esse assunto, Crystal (2000, p.33) ressalta que existem diversos tipos de assimilação, podendo ser ela parcial ou total. Por exemplo, na palavra *pasta*<sup>49</sup>, o /s/ é articulado como uma consoante surda [s] ou [ʃ] (dependendo do dialeto) por causa da proximidade de uma consoante surda. Já na palavra *vesgo*, o /s/ é pronunciado como uma consoante sonora [z] ou [ʒ] devido à proximidade de outra consoante sonora. Nesse sentido, a assimilação é parcial, pois os sons não ficam idênticos.

Além da classificação acima, Crystal (2000, p.33) apresenta mais duas: a assimilação “contígua” e a “não contígua”. A primeira, classificada como “contígua”, consiste no fato de o som envolvido ser o resultado da influência de um som adjacente. O outro tipo é a assimilação “não contígua”, que ocorre quando um som é influenciado por um som mais distante. Segundo o autor, essa assimilação ocorre em línguas que apresentam processos de harmonia vocálica, como o português, em que a vogal de uma parte da palavra pode influenciar a articulação de outras vogais mesmo que haja outros sons entre elas. Por exemplo, em *menino*, a vogal média pré-tônica /e/ passa a alta, quando a vogal tônica (que recebe o acento) é alta - a transcrição fonética dessa palavra seria [mininu] (cf. Crystal, 2000, p.33).

Nesse sentido, mostramos que o conceito de harmonia vocálica é análogo ao de assimilação, uma vez que para que ocorra o processo de harmonização vocálica é necessário que haja uma modificação sofrida por um fonema em contato com um fonema vizinho. Isso se deve ao fato de as duas unidades em contato terem traços articulatórios comuns (DUBOIS, 1978, p.75).

Sobre a harmonia vocálica, Crystal (2000, p.137) define o processo como um termo da fonologia que se refere à maneira como a articulação de uma unidade fonológica é influenciada por outra unidade na mesma palavra ou sintagma. Segundo o tradutor que verteu a obra de Crystal para o português (Jorge Zahar), ocorre o processo de harmonização vocálica nesta língua nos casos em que as vogais médias pré-tônicas passam a altas, quando a vogal tônica é alta (/i/, /u/).

Xavier e Mateus (1990, p.200) também definem a harmonia vocálica como sendo o modo como a articulação de uma vogal é influenciada pelas propriedades de outra(s) vogal(is) na mesma palavra ou grupo de palavras. Segundo as autoras, o conceito de harmonia é

---

<sup>49</sup> Os exemplos utilizados foram introduzidos por Jorge Zahar, tradutor da versão portuguesa do dicionário de Crystal (2000).

análogo ao de assimilação e, em português, aplica-se a regra de harmonia vocálica sobre a vogal do radical dos verbos regulares nas formas rizotônicas.

Para Bisol (1981, 1988) a regra de harmonia vocálica consiste na elevação das vogais *e* e *o* por influência de uma vogal alta da sílaba imediatamente seguinte, o que não deixa de ser uma analogia ao processo de assimilação. Segundo a autora, trata-se de uma regra variável que pode envolver articulações sucessivas (*peregrino~pirigrino*).

Bisol (1981,1988), também afirma que é a conjugação de fatores positivos que cria motivação para o uso da harmonia vocálica, entre os quais podemos mencionar: ação combinada da vogal alta e a consoante velar precedente (cf. *coruja~curuja*) e ação combinada da vogal alta, da nasalidade e da consoante palatalizada (cf. *mentira~mintira*). A autora ainda afirma que a harmonização vocálica é uma regra natural que rege o sistema português, cujas origens remontam ao latim do século IV D.C.

Para desenvolver nossas análises acerca do processo de harmonização vocálica nas formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo do PA, partimos de estudos desenvolvidos por linguistas (cf. Harris, 1974; Mateus, 1975; Bisol, 1981, 1988; Wetzels, 1995; Schwindt, 2007, 2009) sobre o fenômeno no PB.

Todos os autores consultados tratam da harmonização vocálica que acontece na primeira pessoa do singular no presente do indicativo e em todas as formas do presente do subjuntivo. Nenhum estudioso apresenta alguma análise do processo com as formas verbais do pretérito perfeito do indicativo, que possui um comportamento diferente na aplicação da regra de harmonia vocálica. Esse fenômeno não ocorre só em PB, mas também no PA, como veremos adiante nas análises desenvolvidas nesta dissertação.

De acordo com Harris (1974, p. 61), ocorre no português um processo de alternância vocálica que afeta formas cujas raízes possuem vogal média alta /e/, /o/ ou média baixa /ɛ/ e /ɔ/. Esse processo é denominado de harmonia vocálica e, segundo o autor, essa alternância ocorre na 1ª pessoa do presente do indicativo e em todo o presente do subjuntivo de verbos da segunda e terceira conjugações.

Harris (1974, p.62) desenvolve uma análise desse fato com a intenção de argumentar em favor da *Elsewhere Condition*, (cf. p.81 desta dissertação). Vale ressaltar que a *Elsewhere Condition* é um princípio que resolve o conflito entre duas regras disjuntivas, ou seja, regras que não se ligam uma a outra, em determinado ponto da derivação. Quando uma delas é aplicada, a outra fica excluída.



Segundo Harris (1974, p.62), a alternância vocálica é causada pela aplicação das regras de harmonia vocálica, abaixamento e neutralização, que interagem com as regras de acentuação e de truncamento. O autor formalizou a regra de harmonia vocálica da seguinte maneira:

(65)

$$\left( \begin{array}{c} V \\ \alpha \text{ arr} \\ \alpha \text{ post} \end{array} \right) \rightarrow \left( \begin{array}{c} - \text{baixo} \\ <+ \text{alto}> \end{array} \right) / \text{---Co} \left( \begin{array}{c} V \\ - \text{baixo} \\ <+ \text{alto}> \end{array} \right) \Bigg]_{\text{rad}} \quad V \dots \Bigg]_{\text{verbo}}$$

De acordo com Battisti e Vieira (2005, p.178),

O conjunto de formas que harmoniza difere daquele que não harmoniza em função da estrutura morfológica do verbo: as formas harmônicas são identificadas como aquelas em cuja estrutura morfológica a vogal temática é imediatamente seguida por outra vogal. Essa segunda vogal é o morfema de primeira pessoa *-o* do presente do indicativo e o morfema de modo-aspecto *-a* do presente do subjuntivo.

Já em todas as outras formas, que não se harmonizam, a vogal temática é seguida ou por uma consoante (*mov+e+mos*) ou por um morfema de número-pessoa que é fonologicamente nulo (*mov + e*) (BATTISTI; VIEIRA,2005, p.179).

De acordo com Harris (1974, p.63), uma regra que interage com a harmonia é a de truncamento, que apaga a VT nas formas em que for imediatamente seguida por uma vogal. Essa regra também foi retomada por Lee (1995) em sua tese de doutorado. A regra foi formalizada do seguinte modo por Harris (1974, p.63):

(66) Regra de Truncamento

$$\left[ \left[ X V \right]_{\text{raiz}} V Y \right]_{\text{verbo}} \\ \downarrow \\ \emptyset$$

Segundo o autor, a regra de harmonia deve ser aplicada às formas verbais antes do truncamento, pois essa regra apaga tanto o ambiente que distingue formas harmônicas como o de não harmônicas.

Porém, no pretérito perfeito não ocorre a regra de truncamento proposta por Harris (1974) e pelos demais autores apresentados a seguir, uma vez que não há apagamento da VT, mas sim assimilação dos traços da vogal temática quando é adjungido o sufixo de número-pessoa, como veremos a seguir na análise dos dados.

Uma outra regra com a qual a harmonia também é relacionada é a de atribuição do acento das formas verbais. A regra de acentuação que dá conta das formas paroxítonas é formulada da seguinte forma por Harris (1974, p.63):

(67) Regra de acento

$$V \rightarrow [+acento] / \text{ \_\_\_ CoVCo }_{\text{verbo}}$$

Para o autor, a inexistência das vogais médias baixas [ɛ] e [ɔ] em raízes verbais não acentuadas é um fato geral da fonologia do português, como é descrito na neutralização da pretônica. Veja a regra:

(68) Neutralização

$$[\epsilon, \text{ɔ}] \rightarrow [-baixo] / \frac{\text{\_\_\_\_\_\_}}{[-acento]}$$

Nesse caso, Harris (1974) diz que as regras de harmonia, truncamento, acento e neutralização estão ordenadas para produzir formas verbais corretas.

Já Mateus (1975) diz que, para explicar o processo de alternância vocálica na raiz verbal portuguesa, é preciso descrever, de início, a alternância que ocorre na superfície e as condições que a determinam.

Para isso, a autora parte do princípio de que há uma vogal subjacente no radical dos verbos que é especificada com o traço [-alta], mas não é especificada em relação ao traço [baixo]. O fato da não-especificação do traço [baixo] faz com que a vogal se manifeste na forma de superfície ora como [+baixa] ora como [-baixa].

Mateus (1975, p.118) afirma, assim como Harris (1974), que existe um processo de assimilação que ocorre quando a VT for seguida de outra vogal, como na primeira pessoa do indicativo e em todo presente do subjuntivo. Segundo a autora, é essa a condição contextual para que a alteração da vogal, no sentido de que se torne [+alta] nos verbos de VT /i/, e [-alta, -baixa] nos verbos de VT /e/.

A regra de harmonização vocálica elaborada pela autora é a seguinte:

(69) Regra de harmonização vocálica

$$\left[ \begin{array}{c} V \\ - \text{alta} \\ \alpha \text{ rec} \\ \alpha \text{ arr} \end{array} \right] \rightarrow \left[ \begin{array}{c} \gamma \text{ alta} \\ \beta \text{ bx} \end{array} \right] / \text{--- Co} + \left[ \begin{array}{c} V \\ \gamma \text{ alta} \\ \beta \text{ bx} \end{array} \right] + V \left. \vphantom{\left[ \begin{array}{c} V \\ - \text{alta} \\ \alpha \text{ rec} \\ \alpha \text{ arr} \end{array} \right]} \right] \text{Vb}]$$

Fazendo uma leitura da regra acima, temos que uma vogal [-alta] que seja [ $\alpha$  rec, $\alpha$  arr], isto é, [+rec, +arr] ou [-rec, -arr], transforma-se em [+alta, - alta] ou [+ baixa,- baixa] se for seguida de consoante facultativa e por uma vogal entre fronteiras de morfema, colocada antes de outra vogal, de acordo Com os traços alto e baixo da vogal situada entre [+ alta ou -alta] ou [+ baixa ou – baixa] (MATEUS, 1975, p.118).

De acordo com Mateus (1975), a regra de harmonia vocálica ocorre antes da atribuição do acento, já a regra de abaixamento se aplica depois. Harris (1974) também trabalha com a mesma afirmação de Mateus (1975). Então, só estão sujeitas à regra de abaixamento as vogais acentuadas que não foram harmonizadas numa etapa anterior à derivação.

Com isso, Mateus (1975) deixa claro que a harmonia vocálica se aplica em formas verbais cujo contexto coincide com sua descrição estrutural, enquanto que nas restantes atua a regra de abaixamento, quando as vogais são acentuadas.

Bisol (1981,1988) também desenvolveu um trabalho sobre os processos de harmonização vocálica, tendo como *corpus* a variação das vogais pretônicas no dialeto gaúcho do sul do Brasil.

A autora parte do pressuposto de que muitos aspectos do ambiente linguístico e extralinguístico afetam a aplicação de uma regra variável. Dentre as subcategorizações, Bisol (1988) adotou como critério para suas análises a presença da vogal alta seguinte, nasalidade, consoante vizinha e atonicidade.

Sobre a atonicidade, Bisol (1988, p.16) ressalta que em seus dados que a “variável atonicidade apontou para uma vogal sem *status* definido, que se faz, sobretudo, presente na 3ª conjugação e irregulares da 2ª e palavras desses verbos derivados, o caráter de vogal altamente variável”.

Nesse caso, os verbos caracterizam-se pela presença relevante da vogal alta, seja na flexão seja no radical. A autora divide em duas categorias essas ocorrências. A primeira

(presença da vogal alta) é marca de morfemas flexionais e é a vogal temática da 3ª conjugação, por vezes, da segunda (cf. *feri, feria, ferido, vendi, vendia, vendido*).

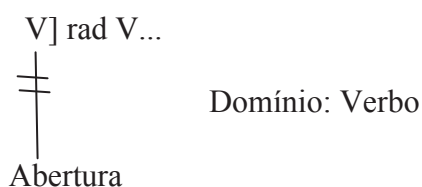
E a segunda categoria alude à influência da metafonía verbal, que, de acordo com Bisol (1988), aumenta a quantidade de vogais altas nas formas flexionadas do paradigma de certos verbos e permite conexões que motivam a regra variável (cf. *vi e viria; pus e puria; durmo e durmiria*).

Mateus (1975) define a metafonía como um caso de harmonização vocálica, que consiste na alteração da vogal do radical por efeito da vogal temática quando essa se encontra diante de outra vogal que lhe provoca a queda. Segundo a autora, a vogal temática não aparece na superfície, mas deixa vestígios no radical (cf. *fer + i + o > firo; dorm + i + o > durmo*).

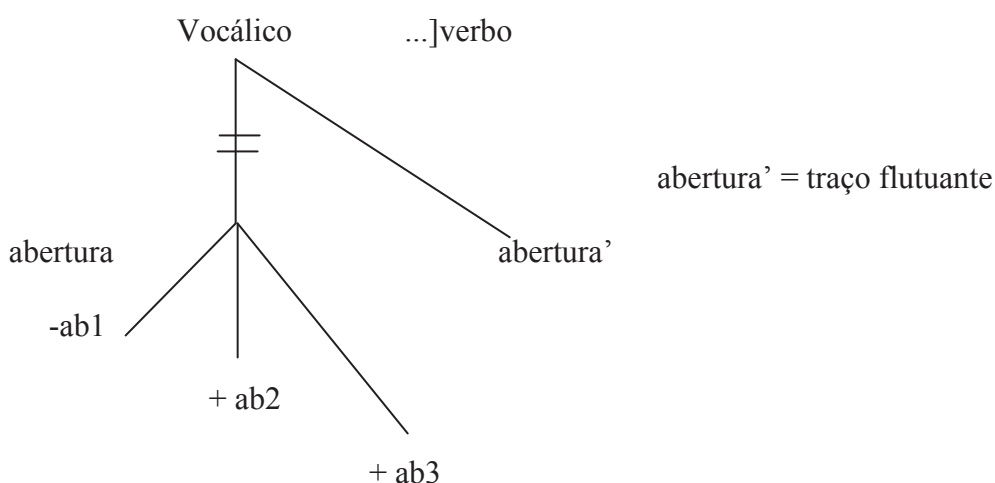
Wetzels (1995) realiza sua análise de ordem entre as regras de harmonização e abaixamento através da proposta de um léxico estratificado, segundo os preceitos da Fonologia Lexical. O autor pressupõe que as duas regras estão em níveis lexicais diferentes: a regra de abaixamento está no nível 1 – nível derivacional – enquanto que a regra de harmonização vocálica está no nível 2 – nível flexional.

Para Wetzels (1995, p.33), a harmonização vocálica é uma regra lexical, pois é destinada a uma classe de palavras e tem exceções; o truncamento também, já que se refere à estrutura morfológica. Admitindo que a harmonização seja uma regra que espraia um nó flutuante, ela tem que ser aplicada depois do truncamento. Veja as regras (cf. Wetzels 1995, p. 33):

#### (70) Truncamento



## (71) Harmonia Vocálica



O nó de abertura é desligado pelo truncamento e apagado. Porém, os traços de abertura ficam flutuantes graças ao efeito de estabilidade e serão reassociados à vogal especificada, como mostra a regra acima.

A proposta elaborada por Wetzels (1995) se firma na ideia de um léxico ordenado, considerando que o abaixamento que atinge radicais fica no estágio mais subjacente, enquanto que a harmonia e o truncamento ficam em nível subsequente, têm aplicação tardia, como uma regra pós-lexical.

Em seu trabalho sobre harmonia vocálica, Schwindt (2007, p. 395) afirma que

*the vowel harmony rule is characterized as a process of regressive assimilation that makes the final vowel of the verb root agree in height with the theme vowel. In the harmonized forms, the theme vowel fails to surface, [...] both in the first person singular indicative and in all forms of the subjunctive.*

Para a realização do processo de harmonia vocálica, o autor não considera os padrões *u-er* e *i-er* (cf. *circunver* e *viver*), pois como já foi dito a harmonização vocálica se caracteriza com um processo de alçamento da vogal da raiz por influência da vogal temática. Segundo Schwindt e Quadros (2009, p.5), como os verbos *u-er* e *i-er* já apresentam uma vogal alta, ela não pode ser alçada. Nesse caso, não é possível a ocorrência da harmonia vocálica.

Outra informação apontada por Schwindt (2007, p.395), a fim de explicar a restrição dos traços da harmonia vocálica, é que o estudo derivacional teve que limitar a regra

a um contexto morfológico extremamente sofisticado: ela só é aplicada quando o gatilho – vogal temática - está em posição de hiato ou quando a última vogal da raiz é acentuada.

Schwindt (2007) traz uma análise fenômeno da harmonia vocálica sob a perspectiva da Teoria da Otimalidade. Segundo o autor,

*The analysis of this phenomenon in a constraint- based approach shows advantages over the derivational analyses, since it is able to show the conspiracy of several processes which work separately in BP, in phenomena other than allomorphy [...] described- instead of rules with extremely complex contexts and questionable motivation. The use of constraints [...] accounts for the situations in which two of these processes combine. Moreover, an output-output approach, as Transderivational Correspondence Theory, accounts for the paradigmatic relation between indicative and subjunctives forms.*

Porém, assim como os demais autores citados, Schwint (2007) e Schwindt e Quadros (2009) não trazem uma análise detalhada do processo, seja a partir de teorias derivacionais ou a partir da Teoria da Otimalidade. O que temos são análises pautadas sobre a primeira pessoa do presente do indicativo e todas as formas do presente do subjuntivo.

Nesse sentido, nas formas do pretérito perfeito tanto em PA quanto em PB, a harmonização vocálica ocorre após o processo da flexão verbal. Como veremos a seguir, não ocorre um abaixamento, mas sim um alteamento da vogal durante a aplicação da regra de harmonia vocálica. Esse processo se realiza em um estágio mais subjacente, resultando na forma final, ou seja, no *output*, a assimilação da vogal temática, transformando-a de [a] em [e] ou [o]. A seguir, passaremos para a análise dos dados.

#### 4.3.1.1. Harmonização vocálica nas formas do pretérito perfeito do modo indicativo no PA

O processo de harmonização vocálica ocorre tanto em PA quanto em PB na 1ª conjugação, na primeira e na terceira pessoas do singular no pretérito perfeito do modo indicativo nos verbos regulares.

Mattos e Silva (2006, p.122) diz que os alomorfes <e> e <o> ocorrem em posição acentuada e decorrem das mudanças fônicas ocorridas, sendo que a altura /e/ ou /o/ do português é consequência da assimilação de VT latina à semivogal subsequente.

A vogal temática /a/, baixa, adquire o traço alto, que vem das vogais de número-pessoa /i, u/; desta forma, há uma harmonização do traço baixo da vogal temática, que passa a médio-alta, com o traço alto da vogal de NP. Há, também, harmonização com relação ao ponto de produção da vogal, uma vez que, diante da vogal anterior de NP, a VT se realiza como média-alta anterior [e]; da mesma forma, diante de vogal posterior [u], realiza-se como

média-alta posterior [o]. No caso da harmonização vocálica, houve um alteamento (ou alçamento) da vogal {a} por influência das semivogais de número-pessoa {j} e {w}.

No *corpus* analisado, foram encontradas 2.653 ocorrências de verbos da primeira conjugação, contidas na tabela:

**Tabela 2.** Ocorrências das formas da 1ª e da 3ª pessoa do singular da primeira conjugação

Número/ Pessoa	1ª Conjugação
1ªps	98 (3,7%)
3ªps	2.555 (96,3%)
Total	2.653 (100%)

Devido à grande ocorrência das formas verbais e por se tratar de verbos regulares que seguem um mesmo paradigma para a realização da flexão verbal, escolhemos apenas o verbo *achar* para representar o processo em PA e em PB,<sup>50</sup> mas o mesmo ocorre com outros verbos, tais como *leixar* (*deixar*), *punnar* (*esforçar*) e *gaannar* (*ganhar*), etc.

Fazendo a representação morfológica das formas conjugadas desse verbo na primeira e na terceira pessoas, temos:

(72) Verbo *Achar*

**Achei: 1ª pessoa do singular**  $\Rightarrow$  {a}-----{e}/{j}

**Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal**

<b>Ach-</b>	<b>(a) -e-</b>	<b>- ø-</b>	<b>-i-</b>
{a}	$\Rightarrow$ {e}		{j}

(73) Verbo *Achar*

**Achou: 3ª pessoa do singular**  $\Rightarrow$  {a}-----{o}/{w}

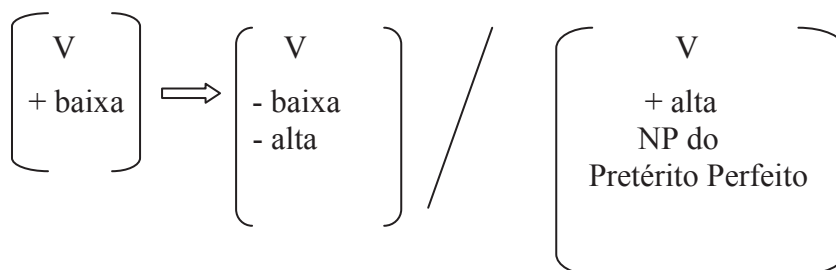
**Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal**

<b>Ach-</b>	<b>(a) -o-</b>	<b>- ø-</b>	<b>-u-</b>
{a}	$\Rightarrow$ {o}		{w}

<sup>50</sup> A representação ortográfica da forma verbal *achar* é a mesma tanto no PA quanto no PB.

Depreendendo a regra para estes processos temos:

(74)



A vogal temática [a] ([+ baixa]) se transforma em uma vogal [-baixa, -alta], quando o sufixo de desinência número-pessoa, representado por uma vogal [+alta] é adjungido à base durante a flexão verbal.

De acordo com os pressupostos da fonologia lexical, o processo de harmonização vocálica ocorre no estrato mais profundo do léxico, ou seja, no mesmo nível em que ocorre a flexão dos verbos regulares. Primeiro ocorre o processo de flexão, ou seja, é adjungida a desinência de número-pessoa à base, para depois ocorrer o processo de harmonização.

Começemos pelos verbos conjugados na primeira pessoa do singular da 1ª conjugação. Através da Fonologia Lexical podemos representar como ocorre todo processo de harmonia vocálica nas formas do PA e do PB. Recordamos que para a FL a língua está organizada em uma série de níveis ou estratos, os quais são domínios para regras morfológicas e fonológicas. Vale ressaltar que Lee (1995) faz uma divisão do léxico do português em dois níveis.<sup>51</sup> De acordo com o autor, a flexão regular ocorre no nível  $\beta$ , onde também ocorre o processo de harmonia vocálica.

Nesse sentido, consideramos que a aplicação da regra para o processo de harmonização vocálica nas formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo, representada pela FL, deve ser esquematizada da seguinte forma:

(75) Nível  $\beta$  (flexão regular + aplicação da regra de harmonia vocálica)

Verbo *Achar*, 1ªps (PA e PB)

[acha]  $\longrightarrow$  MCF<sup>52</sup> (input)  
 [acha]  $\longrightarrow$  + i Flexão Verbal  
 [achai]  $\longrightarrow$  Harmonização Vocálica  
 [achei] = 1ªps  $\longrightarrow$  Representação Final (*output*)

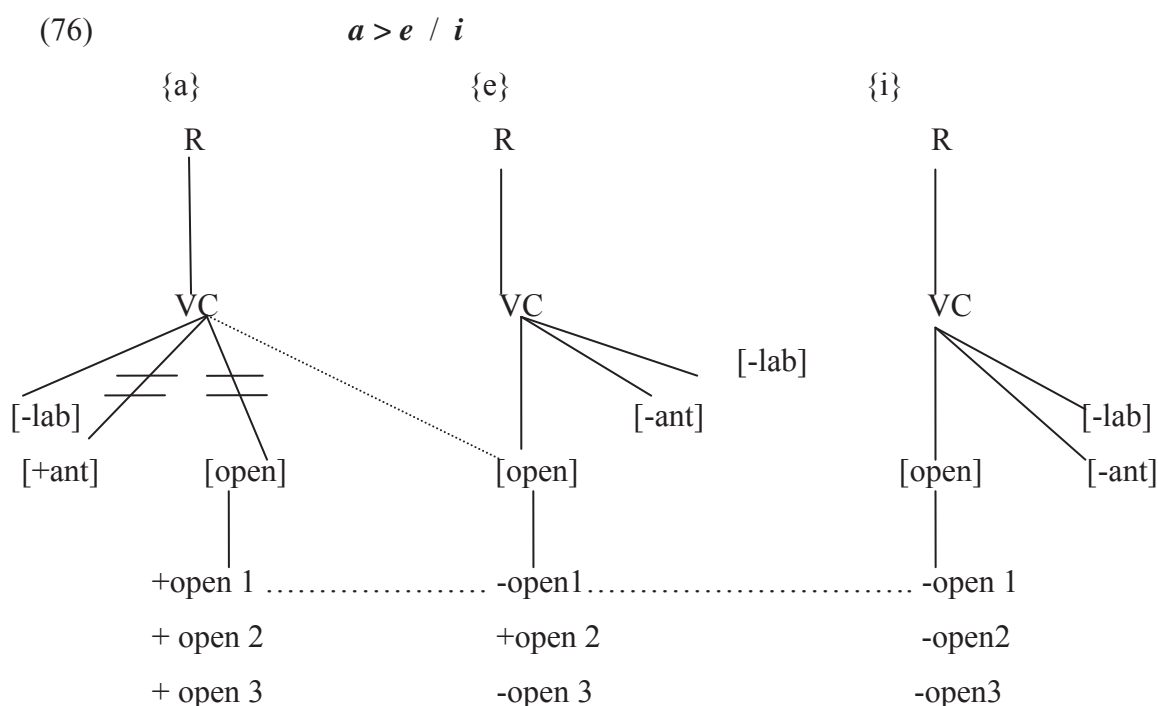
<sup>51</sup> Conferir quadro com os níveis na seção 3.

<sup>52</sup> MCF significa formação do constituinte morfológico. cf. Lee (1995, p.7)



Através das representações acima, podemos visualizar como ocorre o processo de harmonia vocálica nas formas verbais da primeira pessoa do singular na primeira conjugação. Ao adjungirmos a desinência número-pessoal [i] ao constituinte morfológico, ocorre uma assimilação de traços, transformando a vogal temática [a] em [e] na representação final, ou seja, na forma do *output*.

Ilustrando o processo de harmonização dos traços da vogal temática com a vogal de número-pessoa na primeira pessoa do singular, através da fonologia de Geometria de Traços, temos:



Observando o diagrama acima, temos um corte do nó de abertura da vogal temática {a}, que assimila os traços da vogal de número pessoa {i}, durante o processo de flexão. Neste caso, a vogal temática se transforma na vogal média {e}. A linha pontilhada representa o processo de alçamento da vogal.

O mesmo tipo de mecanismo ocorre para as formas verbais da 3ªps da primeira conjugação. Através da Fonologia Lexical obtemos a seguinte representação:

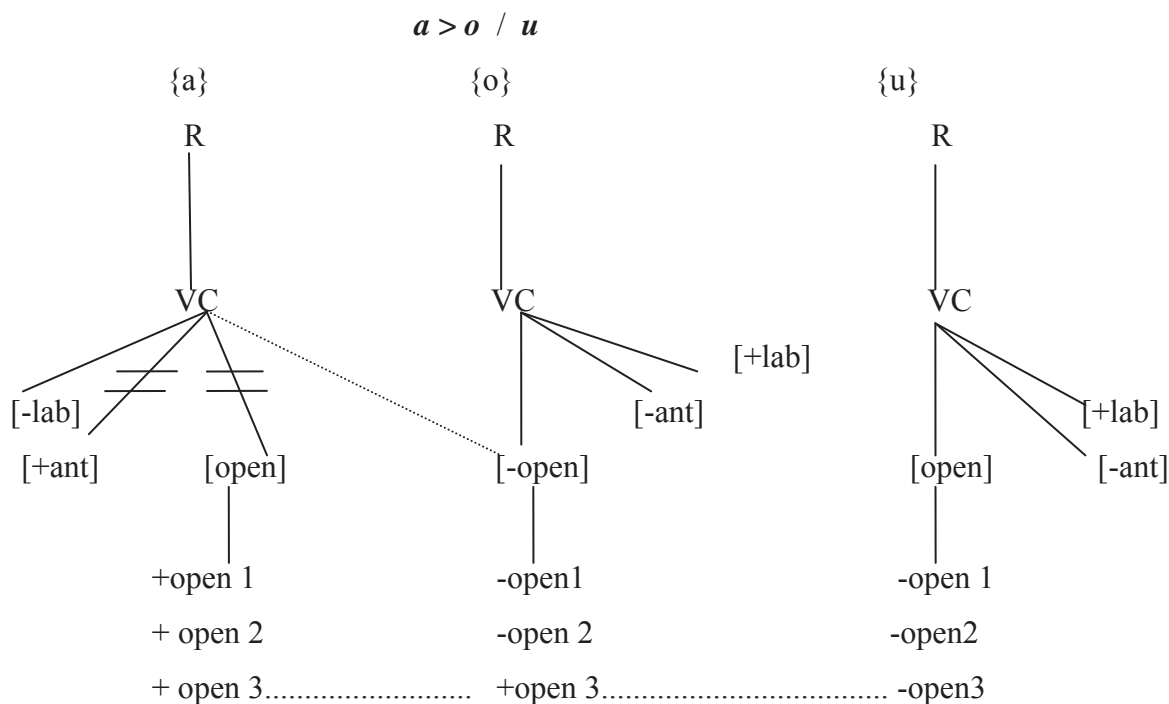
(77) Nível  $\beta$  (flexão regular + aplicação da regra de harmonia vocálica)

Verbo *Achar*, 3<sup>a</sup>ps

[acha] → MCF (input)  
 [acha] → + u Flexão Verbal  
 [achau] → Harmonização Vocálica  
 [achou] = 1<sup>a</sup>ps → Representação Final (*output*)

Assim como ocorre nas formas verbais da 1<sup>a</sup>ps, ao adjungirmos a desinência número-pessoal referente à 3<sup>a</sup>ps [u] ao constituinte morfológico, ocorre uma assimilação de traços, transformando a vogal temática [a] em [o] na representação final, ou seja, na forma do *output*.

(78)



Observando o diagrama acima, assim como ocorre com os verbos conjugados na primeira pessoa do singular, temos um corte do nó de abertura da vogal temática {a}, que assimila os traços da vogal de número pessoa {u}, durante o processo de flexão. Neste caso, a vogal temática se transforma na vogal média /o/. A linha pontilhada representa o processo de alçamento da vogal.

Ao contrário das análises de harmonização vocálica vistas anteriormente (cf. Harris, 1974; Mateus, 1975; Wetzels, 1995; Schwindt 2007, 2009), nas formas do pretérito perfeito do modo indicativo no PA não ocorre a regra de truncamento, pois não há um apagamento da

VT, por não haver sufixo modo- temporal, e sim o que há é uma assimilação de traços entre a VT e o sufixo número-pessoal. Assim como ocorre no processo de flexão verbal do PA, o processo de harmonização vocálica é ainda bastante produtivo em PB, já que as conjugações verbais no período arcaico já estavam definidas e mantiveram-se até os dias atuais, não sofrendo alterações.

Como resultado do processo de harmonização vocálica verificado acima, nas formas verbais do pretérito perfeito do indicativo, quando conjugadas na 1ª conjugação, na 3ª pessoa do singular, verificamos que ocorre o processo de monotongação, ou seja, ao invés da forma verbal manter em sua estrutura de base o ditongo *ow*, há o uso da vogal simples *-o*.

Segundo Câmara Jr. (1976 [1970], p.145), com a ausência do *-t* latino, que era geral para a 3ª pessoa, eliminou-se a marca de 3ª pessoa da singular - “só a encontramos no indicativo pretérito perfeito, onde a passagem de *amaut* (por *amauit*), *partiut* (por *partiuit*), etc. para *amou*, *partiu* criou uma desinência pessoal /u/ que pelo deslocamento de função do que era em latim a marca de *perfectum*”. Podemos afirmar que essa desinência *-u-*, no caso de verbos da primeira conjugação, deu origem ao ditongo *-ow* por questões assimilatórias.

Monteiro (2002, p.119) diz que, na 3ª pessoa do singular, a desinência número-pessoal dos verbos da primeira conjugação pode ser entendida como  $\emptyset$ , desde que se considere o ditongo *-ow* como monotongo: [louv]ou]  $\emptyset$   $\emptyset$  (pronunciado *lovô*).

Bisol (1989) afirma existir uma longa tradição de o ditongo *ow* ser substituído por uma vogal simples, sendo ele um ditongo fonológico. De acordo com a autora, o ditongo fonológico forma pares mínimos com a vogal simples:<sup>53</sup>

(79) *couro* [kowru] vs *coro* [koru]

Porém, para a autora, essa propriedade de distinguir palavras está sendo perdida, já que o ditongo é substituído pela vogal *o* em qualquer contexto. Parece que os falantes de português (ao menos no Brasil) o estão realizando como rima de um só elemento vocálico (BISOL, 1989, p.213-214). Isso ocorre em palavras derivadas e não derivadas e também quando as duas vogais são morfemas diferentes, como no caso da conjugação verbal do pretérito perfeito do modo indicativo na 3ª pessoa do singular da 1ª conjugação:

<sup>53</sup> No exemplo abaixo, o símbolo [r], utilizado por Bisol (1989), corresponde a [r], no padrão do IPA.

- (80) ouro [‘owru> ‘oru]; ourives [owri’vis> o’rivis]<sup>54</sup>  
 chegar / Šeg+o+u/ [Še’gow ~ Še’go]

Segundo Bisol (1989), trata-se de uma mudança em progresso que se encontra em avançado estágio, constituindo um caso de reanálise, e ambas as variantes são esperadas nesse processo de mudança.

Langacker (1977, p.58) traz a seguinte definição para o processo de reanálise:

*I will define ‘reanalysis’ as a change in the structure of an expression or class of expressions that does not involve any immediate or intrinsic modification of its surface manifestation. Reanalysis may lead to changes at the surface level [...], but these surface changes can be viewed as the natural and expected result of functionally prior modifications in rules and underlying representation.*

Xavier e Mateus (1990, p. 306) também afirmam que a reanálise é um:

Fenómeno que se verifica quando um sujeito falante faz uma análise da estrutura de uma forma (ou conjunto de formas) ou de uma construção que não corresponde à estrutura genética dessa(s) forma(s) ou construção - que interpretamos genética como “etimológica”, privilegiando a perspectiva da gramática histórica tradicional, que interpretamos como “gerada por um processo derivacional”, situando-nos no ponto de vista da gramática generativa. A reinterpretação (ou reanálise) de formas ou construções origina processos evolutivos que podem situar-se nos níveis fonológicos, morfológicos, sintáticos ou semânticos.

No caso das formas verbais mapeadas, o que encontramos foi um caso em que a forma de base apresenta duas interpretações fonológicas possíveis: /je’go/ ou /je’gou/.

---

<sup>11</sup>Transcrição de acordo com o IPA:

Ouro: [ ‘oʊru]

Oro: [ ‘oru]

Ourivis: [oʊ’rivis]

Orivis: [ o’rivis]

Chegou: [[je’goʊ]

Chego: [[je’go]

Representado este processo temos:

(81)

	Chegó	Chegou
Forma de Base	VT   NP       feg + a + u	VT   NP       feg + a + u
Alteamento da Vogal (Harmonia vocálica)	fego+u	fego+u
Fusão	fego	_____
Ditongação	_____	fegow

Observando a tabela, notamos que a forma verbal que tem como *output* o uso da vogal simples /o/ apresenta o processo de fusão entre a VT e a vogal de NP. Já nos casos em que ocorre o uso do ditongo /ow/, o que prevalece logo após a aplicação da regra de harmonia vocálica é o fenômeno da ditongação.

Foram mapeadas nas CSM as seguintes ocorrências que alternam formas ditongo com as formas simples:

Formas Mapeadas	Ocorrências (CSM)
Acomendou	107.2; 175.43; 177.22
Acomendó	114.31
Alçou	35.68; 51.1; 51.74; 136.4; 136.29; 268.26; 294.36; 313.66;
Alçó	13.18; 75.108
Catou	5.34; 7.51; 27.72; 37.37; 38.45; 59.21; 65.176; 67.84; 114.26; 115.99; 127.12; 151.16; 193.36; 199.23; 212.36; 225.48; 232.43; 245.66; 265.97; 284.16; 293.25; 294.32; 312.51; 321.16; 328.40; 335.27; 336.3; 339.56; 341.61; 351.41; 353.28; 355.25; 369.104; 372.20; 378.55; 414.29
Cató	336.41
Cobrou	41.21; 65.192; 92.46; 138.4; 138.62; 138.73; 278.2; 314.59; 314.65; 320.6; 329.11; 320.16; 320.21; 320.26; 320.36;
Cobró	163.3
Levou	5.83; 6.55; 21.31; 31.1; 32.49; 33.1; 34.15; 34.21; 34.31; 36.11; 42.89; 43.46; 44.22; 44.65; 53.17; 65.237; 94.52; 122.30; 122.66; 132.163; 133.32; 135.109; 139.24; 162.48; 166.16; 167.1; 167.26; 176.33; 178.19; 185.42; 194.20; 267.85; 281.51; 285.61; 285.86; 296.37;

	303.45;305.22;311.38;312.31;315.36;319.44; 324.36;327.23;332.52;335.53;343.41;362.26; 366.25;366.26;
Levó	6.43; 75.176; 102.33; 186.32
Mandou	5.44; 5.66; 5.68; 7.46; 7.52; 16.50; 17.40; 19.37; 19.40;22.16;24.45,26.50;27.46; 27.67; 32.36; 38.22; 51.72; 65.48; 69.90; 69.95;78.35;84.71;87.1;95.64;97.15;117.3; 119.29;122.46;124.31;129.20;132.122; 144.27; 158.2; 162.29; 162.34; 164.17; 164.32; 165.40; 177.18; 177.22; 178.23; 185.88; 186.21; 187.8; 192.66; 194.13; 195.40; 197.18;199.34;261.84;263.43; 265.108;268.40;271.46;284.52;296.36;299.2; 309.47;314.26;316.2;316.32;346.16;325.44; 326.43;327.23;328.51;329.48;334.21;337.35; 342.16;343.8;345.32;355.51;359.21;361.18; 362.39;369.43;369.74;369.100;369.106; 369.106
Mandó	76.17; 78.41; 95.62; 164.22
Matou	13.28; 15.137; 26.2; 34.18; 35.101; 72.1; 131.31; 197.55
Mató	17.23; 43.36; 182.40; 189.2;332.2
Sacou	27.7; 34.30; 35.55; 58.52; 63.1; 83.1; 106.1; 146.58; 158.1; 169.58; 174.18;176.1; 198.138; 200.25;271.3;261.49;325.1;325.77;340.28;
Sacó	111.3; 112.2; 158.20;359.3
Soterró	6.48
Tirou	15.41; 23.12; 42.9; 51.51; 54.56; 59.71;69.56; 69.85; 75.165; 104.3; 104.31;131.77; 154.1; 157.33;291.1;301.1;356.19;365.1;369.113;
Tiró	85.42;138.43;158.22

**Quadro 9.** Formas que apresentam variação entra a vogal simples *o* e o ditongo *ow*.

**Tabela 3.**Ocorrências das formas que apresentam variação entra a vogal simples *o* e o ditongo *ow*

Formas Mapeadas	Ocorrências
Formas que apresentam o ditongo <i>ow</i>	239 (90,2%)
Formas que apresentam a vogal simples <i>o</i>	26 (9,8%)
Total	265 (100%)

Ao observamos os dados, notamos que a forma que apresenta o ditongo *-ow* é muito mais recorrente, configurando 90,2% das ocorrências, em relação a 9,8% das formas que aparecem mapeadas com a vogal simples *o*. Porém, não podemos descartar a ocorrência desse fenômeno, uma vez que ele ainda continua em atuação no PB.

Neste caso, não há um condicionamento morfofonológico, pois o mesmo processo ocorre com os nomes. Fonte (2010) mapeou as seguintes ocorrências nas *Cantigas de Santa Maria*, durante a coleta de dados para o desenvolvimento de seu projeto de mestrado:

(82) **Variação gráfica <ou> ~ <o>**

**bouca** (CSM 337, v. 43 *E*) / **boca** (CSM 24, v. 1; CSM 54, v. 60; CSM 61, v.1; CSM 101, v. 11)

**chouça** (CSM 75, v. 133 *T*) / **choça** (CSM 75, v. v. 24; CSM 378, v. 25)

**souta** (CSM 95 *M*) / **sota** (CSM 95, v. 58)

Assim como ocorre com as formas verbais, notamos que há uma alternância entre a vogal simples e o ditongo. Não há nenhum tipo de processo morfológico que esteja causando alguma modificação fonológica. Portanto, não se trata de um processo fonológico condicionado morfológicamente.

Fazendo a representação das formas verbais que passam pelo processo de reanálise da forma de base, temos:

(83) a) Forma que preserva o ditongo

Verbo *levar*: 1ª conjugação, 3ª ps: *Levou* [levow]



b) Forma que não apresenta o ditongo, mas sim a vogal simples –o

Verbo *levar*: 1ª conjugação, 3ª ps: *Levou* [levo]



De acordo com Bisol (1994), podemos classificar esses ditongos de dois modos: ditongos leves e pesados. O primeiro tipo é caracterizado por apresentar uma sílaba complexa, já o segundo é caracterizado por possuir uma rima simples. A autora ainda afirma que os ditongos leves são criados no “*tier*” melódico por processos assimilatórios e alternam com a vogal simples sem causar diferença de sentido. Observando os exemplos acima, *a* e *b*, podemos concluir que as formas *levó* e *levou* se caracterizam como ditongos leves, já que a alternância entre a semivogal e a vogal simples não causa mudanças de significado.

Olhando o fenômeno da perspectiva da Fonologia Lexical, ao contrário do que ocorre que a regra de aplicação da harmonia vocálica, o processo de ditongação acontece no nível pós-lexical. Segundo Lee (1995), as regras lexicais relacionam-se somente com fatos fonológicos, independentemente da informação morfológica. O autor ainda afirma que as regras pós-lexicais se caracterizam como opcionais.

No caso dos dados coletados nas CSM, verificamos que as formas verbais da primeira conjugação, quando conjugadas na terceira pessoa do singular, não recebem nenhum tipo de aplicação de regra morfológica que condicione o processo de monotongação. O que acontece é um caso de reanálise da forma de base dessas formas verbais do ponto de vista do falante, pois uma forma fonética apresenta duas realizações fonológicas possíveis.

Através da análise exposta, podemos comprovar, pelos dados encontrados em nosso *corpus*, que esse fenômeno existe desde o português arcaico, permanecendo no estágio atual da língua. E que tanto a harmonização vocálica quanto o processo de monotongação são recorrentes nas formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo.



#### 4.3.2. Neutralização morfofonológica e crase da vogal temática

De acordo com Trask (2004, p.205), o conceito de neutralização foi introduzido e desenvolvido na década de 1930 pelo linguista Trubetzkoy. A existência da neutralização é uma indicação de que a fonologia tem a ver com o comportamento dos sons e com seu enquadramento num padrão, e não com seu valor fonético absoluto.

Crystal (2000, p.137) define neutralização como um termo usado na fonologia para descrever o que acontece quando a distinção entre dois fonemas se perde em um determinado contexto.

Já Dubois (1973, p.431) afirma que há tipos diferentes de neutralizações, conforme as condições nas quais elas se realizam. A neutralização assimilativa é uma neutralização determinada pela assimilação a um fonema contextual ou condicionada pelo contexto. Já a neutralização condicionada pela estrutura é a que se produz independentemente dos fonemas vizinhos e em posições determinadas da palavra. Outro tipo de neutralização que ocorre é a neutralização dissimilativa, isto é, quando dois fonemas em oposição se dissimilam com relação ao traço distintivo de um fonema contextual.

No caso das CSM, de todos os tipos acima expostos, o que mais se assemelha na análise dos dados mapeados é o primeiro, a neutralização assimilativa, pois, como poderá ser observado na análise do processo de neutralização, temos uma assimilação dos traços da vogal temática com os traços da vogal do sufixo número-pessoal, devido à ausência do sufixo modo-temporal. Portanto, nesse caso, há um processo de neutralização condicionado pelo contexto.

Para exemplificar o processo morfofonológico de neutralização e crase da vogal temática nas 2ª e 3ª conjugações na primeira pessoa do singular no pretérito perfeito do modo indicativo, tomamos como base os verbos *aprender* (2ª conjugação) e *cobrir* (3ª conjugação).

O verbo *aprender* sofre uma alternância de sua vogal temática de *-e-* para *-i-*, quando conjugado na primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo. Com a ausência de sufixo modo-temporal, temos a junção, ou seja, a crase da vogal temática com o sufixo número-pessoal.

Ressaltamos que essa “ausência” de sufixo modo-temporal, de acordo com Kehdi (2003), são os chamados morfemas zeros (representados por  $\emptyset$ ), dotados de significado<sup>55</sup>, pois, quando houver ausência de um traço formal significativo num determinado ponto da série, podemos designar como morfema  $\emptyset$  essa ausência:

<sup>55</sup> Sobre os morfemas zero, ver seção 2, p.36.

- (84) **Verbo: Aprender---** Eu aprendi ( PA e PB)  
**Cobrir---**Eu cobri ( PA e PB)

**Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal**

Aprend-	(e) -i-	- ø-	-i-
Cobr-	-i-	- ø-	-i-

Formulando a regra para esse processo com o verbo *aprender*, temos:

- (85)
- $$\left[ \begin{array}{c} \text{V} \\ - \text{baixa} \end{array} \right] \Rightarrow \left[ \begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{alta} \end{array} \right] / \left[ \begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{alta} \end{array} \right]$$

Depreendendo a regra para esse processo com o verbo *cobrir*, temos:

- (86)
- $$\left[ \begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{alta} \end{array} \right] \Rightarrow \left[ \begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{alta} \end{array} \right] / \left[ \begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{alta} \end{array} \right]$$

Seguem este paradigma flexional todos os verbos regulares da 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> conjugações que estejam conjugados na primeira pessoa do singular. No *corpus* analisado, foram encontradas 295 formas verbais, contidas na tabela:

**Tabela 4.** Ocorrências da 1<sup>a</sup> pessoa do singular da 2<sup>a</sup> e da 3<sup>a</sup> conjugações

Número/ Pessoa	2 <sup>a</sup> Conjugação	3 <sup>a</sup> Conjugação
1 <sup>a</sup> ps	188 (70,9%)	40,4 (36.4%)
Total	295 (100%)	

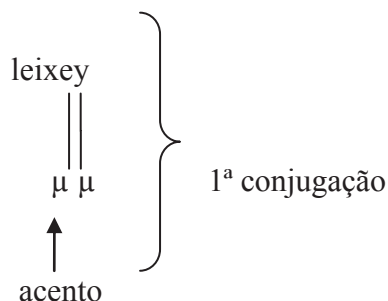
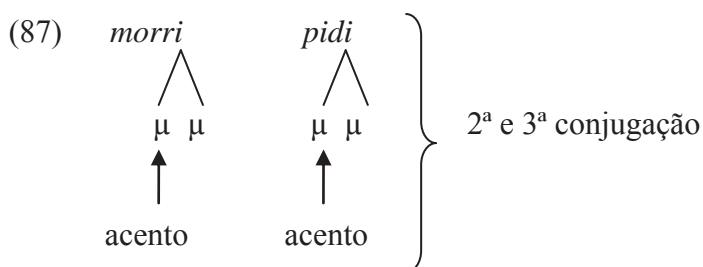
Câmara Jr. (1976[1970], p. 143), na perspectiva estruturalista, explica o fenômeno acima dizendo que, na 3<sup>a</sup> pessoa do singular e na 1<sup>a</sup> pessoa do singular do pretérito perfeito, o tema em *-a* troca essa vogal para *-o* e para *-e* respectivamente, por causa da passagem dos

ditongos /au/ e /ai/, de *amaut*, por *amauit*, e de *amai*, por *amaui*, com a perda da marca do *perfectum* (/au e /ai/) para /ou/ e /ei/ respectivamente. Entretanto, a distinção dos verbos de tema em *-e* e em *-i* continua como se vê em *temeu* e *partiu*, em face de *amou*, e em *temi*, *parti*, em face de *amei*.<sup>56</sup>

Porém, essa hipótese pode ser representada de outra maneira, se levarmos em consideração as análises propostas pelos modelos das fonologias não-lineares (sobretudo a Fonologia Métrica).

Temos que as formas da 2ª e da 3ª conjugação, no pretérito perfeito do modo indicativo, sofrem o processo de crase (fusão) da vogal temática na primeira pessoa do singular com o morfema de número-pessoa (NP), por serem da mesma natureza ([+alta]). Esse fenômeno cria uma forma com sílaba aberta final acentuada, que foge ao padrão da acentuação nas demais formas verbais. Massini-Cagliari (2005a, p.192) afirma que a única diferença entre a primeira pessoa do singular na primeira conjugação em relação à segunda e à terceira conjugações é o fato de a vogal temática, nessas duas conjugações, ser igual à vogal de NP. Neste caso, segundo a autora, o acento recai na sílaba que contém a segunda mora da direita para a esquerda.

Fazendo a análise dos dados do *corpus*

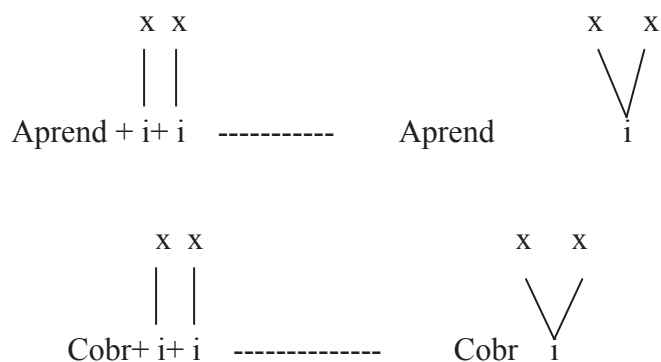


<sup>56</sup> Câmara Jr. (1976 [1970], p. 143) afirma que em *amei* a desinência pessoal é *-i /ii/*; ela não aparece em *temi*, *parti*, porque não há ditongo fonológico /ii/ em português.

Vale ressaltar que, no padrão acentual do português arcaico, o acento tônico podia recair na última sílaba (ex: *perdi*) e na penúltima sílaba (ex: *perde*) e muito raramente na antepenúltima. Massini-Cagliari (1999, p.169-181) afirma também que o PA é sensível à quantidade de sílaba na construção dos pés. Isto quer dizer que qualquer sílaba longa ou pesada posicionada na última posição de sílaba da palavra atrai o acento principal.

Entretanto, esta aparente irregularidade pode ser explicada pelo fato de que restam dois tempos no *tier* prosódico unidos a uma mesma vogal, com a fusão. Por esta razão, a sílaba resultante é pesada, atraindo o acento.

(88) Verbo *Aprender e cobrir* (PA e PB)



Representando esse processo através da grade métrica, visualizamos a atribuição do acento, pois na flexão verbal a maioria dos acentos recai sobre a vogal presente no radical do verbo:

(89)

( x )	( x )	( x )
(x)	(x)	(x)
<i>dor mi</i>	<i>co. bri</i>	<i>a. pren. di</i>

Através das análises, pode-se concluir que tanto a conjugação do PA quanto a do PB mantêm na forma subjacente a duração da vogal, tratando-se da conjugação verbal do pretérito perfeito do modo indicativo, na terceira pessoa do singular nas 2ª e 3ª conjugações, respectivamente. Com isso, a hipótese levantada por Câmara Jr. (1976 [1970]) de que não há ditongo fonológico /ii/ (o autor considera a forma de base) pode ser discutida, levando-se em consideração que de fato não é um ditongo, mas sim uma vogal pesada que atrai o acento,

mostrando, segundo Massini-Cagliari (1999), que a conservação do peso silábico na localização do acento em PA deve ser levada em questão<sup>57</sup>.

#### 4.4 Considerações finais

As formas verbais regulares do pretérito perfeito do modo indicativo em PA que foram escolhidas como *corpus* desta dissertação sofrem dois processos morfofonológicos principais, decorrentes do processo de flexão verbal, como foi observado nesta seção: a harmonização vocálica e a neutralização e crase da vogal temática.

Sobre os processos de harmonia vocálica, pudemos concluir que as formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo não sofrem a regra de truncamento, pois, pela ausência de sufixo modo temporal, não ocorre um apagamento da VT, mas sim uma assimilação de traços.

Em relação à neutralização e à crase da vogal temática, confirmamos a hipótese de que a língua portuguesa mantém nas formas de base (subjacentes) do pretérito perfeito a duração da vogal e que esse fenômeno também já existia no PA, mantendo-se bastante produtivo no PB.

---

<sup>57</sup> O processo de fusão, que ocorre na neutralização e crase da vogal tematical, é na verdade, um processo de geminação, pois, como podemos observar através dos exemplos descritos acima, as duas moras são mantidas.

## 5 Interpretação e análise dos verbos de padrão especial nas CSM

Nesta seção faremos a análise dos verbos de padrão especial<sup>58</sup>. Segundo Mattos e Silva (1989, p.351), os verbos de padrão especial, tradicionalmente chamados de irregulares, obedecem a determinadas regularidades que permitem classificá-los em subgrupos que trazem características mórficas semelhantes. Ainda para a autora, a especificidade desses verbos se insere basicamente na forma variável do lexema. Porém, vale lembrar que Mattos e Silva (1989) afirma que essa variação não possui a mesma natureza das que ocorrem com os verbos regulares, “que apresentam uma variação no lexema decorrente de regras fonológicas que não são típicas do verbo, mas gerais sempre que apareçam contextos fônicos que determinam essas variações” (MATTOS E SILVA, 1989, p.344).

Neves (1977) considera a irregularidade como um desvio imprevisível em face dos padrões morfológicos da conjugação. A autora também afirma que os verbos irregulares são susceptíveis de agrupamento de acordo com os padrões comum que eles apresentam.

Nunes (1960[1919], p.310) afirma que, em alguns pretéritos fortes<sup>59</sup> sobreviventes na língua portuguesa, ocorrem vários fenômenos de natureza fonética que servem para afastá-los dos protótipos.<sup>60</sup>

Por não apresentarem o processo de harmonização vocálica e neutralização e crase, abordamos separadamente cada uma das peculiaridades que envolvem esses verbos, já que são bastante produtivos no *corpus*.

Conforme já foi apresentado na seção 2 desta dissertação (p.67), para os verbos de padrão especial Mattos e Silva (1989, p.352) destaca quatro tipos:

Tipo 1: Verbos que apresentam variação no lexema das formas do não-perfeito e lexemas específicos para as formas do perfeito, por exemplo, o verbo *fazer* apresenta os lexemas *faç-* para as formas do não-perfeito e *faz-* para as formas do perfeito. Fazem parte desta categoria os verbos: *dizer, trager, fazer, aver, têer~teer, poer, veer, estar, poder, jazer*, etc;

<sup>58</sup> A flexão dos verbos de padrão especial, segundo os pressupostos da Fonologia Lexical, podem ser atribuídos ao Nível I (estrato mais profundo do léxico), onde ocorrem as flexões irregulares da língua.

<sup>59</sup> De acordo com Nunes (1960 [1919], p.273), quando a sílaba tônica encontra-se no radical o verbo recebe a denominação de forte e quando a sílaba tônica recai sobre as terminações, o verbo é chamado de fraco. Segundo Cunha (1960, p. 258), quando o acento tônico recai no radical, essas formas verbais recebem a denominação de rízetônicas e quando o acento recai na terminação (desinência) são classificadas como arrízetônicas. Kury et al. (1977, p.176) também denominam de rízetônicas as formas que apresentam acento tônico no radical, como, por exemplo, *canto, cantas*, etc., e de arrízetônicas as formas que possuem o acento tônico fora do radical (na vogal temática ou desinências), tais como *dormi, parti*, etc.

<sup>60</sup> Nunes (1960 [1919]) chama de protótipo os verbos regulares.

Tipo 2: Verbos que apresentam lexema invariável para as formas do não-perfeito, que se opõe ao lexema específico das formas do perfeito. Pertencem a esta categoria os verbos *saber, prazer, caber, dar*. Os lexemas para as formas do não-perfeito são respectivamente: *sab-*, *praz-*, *cab*, *d+VTa* (verbo *dar*). Já para as formas do perfeito encontramos: *soub-*, *proug-*, *coub-*, *d+VTe*.

Tipo 3: Verbos que apresentam variação no lexema das formas do não-perfeito e o lexema das formas do perfeito é idêntico ao lexema mais generalizado das formas do não-perfeito, por exemplo, para o verbo *ouvir* temos o lexema *ouç-* para a 1ªps do presente do indicativo e todas as pessoas do subjuntivo presente. Já como lexema dos outros tempos e pessoas encontramos a forma *ouv-*. Fazem parte desta categoria os verbos *ouvir, pedir, arder, medir, mentir, sentir, perder*, etc.

Tipo 4: Verbos que apresentam particípio passado especial, como *abrir: abr-> abert-*; *benzer: benz->bent-*; *fazer: faz->feit-*, etc.

Dos quatro tipos, foram considerados para a análise dos dados desta pesquisa os verbos que se enquadram nos tipos 1, 2 e 3. O tipo 4 não foi levado em consideração já que o objeto de estudo desta pesquisa são apenas as formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo, sendo, portanto, desconsideradas as formas de particípio.

Para melhor compreensão do fenômeno, dividimos as formas verbais encontradas no *corpus* de acordo com os tipos verificados acima, explorando cada caso separadamente.

## 5.1 Verbos do tipo 1

Os verbos classificados como Tipo 1 são aqueles que apresentam o lexema dos tempos do não-perfeito<sup>61</sup> com uma grande variação na sua representação. Além disso, segundo Mattos e Silva (1989, p.352), apresentam um lexema específico para os tempos do perfeito. E, de acordo com a autora, são, portanto, entre todos os verbos de padrão especial, aqueles que mais apresentam especificidades. Pertencem a essa categoria os seguintes verbos: *dizer, trager, fazer, aver, teer (~têer), viir (~vïir), poer (~põer), veer, poder, jazer, querer, ir e seer*. No *corpus* das CSM foram mapeadas todas as formas verbais citadas.

<sup>61</sup> Segundo Mattos e Silva (1989, p.352), baseada nos estudos de Câmara Jr. (1970), os tempos do não perfeito são os seguintes: presente do indicativo, pretérito imperfeito do modo indicativo, futuro do presente do modo indicativo, futuro do pretérito do modo indicativo, subjuntivo presente, imperativo, infinitivo, infinitivo flexionado e gerúndio. E para os tempos do perfeito temos: pretérito perfeito do modo indicativo, pretérito mais-perfeito do modo indicativo, pretérito do subjuntivo e futuro do subjuntivo.

Não trataremos aqui dos lexemas dos tempos do não perfeito, pois essas formas verbais não são objeto de estudo desta pesquisa. Atentaremos apenas para os lexemas do perfeito.<sup>62</sup>

### 5.1.1 Lexemas dos tempos do perfeito

a) Enquadram-se nesta categoria os verbos que possuem o mesmo lexema para a primeira e a terceira pessoas do singular, respectivamente no pretérito perfeito do modo indicativo e em todos os tempos do perfeito. São os verbos *dizer*, *querer*, *aver*, *trager* e *jazer*. Os lexemas são divididos da seguinte forma:

(90)

DIS-, DIX-  
 QUIS-  
 OUV-  
 TROUV-, TROUX-  
 JOUV-

Conferindo os dados coletados nas CSM, temos:

- *Verbo dizer* (PA) = *dizer* (PB)

**Tabela 5.** Ocorrências do verbo dizer

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>disse, dix</b> ( <b>dixi</b> )	6 (0,9%)
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>disse, dix</b> , <b>disso</b>	619 (89,2%)
1ª pessoa do plural	<b>dissemos</b>	2 (0,3%)
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>disseron</b>	67 (9,7%)
Total		694 (100%)

Para esses verbos temos a seguinte representação morfológica:<sup>63</sup>

<sup>62</sup> Os quadros com os lexemas do perfeito se encontram na subseção 2.6 desta dissertação.

<sup>63</sup> As representações morfológicas de todos os exemplos obedecem a ordem em que as formas verbais estão inseridas nos quadros de ocorrências. Utilizamos o símbolo da raiz quadrada para representar “radical” nas representações das estruturas morfológicas dos verbos de padrão especial.



(91)

*disse*:  $\sqrt{\text{diss}} + e + \emptyset + \emptyset$

*dissemos*:  $\sqrt{\text{diss}} + e + \emptyset + \text{mos}$

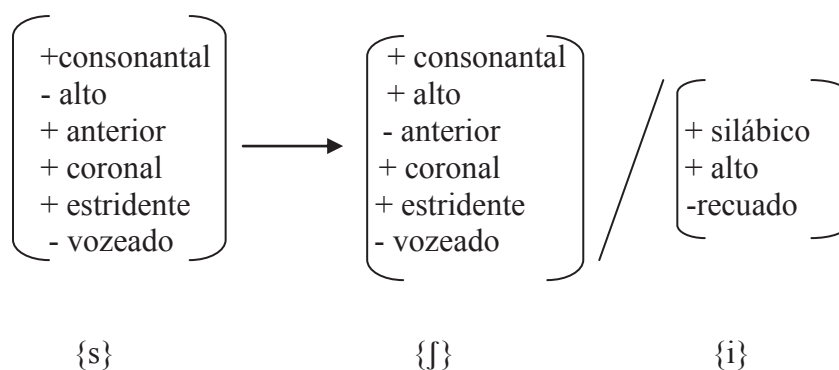
*disseron*:  $\sqrt{\text{diss}} + e + \emptyset + \text{ron}$

Observando os dados da tabela notamos que tanto a 1ª quanto a 3ª pessoa do singular apresentam o mesmo lexema. Vale destacar a forma *dixe*, que também é recorrente nas duas pessoas. Mattos e Silva (1989, p.366) encontrou em seu *corpus* a forma *dixi*, considerando-a excepcional, se levado em consideração o conjunto da obra por ela analisada. Para autora, pode ser apenas um reflexo da grafia latina ou indicar uma realização palatalizada. Câmara Jr. (1976 [1970], p.157) também afirma que *disse* vem da forma latina *dixi*, com a marca -s- de *perfectum* integrada ao radical face à forma *diz(es)* para os tempos do imperfeito.

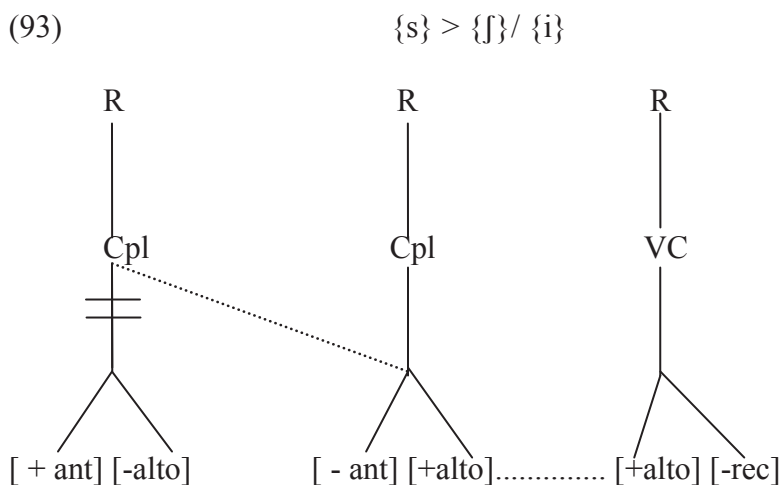
Dentro dos dados coletados no conjunto das CSM encontramos duas ocorrências da forma *dixe* (~*dixi*) (cf. cantigas 55.17 e 165.56) na 1ª pessoa do singular. Já a 3ª pessoa do singular apresentou 8 ocorrências (cf. cantigas 125.24, 125.99, 144.32, 372.50, 317.20, 332.54, 355.61, 355.63). No total temos dez ocorrências em todo o conjunto de dados coletados.

Neste caso, levando em consideração o número total de ocorrências (694), podemos considerar que a forma *dixe* também é excepcional, pois aparece apenas 5 vezes. Porém, ao realizar uma análise mais detalhada, a hipótese de que seja uma indicação de palatalização também pode ser aceita, se levarmos em conta os traços de cada segmento. Fazendo a regra para esse processo temos:

(92)



Representando o processo pela fonologia autosegmental, temos:



Em função da variação da vogal temática em posição postônica ( $e > i$ ), ou seja, ao invés de *disse* - a vogal média  $\{e\}$  realiza-se como vogal alta  $\{i\}$  - temos a forma *dissi*. Com isso, poderia ocorrer um processo de palatalização do  $\{s\}$  transformando-se em  $\{ʃ\}$  diante do sufixo número-pessoal  $\{i\}$  como demonstrou a regra acima.

Para as formas da 3ª pessoa do singular que terminam em *-o*, Maia (1997 [1986], p.782) salienta que convivem, na Galiza, com outras terminadas em *-e*, por vezes transformando-se em *-i*. Já nas regiões de Portugal, a forma *disso* apareceu em um documento lavrado em Valença; todas as demais formas terminam em *-e*.

Nas CSM, *disso* foi bastante produtiva, com 31 ocorrências (cf. 5.163, 35.130, 65.41, 65.47, 65.107, 70.23, 75.69, 75.90, 84.56, 104.105, 125.73, 125.89, 125.104, 125.118, 176.20, 261.65, 274.34, 274.35, 274.60, 274.64, 274.66, 281.35, 281.62, 281.77, 284.46, 291.10, 310.18, 314.29, 328.84, 348.37, 362.36). Porém, não aparece o suficiente para concorrer com a forma *disse*, que prevalece, aparecendo 578 vezes.

- *Verbo querer* (PA) = *querer* (PB)

**Tabela 6.** Ocorrências do verbo *querer*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular		
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>quis, quise, quiso, quix</b>	276 (94,8%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural	<b>quisestes</b>	1 (0,3%)
3ª pessoa do plural	<b>quiseron</b>	14 (4,8%)
Total		291 (100%)

Depreendendo a representação morfológica das formas verbais, temos:

(94)

*quis*:  $\sqrt{\text{quis}} + \emptyset + \emptyset + \emptyset$

*quisestes*:  $\sqrt{\text{quis}} + e + \emptyset + \text{stes}$

*quiseron*:  $\sqrt{\text{quis}} + e + \emptyset + \text{ron}$

Ao observarmos a tabela 6 verificamos que, no caso do verbo *querer*, não foram identificadas no nosso *corpus* ocorrências na primeira pessoa do singular; porém Mattos e Silva (1989, p.366) obteve durante a coleta de seus dados a forma *quis*, para a 1ªps. Se levarmos em consideração a forma coletada para o PA por Mattos e Silva e o fato de que no PB ainda mantemos tal forma, conseguimos comprovar que o verbo *querer* pertence a essa categoria de verbos de padrão especial. Durante a coleta dos dados foram verificadas quatro formas verbais para a 3ª ps., sendo elas: *quis, quise, quiso, quix*. A forma *quise* apareceu uma única vez (cf. cantiga 29.28), *quix* apresentou quatro ocorrências (cf. cantigas 84.8, 131.61, 265.126, 281.78) e a forma *quiso* teve vinte e nove ocorrências (cf. cantigas 52.7, 84.52, 109.6, 122.38, 149.54, 84.34, 184.37, 197.33, 261.37, 274.69, 285.117, 292.18, 296.22, 298.40, 313.5, 313.7, 329.18, 345.106, 351.3, 351.8, 351.4, 351.19, 351.24, 351.29, 351.34, 351.9, 341.44, 351.49, 369.35).

Para Mattos e Silva (1989, p.366), as formas que possuem VT (vogal temática) são menos frequentes do que as que possuem a forma apocopada. Nas CSM essa afirmação é válida, pois obtemos 243 ocorrências para as formas apocopadas e 33 para as que apresentam

VT. Já *quix* pode ser considerada uma forma excepcional, pois apareceu apenas duas vezes em todo o *corpus*.

- Verbo *aver* (PA) = *haver* (PB)

**Tabela 7.** Ocorrências do verbo *aver*.

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular		
2ª pessoa do singular	<b>ouveste, ouvesti</b>	10 (2,4%)
3ª pessoa do singular	<b>ouve, ouvi</b>	308 (73,9%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural	<b>ouvestes</b>	2 (0,5%)
3ª pessoa do plural	<b>ouveron</b>	97 (23,3%)
Total		417 (100%)

Para o verbo *aver* (*haver*) encontramos a seguinte representação morfológica:

(95)

*ouve*:  $\sqrt{\text{ouv}} + e(i) + \emptyset + \emptyset$

*ouvestes*:  $\sqrt{\text{ouv}} + e + \emptyset + \text{stes}$

*ouveron*:  $\sqrt{\text{ouv}} + e + \emptyset + \text{ron}$

De acordo com Câmara Jr. (1976 [1970], p.157), essa alternância no radical provém da transposição da marca *-u-* do *perfectum* para a sílaba do radical. Isso ocorre com os verbos *saber*, *caber*, *trazer*, *haver* (que no PA era escrito sem a letra *h*) e *prazer* (com o sentido de agradar). A forma *ouvi* apareceu apenas uma vez (cf. cantiga 25.143) durante toda a coleta dos dados, sendo portanto uma forma também excepcional, o que nos leva a criar a hipótese de que essa variação seja apenas ortográfica, já que aparecem na mesma cantiga *ouve* e *ouvi*, sem alteração de significado:

(96)

Pois **ouve** feito de ssa prol,  
o mercador ali chegava,  
e o judeu ben come fol [...]. (CSM 25, v.131 - 133)

O crischão disse: “Fiel  
bõo tenno que t’ ey pagado:  
a Virgen, madre do donzel  
que no altar ch’ **ouvi** mostrado,  
que te far ben connocer  
como foi, ca non mentiria;  
e tu non queras contender  
com ela, que mal t’ en verria.” (CSM 25, v.140 -147)

Trataremos com mais detalhe a variação entre *ouvi* e *ouve* na subseção 5.5.2 desta dissertação, destinada à representação da variação da VT.

- Verbo *trager* (PA) = *trazer* (PB)

**Tabela 8.** Ocorrências do verbo *trager*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular		
2ª pessoa do singular	<b>trouxisti</b>	1 (2,3%)
3ª pessoa do singular	<b>trouxe</b>	30 (69,8%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>trouxeron</b>	12 (27,9%)
Total		43 (100%)

Morfologicamente o verbo *trager* apresenta a seguinte estrutura:

(97)

*trouxisti*:  $\sqrt{\text{troux}} + (e) i + \emptyset + \text{sti} (e)$

*trouxe*:  $\sqrt{\text{troux}} + e + \emptyset + \emptyset$

*trouxeron*:  $\sqrt{\text{troux}} + e + \emptyset + \text{ron}$

Durante a coleta dos dados não foi mapeada nenhuma ocorrência na 1ª pessoa do singular assim como ocorreu com o verbo *aver*. Mattos e Silva (1989, p.367) mapeou, além da forma *trouxe* para a 3ª pessoa do singular, as ocorrências *trouve* e *trouxi*, sendo *trouve* mais recorrente do que *trouxe* e *trouxi*. Nas CSM não foram mapeadas as formas *trouve* e *trouxi*.

Maia (1997[1986], p.843) afirma que nos documentos do período arcaico analisados por ela não foi encontrado nenhum vestígio correspondente à forma do infinitivo *trazer*. Segundo a autora, é interessante verificar que essa forma (*trazer*) também falta por completo nos cancioneiros profanos e nas CSM.

Consultando o *Glossário* de Mettmann (1972), o verbo *trazer* apresenta como infinitivo *trager*, como afirma Maia (1997 [1986]), porém, ao observarmos a tabela com as ocorrências mapeadas, todas obedecem o paradigma de *trazer*, apresentando o radical *troux-* e não *troug-*.

Maia (1997, p.843) ainda afirma que o infinitivo *trager* é a forma do antigo galego-português e que *trazer* aparece mais claramente a partir do século XV. Porém, a própria autora contesta sua observação, ao dizer que *trazer* aparece documentado no *Dicionário de verbos alcobacense*, que registra formas de meados do século XIV, criando margem para uma dúvida quanto ao início do uso dessa forma.

- Verbo *jazer* (PA) = *achar, estar* (PB)

**Tabela 9.** Ocorrências do verbo *jazer*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular		
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>jouve</b>	21 (87,5%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>jouveron</b>	3 (12,5%)
Total		24 (100%)

Morfologicamente temos:

(98)

*jouve*:  $\sqrt{\text{jouv}} + e + \emptyset + \emptyset$

*jouveron*:  $\sqrt{\text{jouv}} + e + \emptyset + \text{ron}$

Ao observarmos a tabela, verificamos que só foram mapeadas a forma verbal da terceira pessoa do singular e da terceira pessoa do plural. Mattos e Silva (1989, p.368) mapeou em seu *corpus* apenas a terceira pessoa do singular, porém propôs como seria a

conjugação desse verbo nas demais pessoas: *jouve, jouvesti, jouve, jouvemos, jouvestes e jouveron*. Essa conjugação proposta pela autora é cabível, pois a irregularidade está apenas no lexema (radical) e não nos sufixos número-pessoais.

Mattos e Silva (1989) também afirma, assim como Câmara Jr. (1976[1970], p.156), que o que há é apenas uma distinção entre temas (lexemas) e não radicais. As formas verbais de *perfectum* e *infectum*, que representavam respectivamente aspecto concluso e incluso, apresentavam essa distinção de modo mórfico, resultando no PB o que as gramaticais tradicionais classificam como verbos regulares e irregulares.

Para os verbos que se enquadram nesse tipo *a*, ou seja, aqueles que apresentam o mesmo lexema para a 1ª e a 3ª pessoas do singular para todos os tempos do perfeito, Câmara Jr.(1976 [1970], p.157) traz as seguintes distinções entre os lexemas:

- *dissi* (~disse) : lat., *dixi*, com a marca *-s-* do *perfectum* que se integrou ao radical e *diz(es)* para os tempos verbais do imperfeito;
- *quis*: segundo o autor, a forma *quis* substituiu a forma arcaica *quige* – que provém do latim *quaesti* - e para os tempos do imperfeito ficou o lexema *quer(es)*;
- *houve*: lat. *habui* e para os tempos do imperfeito os lexemas *há(s)*, *hav(er)*;
- *trouxe*: lat. vulgar *traxui* e para o lexema de imperfeito a forma *traz(es)*.

Para o autor, essa variação de radical, ou melhor, de lexemas, é muito importante para a compreensão da estrutura dos verbos portugueses, pois decorre de uma oposição entre as formas de imperfeito e perfeito, que desapareceu da grande maioria dos radicais em consequência da eliminação da marca *-u-* do *perfectum* latino. Esses verbos que perderam essa marca são os que denominamos de verbos regulares e os demais, verbos irregulares.

b) Verbos que opõem a primeira e a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo, pela alternância *i:e*, seguindo as demais pessoas e os outros tempos do perfeito a forma em *e*. Fazem parte dessa categoria os verbos *fazer, tēer~teer, vīir~viir*.

Os lexemas são os seguintes:

(99)

FIZ-,FIG      FEZ-  
 TIV-,          TEV-  
 VIN-          VEN-,VE-

- Verbo *fazer* (PA) = *fazer* (PB)

Tabela 10. Ocorrências do verbo *fazer*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>fiz, fix</b>	33 (3,1%)
2ª pessoa do singular	<b>fiziste, fezeste, fizisti</b>	15 (1,4%)
3ª pessoa do singular	<b>fez, fezo, feze</b>	923 (87,1%)
1ª pessoa do plural	<b>fezemos</b>	1 (0,1%)
2ª pessoa do plural	<b>fezestes</b>	9 (0,8%)
3ª pessoa do plural	<b>fezeron</b>	79 (7,5%)
Total		1060 (100%)

Fazendo a representação morfológica do verbo *fazer* no pretérito perfeito, temos:

(100)

*fiz*:  $\sqrt{\text{fiz}} + \emptyset + \emptyset$

*fiziste*:  $\sqrt{\text{fez}} + \text{i(e)} + \emptyset + \text{ste}$

*fez*:  $\sqrt{\text{fez}} + \emptyset + \emptyset + \emptyset$

*fezemos*:  $\sqrt{\text{fez}} + \text{e} + \emptyset + \text{mos}$

Durante a coleta dos dados, a forma *fiz* mostrou-se como a mais recorrente, pois apareceu 27 vezes, enquanto que a forma *fix* foi mapeada 6 vezes (cf. cantigas 47.14, 84.6, 124.35, 188.8, 265.125, 292.97). Como na época em que as CSM foram escritas não havia uma norma ortográfica, podemos hipotetizar que, para além da representação de variantes fonéticas, talvez se tratasse apenas de uma variação ortográfica entre as formas *fiz* e *fix*, até porque partimos de dados escritos sem nenhum registro oral. Porém, mesmo no caso da comprovação da variação, não há oposição fonêmica entre as consoantes variantes, já que a sua função (ou seja, o significado da palavra em que figuram) é a mesma.



Mattos e Silva (1989, p.368) encontrou, além da forma *fiz*, as formas *figi* e *fizi* em seu *corpus*. De acordo com a autora, *fiz* foi a menos frequente, ao contrário do que ocorreu nas CSM. Já *fizi* foi a forma que apresentou o maior número de ocorrências e *figi* teve apenas uma ocorrência, sendo, portanto, considerada forma excepcional.

Maia (1997 [1986], p.732) afirma que ocorria em galego-português a apócope de *-e* em algumas formas verbais quando essa vogal era precedida de *l, n, r, s* ou *z*. As formas verbais em que ocorria esse processo são: o infinitivo, a primeira e terceira pessoas do infinitivo flexionado, a terceira pessoa do presente do indicativo, a primeira e terceira pessoas do pretérito perfeito do indicativo, a primeira e terceira pessoas do futuro do subjuntivo e a segunda pessoa do singular do imperativo. A autora diz que em documentos localizados na Galiza é possível encontrar um predomínio das formas apocopadas, porém são numerosos os exemplos com a vogal final conservada. Para Maia (1997 [1986], p.733), “conserva-se com frequência a vogal final nas formas verbais do pretérito perfeito em que essa vogal estava precedida de *-z*, por vezes sujeito a algumas alterações. Assim, para a primeira pessoa do pretérito perfeito recolheram-se as seguintes formas com a vogal conservada: *fige, fize, ffize*, etc.”.

Para a 3ª pessoa do singular, além da forma *fez*, com 859 ocorrências, sendo, portanto, a forma mais recorrente, mapeamos a forma *fezo*, que apresenta 57 ocorrências (cf. cantigas 25.7, 77.22, 79.8, 97.22, 103.7, 105.7, 115.309, 125.9, 125.23, 125.45, 151.30, 164.8, 169.5, 183.5, 185.7, 186.40, 192.70, 193.6, 196.52, 262.5, 262.15, 265.50, 265.67, 268.8, 269.6, 269.39, 273.6, 277.53, 281.57, 284.48, 285.54, 292.31, 294.7, 296.11, 301.16, 302.7, 305.35, 306.6, 306.26, 308.54, 311.25, 312.25, 312.85, 313.16, 314.5, 314.29, 322.5, 328.70, 329.25, 336.2, 336.11, 338.5, 343.4, 343.49, 346.6, 352.6), e a forma *feze*, que soma um total de sete ocorrências (cf. cantigas 11.2, 13.6, 103.1, 125.53, 192.2, 263.2, 313.9).

Nos dados de Mattos e Silva (1989, p.368), as formas que apresentam a VT são menos frequentes do que a forma apocopada. O mesmo ocorre nas CSM, pois as formas que apresentam a VT correspondem apenas a 24 ocorrências (5,1%) de um total de 469 sem VT.

Said Ali (1964 [1931], p.110) afirma que em alguns documentos antigos (*Cancioneiros*) ocorre a forma *fezo* por *feze*. Nas CSM é possível encontrar em uma mesma cantiga as três variantes:

(101) Cantiga 192: Como Santa Maria livrou ùu mouro a que queria fillar  
o demo, e **feze**-o tornar crischão.

[...]

o| ma | an | dou | me | ter 5

en | lo| gar | sa| bu| di 5

d' al| ju| b' as| com| du| do, 5

e| den| tr' as| tem| du| do 5

o| **fe** | **zo** | ja | zer 4

[...]

da| ques| ta | ma| nei| ra 5

du| as| noi | tes| **fez**; 5

ma| is| aa| ter| cei| ra 5

a| Sen| nor| de| pres 5

Observando o exemplo acima, a mesma cantiga apresenta durante seu texto as três formas para a terceira pessoa do singular. Esse fenômeno aparece mais de uma vez durante o *corpus*. Porém, fazendo a escansão<sup>64</sup> dos versos notamos que a variação das formas *fez~feze~fezo* ocorre para manter a estrutura métrica dos versos sempre igual durante toda a cantiga. Nesse caso, consideramos que não se trata apenas de uma variação ortográfica, mas sim de uma variação estilística que visa manter a forma estrutural do poema.

Maia (1997[1986], p.794), em relação a esta alternância, afirma que na terceira pessoa do singular são normais as formas com *-e-*, verificando-se também, nos documentos da Galiza, a convivência entre formas terminadas em consoante (cf. *fez*) e formas com *-o-* (cf. *fezo*). Segundo a autora, nas zonas portuguesas, em seus dados só estão documentadas formas terminadas em consoante, ou seja, *fez*.

Uma outra hipótese que pode ser formulada a respeito da variação entre as formas *fez~fezo* é o fato de estas formas que preservam a VT serem conjugadas por analogia com o paradigma verbal da língua castelhana, que para as formas verbais conjugadas na 3ª ps no *pretérito perfecto simples* apresenta a vogal /o/ como morfema de NP (cf. Real Academia Española, 1986). Por exemplo, *dormió, partió, sentió*, etc.

<sup>64</sup> A escansão dos versos foi baseada nos trabalhos de Massini-Cagliari (1995, 2005a). De acordo com a autora, são levados em consideração a contagem das sílabas dos versos e a sequenciação das sílabas tônicas e átonas. Outro aspecto importante também a ser considerado é a alternância de versos agudos com graves em uma mesma cantiga. Só a observação de todos esses aspectos, conjuntamente, poderá fornecer evidências preciosas a respeito dos parâmetros do acento do português arcaico (MASSINI-CAGLIARI, 1995, p.62).

O verbo *fazer* em castelhano é representado por *hacer*, que também é classificado como verbo irregular por apresentar características peculiares durante a conjugação verbal. Na terceira pessoa do singular no *pretérito perfecto* temos a forma *hizo*.

Além das CSM, mapeamos a forma *fezo* nas *Cantigas Profanas*<sup>65</sup>:

- (102) E outras artes sab' el mui melhor  
que estas todas de que vos falei:  
diz das aves [en] como vos direi:  
que xas **fezo** todas Nostro Senhor [...]. (CBN,1584; CV, 1116)
- (103) El **fez** sempre mal e cuidou  
e já mais nunca **fezo** bem;  
[e] eu sōo certo poren [...]. (CBN, 1534 = CB 407)
- (104) [...] pôs-mi o gran can enriçado,  
que nunc' a [morder] fez fin,  
atá que **fezo** en min [...]. (CV, 1002)

Neste sentido podemos afirmar que a hipótese criada acima pode ser levada em consideração, uma vez que, nas cantigas profanas, assim como ocorre nas CSM, é possível encontrar em um mesmo verso ou mesmo em versos diferentes a alternância entre *fez~fezo*; as duas formas são concorrentes ao longo das cantigas. Piel (1989, p.231) também ressalta que a forma em *o* é, aliás, a única do tipo espanhol (cf. *quiso, fezo*, etc.) que se salvou em português.

- Verbo *vïir~viir* (PA) = *vir* (PB)

**Tabela 11.** Ocorrências do verbo *vïir~viir*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>vëo</b>	1 (0,7%)
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>vëo</b>	113 (74,3%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>vëeron</b>	38 (25,0%)
Total		152 (100%)

<sup>65</sup> Os exemplos de (99) a (101) foram retirados de Lapa (1970).

Morfologicamente, temos:

(105)

*vẽo*:  $\sqrt{v\tilde{e}} + e + \emptyset + o$  (mesma forma para a 1ª e 3ªps)

  
 fusão vogal do radical + VT

*vẽeron*:  $\sqrt{v\tilde{e}} + e + \emptyset + ron$

  
 fusão vogal do radical + VT

Ao analisarmos a estrutura morfológica das formas verbais do verbo *vĩr~viir* conjugadas no pretérito perfeito do indicativo, notamos que ocorre a fusão da VT com a vogal do radical, em função de ambas vogais serem da mesma natureza e, portanto, possuírem as mesmas características fonéticas e fonológicas.

A respeito deste assunto, Piel (1989, p.231) diz que na província de Entre-Douro-e-Minho conservou-se a antiga pronúncia *vẽo*, que resultou no português na forma em *veio*, tal como encontramos hoje.

Nunes (1960, p.313) explica que a forma latina *venit* foi, por analogia com a terceira pessoa do singular dos pretéritos fracos, substituída por *venut*, resultando posteriormente no português arcaico a forma *vẽo*, que hoje resultou em *veio*.

Observando os dados da tabela, comprovamos que a primeira e a terceira pessoas do singular apresentam a mesma forma; com isso, comprovamos a classificação desse verbo nessa categoria. Não foram mapeadas as demais pessoas no conjunto das CSM. Porém, Mattos e Silva (1989, p.369) traz, além da forma *vẽo* para primeira pessoa do singular, a forma *viim*, e, para a segunda pessoa do singular, as formas *vẽesti~veesti*. Segundo a autora,

As variantes sem marcas gráficas de nasalidade podem indicar uma pronúncia variável desnasalizada ou podem apenas indicar lapso na grafia dessa marca, sendo portanto sempre nasal a vogal do lexema ou ainda pode indicar que marca de nasalidade não reflecte uma realidade fônica, mas um traço arcaizante da grafia. (MATTOS E SILVA, 1989, p.369)

Durante a coleta dos dados não foram mapeadas as formas *viim*, *vĕesti~veesti*. Isso nos leva a criar a hipótese de que no caso das CSM a vogal do lexema era nasal, uma vez que só foram encontradas formas como *vĕo* com a indicação da vogal nasal na escrita. Não há registros de formas como *veo* (sem indicação da nasal) que façam criar outras hipóteses como as formuladas por Mattos e Silva (1989), de que poderiam ser ou não formas nasalizadas.

Monteiro (2002, p.120) diz que, no pretérito perfeito, /veN/ desnasaliza-se para /ve-/ e sofre ditongação /vei-/. Porém, nas formas mapeadas nas CSM não encontramos a forma ditongada (*veio*) como ocorre hoje no PB, mas sim formas que ainda preservam a marca de nasalidade.

Ao analisarmos a estrutura morfológica das formas verbais do verbo *vĩir~viir* conjugadas no pretérito perfeito do indicativo, notamos que ocorre a fusão da VT com a vogal do radical.

- Verbo *tĕer~teer* (PA) = *ter* (PB)

**Tabela 12.** Ocorrências do verbo *tĕer~teer*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>tive</b>	2 (2,9%)
2ª pessoa do singular	<b>teveste</b>	1 (1,5%)
3ª pessoa do singular	<b>teve</b>	45 (66,2%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural	<b>tevestes</b>	1 (1,5%)
3ª pessoa do plural	<b>teveron</b>	19 (27,9%)
Total		68 (100%)

Morfologicamente, temos a seguinte representação:

(106)

*tive*:  $\sqrt{\text{tiv-}} + e + \emptyset + \emptyset$

*teveste*:  $\sqrt{\text{tev-}} + e + \emptyset + \text{ste}$

*teve*:  $\sqrt{\text{tev-}} + e + \emptyset + \emptyset$

*tevestes*:  $\sqrt{\text{tev-}} + e + \emptyset + \text{stes}$

*teveron*:  $\sqrt{\text{tev-}} + e + \emptyset + \text{ron}$

Durante toda a coleta foi mapeada apenas uma ocorrência da primeira pessoa do singular, enquanto que a terceira pessoa obteve um número mais expressivo, 45 ocorrências. Não foram encontradas formas variantes, como por exemplo, *tivi*. Segundo Câmara Jr. (1976[1970], p.157), a forma *teve* se estruturou pelo modelo do arcaico *seve*, lat. *sedui-*, de *sedēre*.

Monteiro (2002, p.119) afirma que, assim como ocorre com os verbos *fazer* e *estar*, o verbo *ter* em PA e em PB, apresenta uma alternância de *tiv-* para *tev-* no pretérito perfeito para diferenciar a 1ª e a 3ª pessoas do singular.

c) Verbos que opõem primeira e terceira pessoa do singular pela alternância *u:o*, seguindo as outras pessoas do pretérito perfeito do modo indicativos e os outros tempos do perfeito a forma em *o*. São os verbos *poder*, *poer*, *ir*.

Os lexemas são, respectivamente:

(107)

PUD- POD-

PUG- POS-

FU- FO-


- Verbo *poder* (PA) = *poder* (PB)

**Tabela 13.** Ocorrências do verbo *poder*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular		
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>pode (podo, pude)</b>	24 (42,9%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>poderon</b>	32 (57,1%)
Total		56 (100%)

A representação morfológica do verbo *poder* é a seguinte:

(108)

*pode*:  pod- +e + ø + + ø

*poderon*:  pod + e + ø + ron

Não foram mapeadas formas na 1ª pessoa do singular, como pode ser observado na tabela. Já para a 3ª pessoa do singular foram mapeadas três formas: *pode*, *podo* e *pude*. A forma *podo* (cf. cantigas 65.40, 97.19, 108.32, 108.64, 125.26) ocorre 5 vezes e *pude* (cf. cantigas 98.2, 113.20, 147.14, 155.40, 158.25, 312.1) aparece 6 vezes, sendo, portanto, a forma *pode* a mais recorrente, com 13 ocorrências. Monteiro (2002, p.116) diz que existe a alternância /u/ e /o/ no radical para diferenciar a primeira e a terceira pessoas do singular: *pude* (1ªps) diferente de *pôde* (3ªps).

No *corpus* analisado por Mattos e Silva (1989, p.370) não ocorre a forma *pude*, mas aparece *pudi*. No caso das CSM, *pudi* não foi mapeada.

- Verbo *poer* (PA) = *por* (PB)

**Tabela 14.** Ocorrências do verbo *poer*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular		
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>pos, pose</b>	25 (50,0%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>poseron</b>	26 (50,0%)
Total		24 (100%)

Morfologicamente, temos:

(109)

*pos*:  $\sqrt{\text{pos}} + \emptyset + \emptyset + \emptyset$

*pose*:  $\sqrt{\text{pos}} + e + \emptyset + \emptyset$

*poseron*:  $\sqrt{\text{pos}} + e + \emptyset + \text{ron}$

Assim como outros verbos, não foram mapeadas formas na primeira pessoa do singular. Para a terceira pessoa do singular, foi encontrada a forma *pos*, com 20 ocorrências, e, assim como Mattos e Silva (1989, p.370), mapeamos, além de *pos*, a forma *pose*, com 5 ocorrências (cf. 312.86, 318.51, 354.32, 355.111, 414.38).

Para Maia (1997 [1986], p.733), as formas com a conservação da vogal final devem ser interpretadas como castelhanismos, como é o caso de *puse* ou *pose*. De acordo com a autora, essas formas são pouco recorrentes, sendo registradas em apenas dois documentos galegos do século XVI.

- Verbo *ir* (PA) = *ir* (PB)

**Tabela 15.** Ocorrências do verbo *ir*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>fui, fuy</b>	9 (0,9%)
2ª pessoa do singular	<b>fuste</b>	13 (1,4%)
3ª pessoa do singular	<b>foi, foy</b>	734 (77,2)
1ª pessoa do plural	<b>fomos</b>	3 (0,3%)
2ª pessoa do plural	<b>fostes</b>	1 (0,1%)
3ª pessoa do plural	<b>foron</b>	191 (20,1%)
Total	951 (100%)	

Fazendo a representação da estrutura morfológica, temos:

(110)

*fui*:  $\sqrt{\text{fu}} + \emptyset + \emptyset + i$

*fuste*:  $\sqrt{\text{fu}} + \emptyset + \emptyset + \text{ste}$

*foi*:  $\sqrt{\text{fo}} + \emptyset + \emptyset + i$

*fomos*:  $\sqrt{\text{fo}} + \emptyset + \emptyset + \text{mos}$

*fostes*:  $\sqrt{\text{fo}} + \emptyset + \emptyset + \text{stes}$

*foron*:  $\sqrt{\text{fo}} + \emptyset + \emptyset + \text{ron}$

Ao observarmos a representação, notamos que a conjugação do verbo *ir* no PA é idêntica à do PB. Na terceira pessoa do singular, além da forma *foi*, ocorre também a variante *foy*, que representa apenas uma variação ortográfica. Mattos e Silva (1989, p.371) também



mapeou a forma *fusti* para a segunda pessoa do singular, concorrendo com a forma *fuste*. Nas CSM não foi mapeada a forma verbal *fusti*, apenas *fuste*.

De acordo com Monteiro (2002, p.115), as formas com o radical do pretérito perfeito são iguais a do verbo *ser*. Câmara Jr. (1976 [1970], p.158) afirma que o radical *fū/fũ* do verbo *esse* (“ser” em latim) passou simultaneamente para o português nos verbos *ser* e *ir*. No PB, o radical *fu-* ficou selecionado para a 1ª pessoa do singular, e *fo-* para as demais pessoas.

d) Verbo que opõe a primeira e terceira pessoa do singular pela alternância *u:o* e apresenta lexema heterônimo com alternância *e:i*. Faz parte dessa categoria o verbo *seer*.

Os lexemas são:

(111)

FU-:

FO-

- Verbo *seer* (PA) = *ser* (PB)

**Tabela 16.** Ocorrências do verbo *seer*.

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>fui</b>	10 (1,3%)
2ª pessoa do singular	<b>fuste</b>	22 (2,8%)
3ª pessoa do singular	<b>foi, foy</b>	683 (85,7%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural	<b>fostes</b>	1 (0,1%)
3ª pessoa do plural	<b>foron</b>	81 (10,2%)
Total		797 (100%)

Morfologicamente, temos:

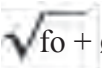
(112)

*fui*:  $\sqrt{\text{fu}} + \emptyset + \emptyset + i$

*fuste*:  $\sqrt{\text{fu}} + \emptyset + \emptyset + \text{ste}$

*foi*:  $\sqrt{\text{fo}} + \emptyset + \emptyset + i$

*fostes*:  $\sqrt{\text{fo}} + \emptyset + \emptyset + \text{stes}$

*foron*:  fo + ø+ ø + ron

Analisando os dados, não foi mapeada nenhuma ocorrência na 1ª pessoa do plural. Conforme já foi citado, ressaltamos que, segundo Câmara Jr. (1976[1970], p.158), havia uma variação livre entre o radical *fu-* e o radical *fo-*. Em português, assim como ocorre com o verbo *ir*, fixou-se *fo-*, mas a alternância entre *o:u* serviu de modelo para que se selecionasse *fu-* para a 1ª pessoa do singular, ficando *fo-* para as demais pessoas, que, segundo Câmara Jr. (1976 [1970], p.158), conservam a vogal do tema, reduzida a um /i/ assilábico na 1ª e na 3ª pessoas do singular.

Maia (1997, p.823) afirma que originariamente existia a forma *foi* tanto para a 1ª quanto para a 3ª pessoa do singular. A distinção entre as duas pessoas teria, segundo a autora, surgido anos mais tarde, quando o ditongo *-oi-* passou a *-ui-* e a língua literária teria reservado para a primeira pessoa a forma *fui* e para a terceira a forma *foi*.

Ainda sobre essa distinção, Williams (1961 [1938], p.236) afirma que a “confusão” entre *fui* e *foi* era muito frequente em português arcaico e continua ainda em alguns falares regionais.

e) O verbo *veer*

- *Verbo veer* (PA) = *ver* (PB)

**Tabela 17.** Ocorrências do verbo *veer*.

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>vi</b>	26 (4,9%)
2ª pessoa do singular	<b>viste</b>	3 (0,6%)
3ª pessoa do singular	<b>vyu,viu</b>	353 (66,4%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural	<b>vistes</b>	2 (0,4%)
3ª pessoa do plural	<b>viron</b>	148 (27,8%)
Total		532 (100%)

Como podemos observar na tabela 17, a conjugação do verbo *veer* manteve a mesma forma que encontramos hoje no PB, apresentando a forma com a VT /i/ para todas as pessoas do pretérito perfeito do modo indicativo. Não foram mapeadas formas das 1ª e 2ª pessoas do plural.

Mattos e Silva (1989, p.372) encontrou para a terceira pessoa do singular, além de *viu*, a forma *vio*. Nas CSM não foi mapeada a forma *vio*, somente *viu*.

Monteiro (2002, p.120) afirma que este verbo pertence a duas conjugações, assim como outros verbos que já foram apresentados. De acordo com autor, nos tempos conjugados pelo infinitivo, o radical é  $\sqrt{ve-}$ , já nos que seguem o pretérito perfeito passa a  $\sqrt{vi-}$ .

Veja os exemplos retirados de *Aulete* (2011):

(113)

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro do Presente	Pretérito M.Q. Perfeito
Eu vejo	Eu via	Eu verei	Eu vira
Tu vês	Tu vias	Tu verás	Tu viras
Ele vê	Ele via	Ele verá	Ele vira
Nós vemos	Nós víamos	Nós veremos	Nós víramos
Vós vedes	Vós víeis	Vós vereis	Vós víreis
Eles vêem	Eles viam	Eles verão	Eles viram

Observando a tabela com as ocorrências dos dados, notamos que a conjugação do verbo *ver* em PA segue o mesmo paradigma que temos hoje para o PB.

## 5.2 Verbos do tipo 2

Os verbos do tipo 2 são aqueles que possuem lexemas invariáveis para os tempos do não-perfeito e que se opõem ao lexema específico para o perfeito. Fazem parte dessa categoria os verbos: *saber*, *prazer*, *estar* e *dar*, que foram subdivididos em três categorias de acordo com suas especificidades.

a) O lexema dos tempos do perfeito se caracteriza pela ditongação, em oposição ao lexema dos tempos do não-perfeito. Fazem parte dessa categoria os verbos *saber* e *prazer*.

Os lexemas são os seguintes:

(114)

SAB-: SOUB-

PRAZ-: PROUG-

- *Verbo saber (PA) = saber (PB)*

**Tabela 18.** Ocorrências do verbo *saber*.

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular		
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>soube</b>	42 (65,6%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>souberon</b>	22 (34,4%)
Total		64 (100%)

Morfologicamente, temos:

(115)

*soube*:  $\sqrt{\text{soub}} + e + \emptyset + \emptyset$

*souberon*:  $\sqrt{\text{soub}} + e + \emptyset + \text{ron}$

Ao observarmos os dados da tabela, verificamos que só foram mapeadas as formas da 3ª pessoa do singular e da 3ª pessoa do plural. Porém, os dados já são suficientes para mostrar a ditongação no radical. Mattos e Silva (1989, p.373), encontrou, além de *soube*, para a terceira pessoa do singular, a forma *soubi*. Nas CSM não foi mapeada essa forma.

A autora ainda afirma que “possivelmente o verbo *cabrer* [...] se inclui neste caso” (MATTOS E SILVA, 1989, p.372). Nas CSM também não foi mapeado o verbo *cabrer*.

- *Verbo prazer (PA) = agradar (PB)*

**Tabela 19.** Ocorrências do verbo *prazer*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular		
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>prougue</b>	8 (100%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural		
Total		8 (100%)

Durante a coleta dos dados foi mapeada apenas uma forma do verbo *prazer*, na terceira pessoa do singular. Morfologicamente temos:

(116)

*prougue*:   $\sqrt{\text{proug}} + e + \emptyset + \emptyset$

Apesar de ser só uma ocorrência, ela apresenta a ditongação no lexema. Mattos e Silva (1989, p.374) também encontrou em seu *corpus* a forma *prougue* para a terceira pessoa do singular. Tais fatos nos permitem criar a hipótese de que esse verbo pertence a essa categoria.

b) O verbo *estar*, que apresenta o lexema EST- para os tempos do não-perfeito e para os tempos do perfeito, apresenta lexema específico com alternância *i:e* – ESTIV-, ESTEV-, que opõe primeira e terceira pessoas do singular, seguindo as demais pessoas a forma em *e*.

- *Verbo estar* (PA) = *estar* (PB)

**Tabela 20.** Ocorrências do verbo *estar*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular		
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>esteve</b>	15 (25,0%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>esteveron</b>	5 ( 75, 0%)
Total		20 (100%)

Fazendo a representação morfológica, temos:

(117)

*esteve*:   $\sqrt{\text{estev}} + e + \emptyset + \emptyset$

*esteveron*:   $\sqrt{\text{estev}} + e + \emptyset + \text{ron}$

Nas CSM não foram mapeadas formas na 1ª e na 2ª pessoas do singular, e nem na 1ª e na 2ª do plural. Mattos e Silva (1989, p.375), em seu *corpus*, também não mapeou essas pessoas, mas nos traz uma hipótese de como seria a conjugação completa do verbo *estar* no pretérito perfeito do modo indicativo: *estive, esteveste, esteve, estivemos, estevestes e estiveron*.

Monteiro (2002, p.125) afirma que no PB o verbo *estar* na primeira e na terceira pessoas do singular é atemático. O traço básico que difere as duas formas é a alternância vocálica no radical, como já havia dito Mattos e Silva (1989): [*estive*]~[*esteve*]. De acordo com o autor, a alternância /i/~/ê/ constitui o traço distintivo entre as formas *estive* e *esteve* e, nesse caso, o que temos é uma flexão interna, pois as desinências não existem, e, assim, não há motivo para falar em vogal temática. Veja a representação feita por Monteiro (2002, p.125):

(118) [estiv]e] ø] ø] ; [estev]e] ø] ø]

Porém, como se trata de um caso esporádico, para Monteiro (2002, p.125), “talvez seja preferível usar os zeros desinenciais e, nessa hipótese, o /e/ final pode ser considerado vogal temática”.

Por sua vez, o que Monteiro (2002) chama de flexão interna corresponde na verdade à alomorfa do radical. De acordo com Kury et al. (1977, p.180), verbos como *estar, sentir, caber*, entre outros, são considerados “irregulares” por apresentarem alteração no radical ou na desinência. Abreu (2003, p. 308) diz que existem verbos em que o radical sofre alterações fonéticas ou cujas desinências não seguem o paradigma usual dos verbos da conjugação. No caso de *estar*, temos *estou* (a terminação usual é *-o*) e *estive* (a terminação usual é *-ei*).

Monteiro (2002, p.113) ainda afirma que o verbo *estar* pertence a duas conjugações. Nos tempos verbais do pretérito enquadram-se na segunda conjugação, com vogal temática *e*. Já nos demais tempos o paradigma segue a primeira conjugação com vogal temática *a*.

Exemplificando, temos:

(119)

<b>Presente do indicativo</b>	<b>Pretérito M.Q. Perfeito</b>
Eu estou	Eu estivera
Tu estás	Tu estiveras
Ele está	Ele estivera
Nós estamos	Nós estivéramos
Vós estáveis	Vós estivéreis
Eles estão	Eles estiveram

E, por fim, Laroca (2005, p. 41) denomina de morfema substitutivo o processo de substituição ou alternância de vogais no morfe da raiz. A autora cita como exemplo de morfemas substitutivos (ou replacivos) as oposições número-pessoais e modo-temporais em verbos “irregulares” como *fiz/fez*, *tive/teve* e *estive/esteve*.

c) O verbo *dar* apresenta o lexema D- seguido de VTa nos tempos do não perfeito e de VTe nos tempos do perfeito.

- *Verbo dar* (PA) = *dar* (PB)

**Tabela 21.** Ocorrências do verbo *dar*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>dey, dei</b>	6 (2,0%)
2ª pessoa do singular	<b>desti, diste</b>	2 (0,7%)
3ª pessoa do singular	<b>deu</b>	201 (66,8%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>deron</b>	92 (30,6%)
Total		301 (100%)

A representação morfológica das formas verbais acima é a seguinte:

(120)

*dei*:  $\sqrt{d} + e + \emptyset + i$

*desti, diste*:  $\sqrt{d} + e + \emptyset + sti$  (ste)

*deu*:  $\sqrt{d} + e + \emptyset + u$

*deron*:  $\sqrt{d} + e + \emptyset + ron$

Ao observarmos a tabela notamos que as formas do verbo *dar* em PA são muito semelhantes às formas do PB. Mesmo na segunda pessoa do singular, o que ocorre é apenas uma variação gráfica de *desti~diste* (PA) ~ *deste* (português atual).

Maia (1997, p.775) afirma que a flexão do pretérito perfeito possui algumas particularidades interessantes. Na primeira pessoa aparece a forma terminada em ditongo *-ey* (*ei*), mas também em alguns documentos da Galiza há uma forma terminada em *-i* (cf. *di*), que, segundo a autora, se dá por influência analógica da mesma pessoa dos verbos regulares da segunda e terceira conjugações.

Esse fenômeno é muito comum durante o processo de aquisição da linguagem. De acordo com Scarpa (2009, p.224 e 226), com as primeiras palavras, aparece também a flexão ou a aparente flexão. Segundo a autora, a flexão é aparente pois, em muitos casos, não há ainda evidência de que realmente as flexões representam morfemas categoriais ou de classes gramaticais como na linguagem adulta.

Rossi (2010) também afirma em seus estudos que o ser humano quando nasce possui três necessidades básicas: *comer, beber e dormir* - e que esses verbos estão presentes na fala dos pais ou de pessoas mais próximas ligadas à criança. Quando observamos a conjugação dessas formas verbais e de grande parte de outros verbos utilizados no cotidiano da criança, como *sair, ver, assistir e cair*, na primeira pessoa do singular do pretérito perfeito, notamos a regularidade de terminação em ‘i’ (*comi, bebi, dormi, saí, vi, assisti, caí*). Dessa regularidade, a criança extrai a regra de que a primeira pessoa no passado termina em ‘i’ e a ‘fórmula’ é aplicada para outros verbos de seu vocabulário, os quais ela nunca ouviu em primeira pessoa e no passado. Constrói, então, orações do tipo: “*Eu gosti*”, “*Eu fazi*”, “*Eu di*”.

Retomando os dados do PA, na 3ª pessoa, segundo Maia (1997 [1986], p.776), convivem duas formas: *deu* e *dou*, sendo esta última formada por analogia com a terminação da mesma pessoa dos verbos regulares da primeira conjugação. Nas CSM não foram mapeadas as formas *di* e *dou*.

No PB, Monteiro (2002, p.123) afirma que, pelas divergências das vogais temáticas, as flexões do verbo *dar* podem ser consideradas como pertencentes a duas conjugações. Tempos formados a partir do tema do infinitivo, como o futuro do presente (*darei*), são considerados da primeira conjugação. Já os tempos do perfeito, como o imperfeito do subjuntivo (*desse*), são da segunda conjugação.

No caso do pretérito perfeito do indicativo, a primeira pessoa do singular obedece à primeira conjugação, pois o [e] temático é alomorfe de [a]. Já nas demais pessoas, o verbo se



enquadra no paradigma da segunda conjugação (MONTEIRO, 2002, p.124). Exemplificando, temos:

(121)

<b>Pretérito Perfeito</b>	<b>Pretérito Perfeito</b>	<b>Pretérito Perfeito</b>
<b>Eu dei</b>	<b>Eu cantei</b>	<b>Eu vendi</b>
Tu deste	Tu cantaste	Tu vendeste
Ele deu	Ele cantou	Ele vendeu
Nos demos	Nós cantamos	Nós vendemos
Vós destes	Vós cantastes	Vós vendestes
Eles deram	Eles cantaram	Eles venderam

Observando os exemplos acima notamos que a primeira pessoa do singular do verbo *dar* segue o mesmo paradigma dos verbos da primeira conjugação. Temos *dei* e *cantei*. Já as demais pessoas se enquadram no paradigma da segunda conjugação, já que o [e] do radical não é alomorfe da vogal temática [a], pois o contexto não proporciona esse tipo de mudança. Isso fica claro quando comparamos a conjugação do verbo *dar*, a partir da 2<sup>a</sup>ps com qualquer outro verbo de segunda conjugação conjugado no pretérito perfeito.

### 5.3 Verbos do tipo 3

São aqueles que apresentam variação no lexema em tempos do não-perfeito e o lexema dos tempos do perfeito é o mais generalizado para os tempos do não-perfeito. Fazem parte dessa categoria os verbos: *ouvir*, *pedir*, *morrer*, *soer*, *sair* e os verbos terminados em *-cer*.

a) A variação do lexema opõe a primeira pessoa do indicativo e todas as pessoas do subjuntivo presente aos outros tempos do não-perfeito e do perfeito. São os verbos: *ouvir*, *pedir*, *morrer* e os verbos terminados em *-cer*.

- *Verbo oir (PA) = ouvir (PB)*

**Tabela 22.** Ocorrências do verbo *ouvir*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>oý</b>	84 (38,2%)
2ª pessoa do singular	<b>oisti</b>	1 (0,5%)
3ª pessoa do singular	<b>oyu</b>	89 (40,5%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural	<b>oistes,oystes</b>	8 (3,6%)
3ª pessoa do plural	<b>oiron</b>	38 (17,3%)
Total		220 (100%)

- *Verbo pedir (PA) = pedir (PB)*

**Tabela 23.** Ocorrências do verbo *pedir*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>pidi</b>	3 (7,1%)
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>pediu</b>	34 (81,0%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>pidiron,pidiron</b>	5 (11,9%)
Total		42 (100%)

- *Verbo morrer (PA) = morrer (PB)*

**Tabela 24.** Ocorrências do verbo *morrer*

		Ocorrências no <i>Corpus</i>
1ª pessoa do singular	<b>morri</b>	2 (3,6%)
2ª pessoa do singular		
3ª pessoa do singular	<b>morreu</b>	45 (81,8%)
1ª pessoa do plural		
2ª pessoa do plural		
3ª pessoa do plural	<b>morreron</b>	8 (14,5%)
Total		55 (100%)

- *Verbos terminados em -cer*

Nas CSM foram mapeadas as seguintes ocorrências com a terminação *-cer*:

- (122) *Conhecer (connocer): connoceu: 11 ocorrências*  
*connoceron: 2 ocorrências*
- Crececer: creceeu: 20 ocorrências*  
*crececeron: 2 ocorrências*
- Nacer: nasceu~naceu: 21 ocorrências*
- Parecer: pareceu: 19 ocorrências*

O que todos esses verbos apresentam em comum é o fato de terem um lexema específico para a primeira pessoa do singular (cf. *conheç-*, *creaç-*, *naç-* *pareç-*) e todo o presente do subjuntivo, diferentemente dos demais tempos, incluindo o perfeito.

Segundo Mattos e Silva (2006, p.135), esses verbos aparecem com grande frequência no português arcaico e são classificados em dois grupos. No primeiro grupo estão os verbos que apresentam os lexemas fechados por sibilante, primeiro africada /ts/, depois fricativa /s/, grafada <ç>, decorrente do étimo latino em que as formas correspondentes apresentam um semivogal anterior, segundo a consoante final do lexema. No segundo grupo ficam reunidos os verbos que terminam seu lexema pelo sufixo derivacional incoativo no latim <-scere>.

As formas mapeadas se mantiveram no PB e apenas alguns ajustes ortográficos ocorreram, como no caso de *connocer*, *crecer* e *nacer*, que passaram a *conhecer*, *crescer* e *nascer*. Portanto, neste caso, não houve mudanças linguísticas do PA para o PB. Apenas notamos uma evolução da ortografia ao longo dos anos.

#### **5.4 Considerações sobre a variação nos verbos de padrão especial.**

Nessa subseção faremos algumas considerações sobre as variações encontradas nos verbos de padrão especial, que não são específicas da morfologia verbal. Trataremos da variação gráfica e da variação na representação gráfica da vogal temática.

##### *5.4.1 Variação gráfica.*

Nesse caso enquadra-se a variação da representação de segmentos ora nasalizados, ora não nasalizados, nos verbos *teer~têer*, *viir~vïir*, *poer~põer*. Como já mencionamos, as

variantes sem marcas gráficas de nasalidade podem indicar uma pronúncia variável sem marcas de nasalidade ou pode ainda indicar um lapso na grafia dessa marca.

Sobre esse assunto, Said Ali (1964 [1931], p.109) afirma que no PB o verbo *vir* tem a forma *vim*, retendo a nasalização antiga, já que em português arcaico existiam formas como *vêeste*, *vêo*, *vêeron*. Levando em consideração a opinião do autor, podemos levantar a hipótese de que se trata de uma variação da pronúncia até se estabelecer a forma atual no PB, que apresenta a nasalidade, e não apenas tratar essas formas como um lapso na ortografia.

De acordo com Mattos e Silva (1989, p.391), outro tipo de variação é a que incide na representação da consoante que fecha o lexema dos tempos do perfeito dos verbos *dizer* e *fazer*. Essa consoante ora ocorre representada pela sibilante anterior ora pela posterior (*diss~dix*; *fiz~fig*). Segundo a autora “nesses casos a representação gráfica que correspondente à realização não-palatalizada é mais comum” (MATTOS E SILVA, 1989, p.391).

#### 5.4.2 Variação na representação gráfica de VT

Dividimos essa categoria em três subitens para melhor compreensão dos dados. A primeira diz respeito à variação *e~i* que ocorre em alguns verbos de padrão especial, quase todos com VT*e*. O segundo tipo é a variação de algumas formas verbais que possuem a VT precedida de uma consoante que pode fechar a sílaba. E, por fim, o terceiro tipo ocorre quando a VT em sílaba acentuada é representada por *e* ou *i* na segunda pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo.

- a) Variação entre *e~i* na representação da VT de alguns verbos de padrão especial.

Na primeira e na terceira pessoas do singular do pretérito perfeito do modo indicativo dos verbos *saber*, *trager* e *aver*, a vogal final que correspondente à VT está ora representada por *e* ora por *i*:

As formas são as seguintes:

(123)

*soubE ~ soubI*  
*trouxE ~ trouxI*  
*ouvE ~ ouvI*

O verbo *poder* também apresenta essa variação na primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo: *pu*d*I ~pu*d*E* . De acordo com Mattos e Silva (1989, p.392), as formas que apresentam a grafia em *e* são mais recorrentes do que as que possuem a grafia *i*. Tal fato foi comprovado nas CSM também durante a coleta dos dados:

(124)

soubE : 1 ocorrência  
 trouxE: 1 ocorrência  
 ouvE: 181 ocorrências ~ ouvI: 1 ocorrência

Observando os exemplos, podemos notar que as formas que apresentam a grafia *e* são mais recorrentes. Não foi mapeada nenhuma forma do verbo *poder* na primeira pessoa do singular.

Sobre esta neutralização das vogais átonas finais, Fonte (2010, p.176) afirma que, no que diz respeito ao grafema <i>, este ocorre esporadicamente, nas CSM, sobretudo em algumas formas verbais (ex. *fezisti, ouvi, etc.*), sempre variando com o grafema <e> (ex. *feziste, ouve etc.*). Segundo a autora, pode-se dizer, portanto, que a vogal átona final anterior está representada, nas CSM, de uma maneira geral e quase invariável, pelo grafema <e>.

Ainda sobre essa alternância, Maia (1997 [1986], p.375 e 376) declara que:

Em posição final, quer em final absoluto quer quando entravado por sibilante ou nasal, ocorre habitualmente, de modo relativamente estável, o grafema *e*. Contudo, nos textos estudados, registrei também formas em que, em vez do grafema *e*, surge o grafema *i*. [...] O uso do grafema *-i* em vez de *-e* reflete um fenômeno que já existiria na língua falada de então e que se manifesta ainda em vastas zonas dos atuais falares galego-portugueses: a realização de /e/ final como [i] ou como uma vogal de timbre intermédio entre *-e* e *-i*.

Fonte (2010, p.182) ainda declara que foram encontrados pouquíssimos casos de variação entre <e> e <i>, em posição átona final, nas CSM. Na grande maioria dos casos identificados, a variação ocorre entre formas verbais, conforme mostram os exemplos a seguir:

(125)

*ouve* (CSM 1, 2, 4, 5, 7) / *ouvi* (CSM 25, 38)

a.

Outra razon quero contar  
 que ll' **ouve** pois contada  
 a Madalena: com' estar  
 vyu a pedr' entornada[...] (CSM 1, v.43 - 46)

b.

O crischão disse: “Fiel  
 bõo tenno que t' ey pagado:  
 a Virgen, madre do donzel  
 que no altar ch' **ouvi** mostrado,  
 que te far ben connocer  
 como foi, ca non mentiria;  
 e tu non queras contender  
 com ela, que mal t' en verria.” (CSM 25, v.140 -147)

(126)

*ouviste* (CSM 241, 350, 420, 422) / *ouvisti* (CSM 40)

a.

“Ai Virgen groriosa, | tu que un fill' **ouviste**  
 por salvaçon do mundo | e criast' e nodriste [...] (CSM 241,v.64-65)

b.

[...]esto foi por que **ouvisti**  
 gran sen e cordura  
 em creer quando oisti,  
 ssa mesageria. (CSM 40, v.20- 23)

(127)

*dixe* (CSM 55, 125, 144, 233, 238) / *dixi* (CSM 196)

a.

Compretas e madodinnos | ben ant' a ssa majestade.  
 Mais o demo, que sse paga | pouco de virgĩidade,  
 fez, como eu ja **dixe**, | que sse foi con un abade,  
 que a por amiga teve | un mui gran tenp' en Lisboa. (CSM 55, v. 15-18 )

b.

Mente. E porent' aqeste | que vos **dixi** da primeira,  
 sacerdote dos gentiis, | queria de gran maneira  
 compõer hũa omagen | d' ídolo, que de certa  
 cousa lle desse resposta | faland' e non fosse muda.  
*Senpre punnou muit' a Virgen | per u fosse connoçada.* (CSM 196, v.22-26)

(128)

*diste (CSM 105) / disti (CSM 40)*

pois acordou, muito braadava  
 dizendo: “ Porqué me fust’ enganar,  
 Santa Maria, pois en ti fiava?  
 ca en lugar de me dereito dar,  
**diste**-me fogo que tan mal queimava. (CSM 105, v.91-95)  
 Salve-te Deus, ca nos **disti**  
 en nossa figura  
 o seu fillo que **trouxiste**,  
 de gran fremosfera,[...] (CSM 40, v.25- 28)

(129)

*feziste (CSM 6, 14, 32, 75, 84) / fezisti (CSM 40)*

E pois que entrou, viu outros | maiores que os de fora,  
 muit’ espantosos e feos, | e negros mui más ca mora,  
 dizendo: “Sal acá, alma, | ca já tempo é e ora  
 que polo mal que **feziste** | sejas senpr’ atormentada.” (CSM 75, v.153- 156)

Salve-te, que enchoisti  
 Deus gran sen mesura  
 en ti, e dele **fezisti**  
 om’ e creatura; (CSM 40, v.16- 19)

A respeito da variação *-iste* e *-isti*, Fonte (2010, p.181) faz uma análise da CSM 40:

(130)

*Deus te salve, groriosa  
 Rea Maria,  
 Lume dos Santos fremosfera  
 e dos Ceos Via.*

Salve-te, que **concebiste**  
 mui contra natura,  
 e pois teu padre **pariste**  
 e ficaste pura  
 Virgen, e poren **sobiste**  
 sobela altura  
 dos ceos, porque **quesiste**  
 o que el queria.  
*Deus te salve groriosa...*

Salve-te, que **enchoisti**  
 Deus gran sen mesura  
 en ti, e dele **fezisti**

om' e creatura;  
 esto foi porque **ouvisti**  
 gran sen e cordura  
 en creer quando **oisti**,  
 ssa mesageria.  
*Deus te salve, groriosa...*

Salve-te Deus, ca nos **disti**  
 en nossa figura  
 o seu Fillo que **trouxisti**,  
 de gran fremosfera,  
 e con el nos **remisti**  
 da mui gran locura  
 que fez Eva, e **vencisti**  
 o que nos vencia.  
*Deus te salve, groriosa...*

Salve-te Deus, ca **tollisti**  
 de nos gran tristura  
 u por teu Fillo **frangisti**  
 a carcer escura  
 u yamos, e **metisti**  
 nos en gran folgura;  
 con quanto ben nos **visti**,  
 queno contaria?  
*Deus te salve, groriosa.*

Ao observar os dados, a autora diz que

essas duas terminações representam um mesmo som, um som bastante próximo (com diferença nada ou muito pouco perceptível), uma vez que, conforme se pode observar, as mesmas rimas são repetidas em todas as estrofes: *-iste, -ura, -iste, -ura, iste, -ura, -iste, -ia, -osa, -ia, -osa e -ia*. Pode-se dizer, pois, que esse fato constitui um argumento a favor de se considerar que, no PA, não havia oposição fonológica entre /e/ e /i/, em posição átona final. (FONTE, 2010, p.181)

Fonte (2010, p,182) conclui dizendo que, a partir do dados apresentados, pode-se dizer que, no PA, não havia, de fato, distinção fonológica entre as vogais /e/ e /i/, em posição átona final. Os casos de variação entre os grafemas <e> e <i>, nos exemplos acima indicados, apontam no máximo para possíveis variações fonéticas na realização desse fonema, no PA.



b) Ocorre variação na representação das formas verbais em que a VT está precedida por uma consoante que pode fechar a sílaba. Fazem parte dessa categoria os verbos *querer*, *poer* e *fazer*.

As formas são:

(131)

fez ~ fezE  
fiz ~ fizI  
pos ~ posE  
quis ~ quisE

De acordo com Mattos e Silva (1989, p.392), as formas com apócope de VT são mais frequentes. Ainda segundo a autora, verbos de estrutura semelhante como *jazer* e *dizer* só apresentam formas com a VT = Ø.

Mattos e Silva (1989, p.392) afirma que do contexto em que essas formas ocorrem se depreende que sempre é escolhida a forma com VT quando a ela seguem os pronomes *o*, *os*, *a*, *as*. Nesse contexto nunca ocorre forma apocopada. Nas CSM encontramos alguns exemplos que comprovam a afirmação da autora:

(132)

ESTA É DE COMO SANTA MARIA TOLLEU A ALMA DO MONGE  
QUE SS' AFOGARA NO RIO AO DEMO, E **FEZE-O** RESSOCITAR.  
(CSM 11, v.1-2)

(133)

A madre con gran pesar  
e con mui gran quebranto  
começou log' a chorar  
por seu fill' e fez chanto;  
e pois **feze-o** chamar  
e disse-ll' em ton tanto [...]. (CSM 115, v.130-135)

Observe que nos dois exemplos as formas verbais são acompanhadas de pronomes átonos. Não foram encontradas as formas *fizi* e *puse* durante a coleta dos dados. A forma *quiso* não apresentou nenhuma ocorrência com o pronome posposto.

c) A VT em sílaba acentuada está representada por *e* ou por *i* na segunda pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo em alguns verbos de padrão especial.

As formas são as seguintes:

(134)

dessEsti ~ desIsti  
 fezEsti ~ fezIsti  
 quisEsti ~ quisIsti ~ quesIsti

Nas CSM foram encontradas as seguintes formas para o verbo *fazer*:

(135)

*fezIsti*: 1 ocorrência (cf. CSM 40.18)  
*fezEste*: 1 ocorrência (cf. CSM 21.41)  
*fezIste*: 6 ocorrências (cf. CSM 15.62,32.39,75.156,84.63,132.114 e 165.50)

Não foram mapeadas formas dos verbos *querer* e *dizer* na segunda pessoa do singular. Note que a forma que é mais recorrente do verbo *fazer* é a que está grafada com /i/. Vale ressaltar que nos verbos de padrão regular o sufixo MNP (modo-número-pessoa) é sempre grafado por /i/. Já no caso dos verbos de padrão especial ocorrem alguns verbos que não apresentam a variação entre /e/ e /i/. São eles: *saber*, *haver* e *trouver* (*trouxe*). Esses verbos só aparecem na segunda pessoa do singular na seguinte forma: *ouvEsti*, *soubEsti* e *trouvEsti*. Nas CSM não foi mapeada nenhuma dessas formas.

Um outro tipo de variação observada no *corpus* é a variação de lexemas decorrentes de étimos distintos. De acordo com Mattos e Silva (1989, p.395), o verbo *trager* apresenta nos tempos do perfeito os lexemas variantes TROUV- e TROUX-. No *corpus* de Mattos e Silva (1989, p.395) a forma TROUV- é a mais recorrente. Já nas CSM no que ocorreu foi o inverso. A forma mais mapeada foi TROUX-. Mattos e Silva (1989, p.395) ainda afirma que no português arcaico para o verbo *trager* havia também o lexema TROUG-, que não fora documentando em seu *corpus* e nem nas CSM.

Além do verbo *trager*, os verbos *jazer* e *prazer* também possuíam lexemas variáveis para os tempos do perfeito. São eles: JOUV-~JOUG- e PROV-~PROUG. Nas CSM os lexemas mais recorrentes são JOUV- e PROUG-.

A respeito dessa alternância de lexemas, Mattos e Silva (1989, p.395) diz que “essa variação poderia indicar que houvesse para esses verbos em disponibilidade no latim hispânico três bases lexemáticas do tipo: \*-ouu-, \*-auc- e \*-aux, que resultaram nos lexemas

portugueses”. Por sua vez, Williams (1961[1938], §188.5) propõe que os étimos JOUV- e PROUG- provêm da forma clássica latina *jacui* e *placui* e considera analógicas com *houve* do verbo *haver* as formas *jouve* e *trouve*.

Já para o verbo *trager*, Williams (1961[1938], §167.3 e § 200.60) propõe dois étimos distintos: *\*tracui* e *\*traxui*, que no português arcaico correspondem a *trougue* e *trouxe*. Piel *apud* Mattos e Silva (1989, p.396) afirma que além das variantes apontadas há outra de base *treix-* para as formas do perfeito do verbo *trager* (*trazer*).

Mattos e Silva (1989) e Câmara Jr (1976[1970]) afirmam que, de todos os verbos de padrão especial, o que mais apresenta complexidade mórfica é o verbo *seer*. De acordo com Mattos e Silva (1989, p.396), esse fato decorre de as formas desse verbo provirem da fusão de dois verbos distintos: *esse* (= *ser*) e *sedere* (= *sentar*) (cf. Nunes, 1960; Williams, 1961; e Câmara Jr, 1976 [1970]).

Os lexemas dos tempos do perfeito - FU~FO - provêm do verbo *esse*. Os demais tempos do não-perfeito possuem como lexema as seguintes formas: SO-, SON-, E-, ER-. Já os lexemas originados de *sedere* são SE-, SEJ- e SI-, para os outros tempos do não perfeito, que não possuem lexema provindo do verbo *esse*.

Vale ressaltar que as formas do pretérito perfeito do verbo *ir* também provêm da mesma base alternante FU~FO, originária do verbo *esse*. Já as formas dos tempos do não-perfeito possuem os morfemas I- e VA-, que, por sua vez, provêm dos verbos latinos *ire* e *vadere* (cf. Williams, 1961[1938], § 187).

## 5.5 Considerações finais

Nesta seção realizamos a análise dos dados mapeados nas CSM, relativos aos verbos irregulares, que apresentam características específicas e por isso são denominados de verbos de padrão especial. Por meio da análise dessas formas verbais, podemos concluir que, desde o PA, as formas verbais irregulares do pretérito perfeito já apresentavam um estágio avançado na sua evolução histórica, já mostrando as características e fenômenos fonológicos que encontramos hoje no sistema verbal do português.

## Conclusão

Os principais objetivos desta pesquisa foram o mapeamento e a análise de processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal através das formas do pretérito perfeito do modo indicativo em PA e em PB e a comparação dos sistemas verbais dessas duas sincronias tanto dos verbos regulares quanto dos verbos de padrão especial.

Ao final da análise dos processos morfofonológicos, nos resultados obtidos, verificamos a alta produtividade da harmonização vocálica e da neutralização e crase da vogal temática em um estágio inicial da língua que denominados de período arcaico.

Na seção 4, pudemos comprovar que os processos morfofonológicos, sobretudo a harmonia vocálica, já ocorriam desde o estágio inicial do português com as mesmas características e produtividade dos dias de hoje, uma vez que, na passagem do latim para o português, as conjugações verbais já eram bastante definidas.

Ao contrário das análises de harmonização vocálica que encontramos para as formas verbais do PB (cf. Harris, 1974; Mateus, 1975; Wetzels, 1991; Schwindt, 2007, 2009), nas formas do pretérito perfeito do modo indicativo no PA, não ocorre a regra de truncamento, pois não identificamos o apagamento da VT, já que não há sufixo modo temporal, mas sim o que ocorre é uma assimilação de traços entre a VT e o sufixo número-pessoal.

Assim, como a harmonização vocálica é bastante produtiva na primeira pessoa do indicativo e em todo o presente do subjuntivo, podemos afirmar, através da análise desenvolvida na seção 4 desta dissertação, que no pretérito perfeito do indicativo esse processo também é bastante significativo e com características peculiares desde o PA.

Como resultado da harmonização vocálica, mapeamos, nas formas verbais conjugadas na primeira pessoa do singular, a ocorrência do processo de monotongação. Apesar de as formas que preservam o ditongo *-ow* terem sido mais recorrentes (90,2%), não podemos descartar o fato de que no PA, mesmo com uma ocorrência baixa (9,8%) já ocorria esse fenômeno de substituição da forma com o ditongo pela forma com a vogal simples *-o*.

No caso dos dados coletados nas *CSM*, observamos que as formas verbais da primeira conjugação, quando conjugadas na terceira pessoa do singular, não recebem nenhum tipo de aplicação de regra morfológica que condicione o processo de monotongação. O que acontece é um caso de reanálise da forma de base, uma vez que uma forma fonética se correlaciona a duas representações fonológicas possíveis.

Em relação ao processo de crase e neutralização da vogal temática, verificamos que ocorre com as formas verbais do pretérito do modo indicativo a neutralização assimilativa, uma vez que temos uma assimilação dos traços da vogal temática com os traços da vogal do sufixo número-pessoal, devido à ausência do sufixo modo-temporal. Nesse caso, há um processo de neutralização condicionado pelo contexto.

Assim como a harmonização vocálica, a neutralização com crase foi bastante produtiva, somando um total de 295 formas que sofrem esse tipo de processo, sendo que, desse total, 188 (70,9%) verbos pertencem à segunda conjugação e 107 (36,3%), à terceira conjugação.

Através das análises, podemos concluir que tanto a conjugação do PA quanto a do PB mantêm na forma subjacente a duração da vogal, tratando-se da conjugação verbal do pretérito perfeito do modo indicativo, na terceira pessoa do singular nas 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> conjugações, respectivamente. Para atestar a veracidade dessa hipótese, levamos em consideração a existência de uma vogal pesada que atrai o acento, no caso, o resultado da fusão da vogal temática /i/ com a vogal /i/ de número-pessoa, mostrando que a conservação do peso silábico na localização do acento em PA deve ser levada em questão.

Além dos processos morfofonológicos, mapeamos também os verbos irregulares, que denominamos nesta dissertação de verbos de padrão especial, pois possuem características próprias que permitem classificá-los em subgrupos que trazem características mórficas semelhantes.

Foram mapeados 5.894 ocorrências de verbos de padrão especial, sendo que os que mais apareceram foram os seguintes: *ser*, *ir*, *fazer*, *dizer*, *ver*, *querer* e *vir*. Fizemos algumas considerações sobre as variações encontradas nessas formas verbais, que não são específicas da morfologia verbal. Tratamos também da variação gráfica com que essas formas são apresentadas no PA e da variação na representação gráfica da vogal temática. Através da análise dos dados concluímos que, desde o PA, as formas verbais irregulares do pretérito perfeito já apresentavam um estágio avançado, com características e fenômenos fonológicos que são semelhantes ao estágio atual da língua.

A metodologia empregada se mostrou relevante, uma vez que possibilitou mapear todas as formas verbais do pretérito perfeito do indicativo no *corpus*, além de evidenciar a grande produtividade dos processos morfofonológicos analisados, uma vez que os dados foram separados de acordo com os processos mapeados.

Finalizando, este estudo permitiu constatar que desde o PA as formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo já apresentavam as mesmas características que

encontramos hoje no PB, sobretudo no que diz respeito aos processos morfofonológicos aqui analisados. Isso é possível, pois, pelo menos no que diz respeito ao aspecto verbal, as conjugações já estavam definidas na passagem do latim para o português (cf. Coutinho, 1958; Silva Neto, 1952; Said Ali, 1964 [1931]).

A relevância desta pesquisa residiu, principalmente, na descrição dos processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal que não são tão estudados no que se refere à constituição verbal da época medieval. Além disso, a abordagem comparativa, do ponto de vista da Linguística contemporânea, não é comum nos estudos sobre estes processos; assim, estudando a formação dos processos verbais da língua portuguesa e comparando-os com os do português arcaico e do português atual, podemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição dos processos morfofonológicos desencadeados pelas flexões verbais nestes dois períodos e para a datação mais precisa dessas alterações.

## Referências

- ABREU, A.S. *Gramática Mínima: Para o Domínio da Língua Padrão*, Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.
- ALI, S.M. *Gramática Secundária e Gramática histórica da Língua Portuguesa*, Brasília: Universidade de Brasília, 1964. 1ª edição:1931.
- ALLEN, M. *Morphological Investigation*, Ph. D. Dissertation, University of Connecticut, Storrs, 1978.
- ALVARENGA, D. *Variations orthographiques, temps d'identification et apprentissage de la langue écrite portugaise: une approche phono-cognitive*. 1993. Thèse de Doctorat Nouveau Régime (Linguistique)-Université de Paris VIII, Paris, 1993.
- D'ANDRADE, E.; LAKS, B. Na crista da onda: o acento de palavra em português. In: *Encontro nacional da associação portuguesa de lingüística*, 7.,1990, Lisboa. Actas... Lisboa: APL, 1991. p. 15-26.
- ARAÚJO, Gabirel Antunes et al. *O acento em português: abordagens fonológicas*. São Paulo: Parábola, 2007.
- ARONOFF, M. *Word fomation in Generative Grammar*, MIT Press, Cambridge, MA, 1976.
- AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 2011.
- BARBOSA, J.M. *Fonologia e morfologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.
- BASILIO, M. *Segmentação e classificação dos morfes*. Cadernos da Puc-RJ, 15, 1974, p.79-87.
- BATISTI, E.; VIEIRA, M.J.B.O Sistema Vocálico do Português. In BISOL, L. (Org) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4ª ed . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro, Lucerna, 2009.
- BERTOLUCCI PIZZORUSSO, V. Afonso X. In LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2002, p.36-41 e 142-146.
- BISOL, L. *Ditongos Derivados*. D.E.L.T.A., São Paulo, v.10, n.especial, p.123-140, 1994.
- BISOL, L. *O acento e o pé métrico binário*. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, n.22, p. 69-80. 1992.
- BISOL, L. *O ditongo na perspectiva da fonologia atual*. D.E.L.T.A, vol.5, nº2, 1989, p.185-224.

- BISOL, L. *Harmonização Vocálica na Fala Culta*. D.E.L.T.A, São Paulo, v. 4, p. 1-20, 1988.
- BISOL, L. *Harmonia Vocálica: uma regra variável*, 1981. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
- BLOMFIELD, L. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984 [1933].
- BORGES, Poliana Rossi. *Estruturas Morfofonológicas das Formas Futuras nas Cantigas de Santa Maria*. 2008, 309f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras- Campus de Araraquara.
- CAGLIARI, L.C. *Análise fonológica – Introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas, Mercado de Letras, 2008.
- CAGLIARI, L.C. *Elementos de fonética do português brasileiro*. São Paulo: Paulistina, 2007.
- CAGLIARI, L.C. *Acento em português*. Campinas. Edição do autor, 1999.
- CAGLIARI, L.C. *Fonologia do Português: análise pela Geometria de Traços e pela Fonologia Lexical*. Campinas: Edição do Autor. 1997.
- CAGLIARI, L.C. *Escrita e Linguística Histórica*, Campinas: Unicamp/IEL, 1990. Inédito.
- CAMARA Jr., J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*. Referente à língua portuguesa. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976. 1.ed em 1970.
- CÂMARA JR., J. M. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- CÂMARA Jr., J. M. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.
- CARVALHO, J. B. Phonological conditions on Portuguese clitic placement: on syntactic evidence for stress and rhythmical patterns. *Linguistics*, Berlin, New York, n. 27, p. 405-436, 1989.
- CEGALLA, D.P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 18 ed. São Paulo: Nacional, 1978, p.94-96.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Mass: Mit Press, 1965.
- CHOMSKY, N; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper e Row, 1968.
- CLEMENTS, G. N. The geometry of phonological features. *Phonology Yearbook*, London, n.2, p. 225-252, 1985.



CLEMENTS, G. N.; HUME, E. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J.A. *The handbook of Phonological Theory*. Cambridge MA, Oxford UK: Blackwell, 1995. p. 245-306.

COSTA, I. B. *O acento em português: estudo de algumas mudanças no modelo da fonologia gerativa*. 1978. Dissertação (Mestrado em Lingüística)-IEL/UNICAMP, Campinas, 1978.

COSTA, D.S. da. *Estudo do Acento Lexical no Português Arcaico por meio das Cantigas de Santa Maria*. Araraquara: Unesp -FCL, 2006, Dissertação de Mestrado.

COUTINHO, I. L. *Pontos de Gramática Histórica*. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

CROF, W. Radical Construction Grammar. *Syntactic Theory in Typological Perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.

CRYSTAL, D. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 35, 82

CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1960.

CUNHA, C.F.; CINTRA, L.F.L. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Faname, 1975.

CUNHA, C., CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1969.

DUARTE, Y. C. M. Á. *As regras de atribuição do acento primário em língua portuguesa*. 1977. Dissertação (Mestrado em Lingüística)-Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

DUBOIS, J. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FERREIRA, M. P. *The Stemma of the Marian Cantigas: Philological and Musical Evidence*. Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria, Cincinnati, n. 6, 1994, p. 58-98.

FERREIRA NETO, W. O acento na língua portuguesa. In: ARAÚJO, G.A. (org) *O acento em português : abordagens fonológicas*. São paulo: Parábola, 2007, p.22-36.

FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. In: ALFONSO X EL SABIO. *Cantigas de Santa María*: Códice Rico de El Escorial. Madrid: Castalia, 1985. p. XI-LXIII.

FONTE, J. S. *O sistema vocálico do português arcaico visto a partir das Cantigas de Santa Maria*. Araraquara: Unesp -FCL, 2010, Dissertação de Mestrado.

GOLDSMITH, J. A. *Autosegmental and metrical phonology*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

GOLDSMITH, J. A. *Autosegmental Phonology*. Doctoral Dissertation (Department of Linguistics)-MIT, Cambridge, MA. 1976.

GONÇALVES, E.; RAMOS, M.A. *A lírica galego-portuguesa* (textos escolhidos), 2.ed. Lisboa: Editorial Comunicação, 1985.

GRANDGENT, C.H. *An introduction to vulgar latin*, New York: Hafner Publishing Company, 1962. p.166-187.

GRANDGENT, C.H. *From Latin to Italian-An historical outline of the phonology and morphology of the Italian language*. Cambridge: Harvard University Press, 1949.

HALLE, M.; MOHANAN, K.P. Segmental phonology of modern English. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass, v.16, n.1, p.57-116, 1983.

HALLE, M.; VERGNAUD, J.R. *An Essay on Stress*. Cambridge, Ma.:MIT Press, 1987

HARRIS, J. Evidence from Portuguese for the Elsewhere Condition in Phonology. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass, v.5, n.1, p.61-80, 1974.

HAYES, B. *Metrical Stress Theory: Principles and Case Studies*. Chicago, London: University of Chicago Press, 1995.

HAYES, B. Inalterability in CV phonology. *Language*, Baltimore MD, v.62, n.2, p.321-352, 1986.

HERNANDORENA, C. L. M. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, L. (org.) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.p. 9-94.

HOGG, R.& McCULLY, C.B. *Metrical Phonology: a coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2007.

JACKENDOFF, R. Some Consequence of lexical Phonology, *Phonology Yearbook 2*, 1985, p.85-138.

JACKENDOFF, R. *Morphological and Semantica Regularities in the Lexicon*, *Language 51*, 1975, p.639-671.

KAGER, Rene. *A metrical theory of stress and destressing in English and Dutch*. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

KEHDI, V. *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática, 2003.

KIPARSKY, P. Some consequences of lexical phonology. *Phonology Yearbook*, London, n.2, p.85-138, 1985.

KIPARSKY, P. From Cyclic Phonology to Lexical Phonology. In: VAN DER HULST, H; SMITH, N. (eds.), *The Structure of Phonological Representations – Part I*. Foris Publications, 1982, p.131-175.

KOCH, I. G.V; *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

KURY, A.G; BUENO, J.R; OLIVEIRA, L.de. *Gramática objetiva da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.

LANGACKER, R. W. Syntactic Reanalysis. In: LI, C. N. (Org.). *Mechanisms of Syntactic Change*. Austin: University of Texas Press, 1977. p. 57-139.

LAPA, M.R. *Cantigas d' Escarnio e do Maldizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portuguesas*. Coimbra: S.A.R.I, 1970.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de Morfologia do Português*. 4ª ed, Campinas, SP: Pontes, Juiz de Fora MG, UFJF, 2005.

LEÃO, A. V. *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio: aspectos culturais e literários*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

LEÃO, Â. V. (2002) *Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X*. Ensaio – Associação Internacional de Lusitanistas (AIL). [<http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm>] (acesso em 17.01.2005)

LEE, S. H. *Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil*. Campinas: IEL/UNICAMP, 1995, Tese de Doutorado.

LEE, S.H. *Fonologia Lexical do Português*. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 23, 1992, p.103-120.

LEITE, Y. F. *Portuguese Stress and Related Rules*. 1974. Tese (Doutorado em Lingüística)-Universidade do Texas, Austin, 1974.

LÉO, Padre. *Buscai as coisas do alto*. São Paulo: Editora Canção Nova, 2006.

LIBERMAN, M.; PRINCE, A. S. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic inquiry*. Cambridge, MA., n. 8, 1977. p. 249-336.

LIBERMAN, M. *The intonational system of English*. Doctoral Dissertation. Department of Linguistics, MIT, Cambridge, MA, 1975.

MAIA, E. M. *Phonological and Lexical Processes in a Generative Grammar of Portuguese*. 1981. Tese (Doutorado em Lingüística)-Brown University, Providence, 1981.

MAIA, C. *História do Galego-Português*. 2ª edição. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. Reimpressão da edição do INIC, 1986.

MASSINI-CAGLIARI, G. Legitimidade e identidade: da pertinência da consideração das Cantigas de Santa Maria de Afonso X como corpus da diacronia do Português. In: Clotilde de

Almeida Azevedo Murakawa; Maria Filomena Gonçalves. (Org.). *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*. 1 ed. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica/Laboratório Editorial da FCL/UNESP-Araraquara, 2007, v. 1, p. 101-126.

MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (Org.). *Estudos de Linguística Histórica do Português*. Araraquara: Laboratório Editorial; São Paulo:Cultura Acadêmica, 2005b.

MASSINI-CAGLIARI, G. *A música da fala dos trovadores. Estudos de Prosódia do Português Arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas*. Araraquara: UNESP – FCL, 2005a, Tese de Livre Docência.

MASSINI-CAGLIARI, G; CAGLIARI, L.C. Fonética. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002. v. 1, p. 105-146.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Do poético ao lingüístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Escrita do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa: fonética ou ortografia?* Filologia e Lingüística Portuguesa, São Paulo, n2, 1998, p.159-178.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao lingüístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português*. 1995. Tese (Doutorado em Lingüística)- IEL/UNICAMP, Campinas, 1995.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Acento e ritmo*. São Paulo: Contexto, 1992.

MATEUS, Maria Helena Mira *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. 2a edição. Lisboa: INIC, 1982. 1a edição: 1975.

MATEUS, M. H. M. *O acento de palavra em português: uma nova proposta*. Boletim de Filologia, Lisboa, Tomo XXVIII, p. 211-229, 1983.

MATEUS, M. H.; d'ANDRADE, E. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H.; FROTA, S.; MATOS, G.; OLIVEIRA, F.; VIGÁRIO, M.; VILLALVA, A. *Gramática da língua portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.

MATTOS E SILVA, R.V. *O Português Arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOS E SILVA, R.V. *O Português Arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 2001.

MATZENAUER, C.L. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p.11-74.

MESSNER, D. Conjecturas sobre a periodização da língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et.al (Org). *Descrição do português: lingüística histórica e historiográfica lingüística*. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002, p.97-117. Série Trilhas Lingüísticas, n.3

METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa María (Cantigas 261 a 427)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1989.

METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa María (Cantigas 101 a 260)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1988.

METTMANN, W. Algunas observaciones sobre la génesis de la colección de las Cantigas de Santa Maria y sobre el problema del autor. In: KATZ, I. J.; KELLER, J. E. (Ed.) *Studies on the Cantigas de Santa Maria*. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1987, p. 355-366.

METTMANN, W. Introducción. In: ALFONSO X, EL SABIO. *Cantigas de Santa María (Cantigas 1 a 100)*. Madrid: Castalia, 1986b. p. 7-42.

METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa María (Cantigas 1 a 100)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1986a.

METTMANN, W. Glossário. In: AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Universidade, 1972, v.IV:Glossário.

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. *Lições de Filologia Portuguesa* (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13) Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1946 [1912-1913].

MOHANAN, K. P. *The Theory of Lexical Phonology*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.

MOHANAN, K.P. Syllable structure and Lexical Phonology. *Phonology Yearbook*, London, n.2. p.139-155, 1985.

MOHANAN, K.P. *Lexical Phonology*. Tese (Doutorado, PhD). Cambridge, Mass: MIT, 1982.

MONGELLI, L. M. *Fremosos cantares: antologia lírica medieval galego-portuguesa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p.21-46.

MONTEIRO, J.L. *Morfologia Portuguesa*. Campinas: Pontes, 2002.

MONTOYA MARTÍNEZ, J. Algunas precisiones acerca de las Cantigas de Santa María. In: KATZ, I.J; KELLER, J.E (Ed). *Studies on the Cantigas de Santa Maria: Art, Music and Poetry*. Madison: The Hispanic Seminary of Medieval Studies, Ltd, 1987, p.367-385.

NASCIMENTO, J. V. A poesia lírico-religiosa afonsina e a língua portuguesa primitiva. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, n.5, p.121-137, jul./dez., 1988.

NESPOR, M.; & VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht:Foris Publications, 1986.

NEVES, M. H. de M. Padrões comuns para alguns verbos irregulares em português. São Paulo: *Revista Estudos Linguísticos*, 1980, n.3, p.1-20.

NUNES, J J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa- Fonética e Morfologia*. Lisboa: Livraria Clássica, 1960. 1.ed. 1919.

OLIVEIRA, F. de. *Gramática da Linguagem Portuguesa* (Ed. Crítica de TORRES, A; ASSUNÇÃO, C ). Lisboa: Barbosa & Xavier Artes Gráficas, 2000.[1536]

PARKINSON, S. *Layout in the Códices ricos of the Cantigas de Santa Maria*. *Hispanic Research Journal*, Leeds, v. 1, n. 3, 2000, p. 243-274.

PARKINSON, S. *As Cantigas de Santa Maria: estado das cuestións textuais*. *Anuario de estudios literarios galegos*, Vigo, 1998, p. 179-205.

PERINI, M. *A Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1996.

PESTKY, D. *Russian Morphology and Lexical Theory*, Ms, MIT, 1979.

PIEL, Joseph-Maria. *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Estudos Gerais- Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

PRINCE, A. Relating to the grid. *Linguistic Inquiry*, v.14, n.1, p.19-100, 1983.

PULLEYBLANK, D. *Tone in Lexical Phonology*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.

REAL Academia Española. *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpes S.A, 1986.

ROCHA, L. C. A. de. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 35 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

ROCHA LIMA, R. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro José Olympio, 1972.

ROSA, M.C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

ROSSI, C. *Na ponta da língua*. In: *Jornal Bom Dia*. São José do Rio Preto, 2010, p.1-5.

RÜBECAMP, R. *A linguagem da Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o sábio*. *Boletim de Filologia*, Lisboa, Tomo I, p. 273-356, 1932.

- SCARPA, E.M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIN, F; BENTES, A.C. (orgs) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v.2, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p.224-226.
- SCHWINDT, L. C. *Paradigmatic Correspondences in the Brazillian Portuguese Verbal Vowel System*. Acta Linguistica Hungarica, v. 54, p. 35-50, 2007.
- SCHWINDT, L. C. ; QUADROS, Emanuel Souza de . *A harmonia vocálica verbal no léxico dicionarizado do PB*. Letrônica - Revista Digital do PPGL PUCRS, v. 2, p. 58-70, 2009.
- SELKIRK, E.O. *Phonology and Syntax*. Cambridge, Mass: Mit Press, 1984.
- SIEGEL, D. *The Adjacency Condition and the Theory of Morphology*, NELS, 1977.
- SIEGEL, D. *Topics in English Morphology*, Ph.D. Dissertation. MIT, 1974.
- SILVA NETO, S. da. *História da língua portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- SILVEIRA BUENO, F. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1952.
- SOUTO CABO, J.A. *Nas origens da expressão escrita galego-portuguesa. Documentos do século XII*. Diacrítica- Revista do Centro de Estudos Humanísticos, 17. Braga: Universidade do Minho, 2003, p. 329-387.
- SNOW, J.T. Current Satatus of Cantigas Studies. In: KATZ, I.J.; KELLER, J.E. (Ed). *Studies on the Cantigas de Santa Maria: Art, Music an Poetry. Madison: The Hispanic Seminary of Medieval Studies*, Ltd, 1987. p.475-486.
- TAVANI, G. *Ensaio portugueses: Filologia e Lingüística*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. 3. ed. portuguesa. Lisboa: Sá da Costa 1987.
- TRASK. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. São Paulo: Contexto, 2004.
- VASCONCELOS, J. L. *Lições de filologia portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.
- VILELA, M.; KOCH.IV. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática de texto*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.
- WETZELS, w.L. Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese verb. *Phonology* 12, p.281-304, 1995.
- WETZELS, w.L. Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese. *CEL* 23, 1992, p. 19-55.

WILLIAMS, Edwin B. *Do Latim ao Português*. 3a edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1961. [1ª edição:1938]

XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. M. (Org.). *Dicionário de termos lingüísticos*. Lisboa: Cosmos, 1990. v. 1.